



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

**“MAIS UM GRANDE PROJETO”: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO
DISCURSO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DA
DIVULGAÇÃO DA PONTE ENGENHEIRO JAIME GUSMÃO**

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

Recife

2025

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

“MAIS UM GRANDE PROJETO”: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DA PONTE
ENGENHEIRO JAIME GUSMÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Planejamento e Gestão

Orientadora: Dr^a Iana Ludermir Bernardino

Coorientador: Dr Marco Antônio Lima do Bonfim

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Patriota, Isabelle Maria de Fontes.

"Mais um grande projeto": uma análise crítica do discurso do planejamento estratégico a partir da divulgação da ponte engenheiro Jaime Gusmão / Isabelle Maria de Fontes Patriota. - Recife, 2025.

121 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2025.

Orientação: Iana Ludermir Bernardino.

Coorientação: Marco Antônio Lima do Bonfim.

Inclui referências.

1. Discurso; 2. Planejamento estratégico urbano; 3. Empresariamento urbano; 4. Projetos estratégicos; 5. Ponte Engenheiro Jaime Gusmão. I. Bernardino, Iana Ludermir. II. Bonfim, Marco Antônio Lima do. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ISABELLE MARIA DE FONTES PATRIOTA

“MAIS UM GRANDE PROJETO”: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DA PONTE
ENGENHEIRO JAIME GUSMÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Planejamento e Gestão

Aprovado em: 15/05/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iana Ludermir Bernardino (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marco Antônio Lima do Bonfim (Coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Izabella Galera (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. David Tavares Barbosa (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos moradores da ZEIS Vila Esperança, em especial Helena, Seu Luís e Seu Leto (*in memoriam*). Obrigada por terem me recebido tão bem em suas casas e pela ajuda com a construção desta pesquisa. Vocês foram e são uma grande inspiração para mim. E tenho certeza de que são a inspiração de muitos outros. O comprometimento de vocês com a luta pelo direito à moradia e por uma cidade mais justa, me faz manter viva a esperança (a do verbo esperar) na luta coletiva e na construção de uma cidade participativa e inclusiva. Meu muito obrigada de coração.

À minha família. À minha mãe por sempre ter acreditado em mim, por ter celebrado minhas conquistas (ainda que não fossem tão grandes) e por sempre ter me incentivado a fazer o que eu quero, com a certeza de que eu seria boa no que eu decidisse fazer. À mainha, minha avó, que mesmo sem entender bem o que eu estava fazendo, sempre se preocupava comigo e com “as minhas coisas da faculdade”. Aos meus irmãos, Letícia e Júlio César, por serem tão incríveis e por sempre estarem ao meu lado em todas as situações. Amo vocês.

Ao meu namorado, Francisco, pela paciência, carinho, companheirismo e amor e por todos os docinhos, claro. Obrigada por ter me ouvido e pelo esforço para me entender e entender o que queria fazer. Sou muito feliz por ter você ao meu lado. *Te quiero mucho, miamore*. Aproveito esse parágrafo para agradecer, também, à Joana, pelo carinho, por todas as palavras de apoio e por ter acreditado tanto nesta pesquisa.

Às minhas amigas-irmãs Mirna e Rebeka, e mais uma vez à minha irmã-amiga Letícia. Obrigada por sempre aparecerem com debates muito interessantes, como “quem levaria mais fã pra Copacabana do que Lady Gaga?”. A resposta todas nós sabemos. Obrigada por sempre arrumarem um tempo para que nós possamos nos falar e nos ouvir. Agradeço, também, à Laura, por ser uma amiga sempre tão presente mesmo de longe. É gratificante saber que eu tenho amigas com quem contar, sempre. Obrigada demais, meninas. Vocês são muito importantes para mim. Estarei aqui por vocês sempre!

Aos amigos que fiz no mestrado e que quero levar para o resto da vida, Rodrigo e Stela. Obrigada por terem ouvido todas as minhas queixas e reclamações. Obrigada por terem compartilhado suas queixas e reclamações comigo. Foi muito importante, para mim, saber que eu tinha com quem desabafar e rir ao mesmo tempo no meio do caos que foi esse período. Vocês são demais.

À Izabella e Natália, mulheres incríveis, que estiveram comigo desde o início da minha jornada na busca pela compreensão das lutas e conflitos urbanos. Agradeço imensamente por todas as trocas, conselhos e conversas. Vocês são muito especiais.

À minha orientadora, Iana, que se dedicou, junto a mim, à execução desta dissertação. Seus conselhos foram essenciais para que chegássemos ao final desta etapa. Ao meu coorientador, Marco Antônio, que aceitou o desafio de mergulhar em outra área de conhecimento e com quem pude aprender tanto. Obrigada por ter enxergado o potencial desta pesquisa e por ter me incentivado a seguir com a Análise Crítica do Discurso. Suas contribuições foram essenciais para o avanço desta dissertação.

Por fim, agradeço ao MDU, onde pude me aprofundar na discussão sobre as questões urbanas. E agradeço à CAPES que financiou esta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa propõe um debate sobre as estratégias mobilizadas pelo poder público na busca pela legitimação de projetos urbanos estratégicos. Para tanto, o trabalho se debruçou sobre o caso do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, que conecta os bairros do Monteiro e da Iputinga, em Recife-PE. Para a viabilização da ponte e do anel viário de acesso, estimou-se a desapropriação de 308 casas, na ZEIS Vila Esperança. Apesar da insuficiência de dados oficiais sobre o quantitativo de desapropriações que foram realizadas e dos impactos da obra, notou-se uma forte divulgação, nas mídias e redes sociais, sobre a suposta necessidade do projeto para viabilizar a mobilidade nas Zonas Norte e Oeste da cidade. Portanto, objetivou-se analisar as estratégias discursivas mobilizadas para a implantação de projetos urbanos estratégicos, tendo como estudo de caso a divulgação da referida obra nos veículos oficiais de comunicação do líder executivo municipal, o prefeito João Campos (PSB). Para isso, esta pesquisa buscou apoio na Análise Crítica do Discurso proposta por Chouliaraki e Fairclough como principal dispositivo teórico-metodológico para interpretação dos dados, e nas noções e nos conceitos de David Harvey e Milton Santos para discutir as políticas urbanas, na periferia do capitalismo, no contexto da economia globalizada. A partir de um olhar interdisciplinar, que uniu a geografia, os estudos urbanos e a linguística, pôde-se analisar como o discurso opera na manutenção de desigualdades sociais e relações assimétricas de poder.

Palavras-chave: discurso; planejamento estratégico urbano; empresariamento urbano; projetos estratégicos; Ponte Engenheiro Jaime Gusmão.

ABSTRACT

This research proposes a discussion about the strategies deployed by public authorities in their search to legitimize strategic urban projects. To this end, this study focuses on the Engenheiro Jaime Gusmão Bridge project, which connects the neighborhoods of Monteiro and Iputinga in Recife, Pernambuco. To make the bridge and the access streets viable, it was estimated the expropriation of 308 houses in Vila Esperança ZEIS. Despite the insufficiency of official data about the total number of expropriations, we noted a strong promotion, in the media and social media, about the alleged need of the project to ensure mobility across the city's North and West zones. Therefore, our objective was to analyze discursive strategies mobilized for the implementation of strategic urban projects, taking as a case study the dissemination of this bridge through the official media of the city's executive leader, mayor João Campos (PSB). For this purpose, this research is based on Critical Discourse Analysis as proposed by Chouliaraki and Fairclough as the main theoretical-methodological framework to interpret our data, as well as concepts of David Harvey and Milton Santos to discuss urban politics in the periphery of capitalism, in the context of globalized economy. From an interdisciplinary perspective that unites geography, urban studies and linguistics, it was possible to analyze how discourse operates in sustaining social inequalities and asymmetrical power relations.

Keywords: discourse; strategic urban planning; urban entrepreneurialism; strategic projects; Engenheiro Jaime Gusmão bridge

SUMÁRIO

1.Introdução	8
2.A cidade-mercadoria: efeitos da globalização	14
2.1A ideologia privatista do planejamento estratégico das cidades.....	26
2.2 O discurso do planejamento estratégico das cidades	31
3. O plano Rotas do Futuro: Plano Estratégico do Recife 2021-2024.....	41
3.1 Contextualização do caso: a ponte Engenheiro Jaime Gusmão e a ZEIS Vila Esperança	43
4. Introdução a análise crítica do discurso.....	59
4.1 Conceitos basilares da ACD: discurso, poder e ideologia	67
4.2 A perspectiva de Fairclough sobre discurso e a reformulação da ACD	74
4.3 Percurso metodológico e construção do corpus de Análise.....	81
5. Análise discursiva.....	86
5.1 Significado identificacional: a constituição discursiva da identidade (ou o discurso como modo de ser).....	89
5.2 “De Casa Amarela pro Detran”: análise do significado identificacional por meio da categoria avaliação.....	94
5.3 “De 20 pra 2 minutos”: análise do significado identificacional por meio da categoria modalidade.....	108
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
Referências	117

APRESENTAÇÃO

Me formei na graduação em Licenciatura em Geografia, na Universidade Federal de Pernambuco, onde posteriormente, motivada pela atuação como extensionista no projeto de extensão “A linha do trem e a linha da vida: despejo, pandemia e o papel da assessoria técnica popular junto ao conflito fundiário na Comunidade da Linha, Recife-PE”, ingressei na pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. A experiência como extensionista me possibilitou o envolvimento com as temáticas sobre direito à cidade, remoções forçadas e cartografia social, bem como o papel da assessoria técnica popular em contexto de conflito fundiário. Motivada pela atuação como estudante extensionista, passei a frequentar audiências públicas, onde em uma dessas conheci Helena, uma das lideranças da ZEIS Vila Esperança, comunidade cuja história despertou em mim um sentimento de indignação e uma necessidade de atuar como pesquisadora em favor da comunidade. Os moradores da ZEIS Vila Esperança vivenciaram um processo de remoção em função de uma obra pública, que poderia ter sido diferente, porém foi rodeado de episódios, que considereei, impactantes, como será possível compreender ao longo deste trabalho.

O envolvimento com a temática me trouxe até o Mestrado em Desenvolvimento Urbano, onde orientada pela professora Dr^a Iana Bernardino, tive a oportunidade de me aprofundar na discussão sobre planejamento urbano e as relações existentes na produção do espaço. Inicialmente, esta pesquisa tinha como objetivo a investigação sobre estratégias de resistência adotadas pelos moradores para enfrentar as ameaças de remoção. No entanto, ao longo do mestrado, devido ao acelerado processo de desapropriação das casas para que a obra pudesse ser executada e, também, a remoção dos moradores que se desenvolveu de maneira muito violenta, os objetivos desta pesquisa foram alterados. Por este motivo, optei por compreender a atuação do poder público, no sentido de mobilizar estratégias para dissimular um processo de opressão. Para isto, busquei ajuda na Análise Crítica do Discurso, uma teoria-método, que tem como objetivo jogar luz nas injustiças sociais, tentando construir, nesta pesquisa, um diálogo interdisciplinar entre os estudos urbanos e os estudos da linguagem.

1.INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe um debate acerca das mudanças na forma como as cidades passaram a ser planejadas e geridas a partir da década de 1980, quando em um contexto de expansão do capitalismo global, os governos locais de países centrais passaram a gerir as cidades sob a lógica empresarial, apresentando a trajetória espacial do planejamento urbano estratégico e as condições para sua adesão nos países centrais e na América Latina. Nesse contexto, os governos locais passaram a elaborar projetos estratégicos, ou melhor projetos urbanos estratégicos, que podem ser definidos como propostas elaboradas pelo poder público que objetivam, a partir da reconfiguração socioespacial, abrir caminhos para estimular o investimento privado na cidade e torná-la competitiva.

No entanto, para legitimar a execução desses projetos urbanos ditos estratégicos, os meios mobilizados pelo poder público servem-se de estratégias de comunicação que possam validar socialmente escolhas de intervenção que podem ou não ser socialmente justas e inclusivas. Entre os anos 1980 até hoje, muitas mudanças ocorreram nos âmbitos político, econômico e social.

Pode-se dizer que com a popularização da internet e o avanço da comunicação em tempo real, o campo político e a forma como as cidades são planejadas na contemporaneidade passaram por várias transformações. O estágio atual de desenvolvimento da comunicação levou os veículos tradicionais de comunicação a compartilharem a sua força com as redes sociais (espaços virtuais, onde pessoas se relacionam por meio do envio de mensagens em tempo real). Ainda que a mídia digital não tenha substituído a mídia impressa, pôde-se notar que essas transformações possibilitaram a aproximação entre as empresas e seu público e, também, pode-se observar a presença de agentes públicos de diferentes esferas governamentais e segmentos ocupando espaços virtuais, produzindo conteúdos que popularizam e até espetacularizam seus cargos.

No atual estágio da comunicação, a informação é veiculada em tempo real por todos os indivíduos que disputam atenção no ambiente virtual. E isso não é diferente para as lideranças públicas, que estão adaptando o seu posicionamento nesses espaços e buscando novas formas de governar. Não é mais suficiente estar em bons termos com os jornais. É necessário estar presente no meio digital para existir para o público e ter a possibilidade de transmitir suas mensagens.

Nesse panorama, o trabalho se debruçará sobre a divulgação do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, inaugurada em 17 de agosto de 2024, que conecta os bairros do Monteiro (zona norte) à Iputinga (zona oeste). No ano de 2021, foi anunciada, pela Prefeitura da Cidade do Recife, a retomada do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão. A obra foi divulgada, no Plano Rotas do Futuro 2021 - 2024, um documento que tem como finalidade possibilitar à sociedade civil, o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pela atual gestão do município. O plano foi criado no contexto da pandemia da covid-19, e apresenta as iniciativas criadas pelo poder público para retomar a economia da capital afetada pela pandemia, por meio de uma série de ações que buscam estimular e facilitar a atração de investimentos privados, a partir da melhoria do ambiente de negócios e de Parcerias Público-Privadas (PPPs). E como parte dessas iniciativas foi apresentada a retomada do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão. O projeto, que passou quase uma década sem avanços, foi anunciado com uma nova geometria que para ser executada dependeu da desapropriação de 308 imóveis, na ZEIS Vila Esperança, localizada no bairro do Monteiro.

O projeto efetivamente levado à execução impactou diretamente na vida de centenas de famílias, que residiam na comunidade há décadas e que foram removidas, em função de uma intervenção urbana, sem a garantia de alternativa habitacional digna e justa. Apesar da insuficiência de dados oficiais sobre o quantitativo de desapropriações que foram realizadas e dos impactos da obra, notou-se uma forte divulgação, no âmbito digital, do projeto e da sua importância e necessidade para viabilizar a mobilidade nas zonas norte e oeste da cidade, que camuflaram as denúncias do processo de remoção da ZEIS, reduzindo, de certa forma, o espaço para críticas ou questionamentos acerca da legitimidade da obra.

O direito à moradia, garantido pela Constituição, e o direito à permanência na ZEIS, atacados, poderiam levar a crer que houve uma grande polêmica ou comoção em relação à implementação do projeto. No entanto, não foi isso o que aconteceu. Mesmo cercado de polêmicas, o projeto foi anunciado e comemorado pela atual gestão municipal. O apagamento desse processo de remoção e das contradições nos veículos oficiais de comunicação indicam a necessidade de analisar as estratégias de comunicação que buscam legitimar projetos estratégicos. Diante disso e do novo momento da comunicação que está focado no uso de redes sociais, o presente trabalho se dedicou a analisar a divulgação construção da ponte Engenheiro Jaime Gusmão, nas redes sociais do atual líder do executivo municipal do Recife, o prefeito João Campos (PSB), eleito em 2021 e reeleito em 2024.

Percebeu-se durante o primeiro ano de execução desta pesquisa que existe um forte investimento do prefeito João Campos, na produção de conteúdos para divulgar os projetos realizados durante a sua gestão em suas redes sociais. De acordo com o levantamento realizado pela agência de marketing AtivaWeb (2023), João Campos (PSB) é o líder do executivo municipal com o maior engajamento nas redes sociais entre todas as capitais do Nordeste (João Campos, 01 ago. 2023) e passou a ser retratado pela mídia como o jovem “prefeito *tiktoker*”¹. A partir disso, é possível dizer que a produção de vídeos, nas redes sociais, é uma característica marcante da atual gestão municipal, que preza pela divulgação da execução de intervenções urbanas de grande impacto, no âmbito digital (mais especificamente nos perfis pessoais do prefeito do Recife nas redes sociais), que possam promover a imagem da prefeitura da cidade.

Surgiram a partir dessas observações, as seguintes questões: qual o papel da personificação do planejamento na imagem do prefeito? Como acontece o processo de construção do consentimento, no planejamento urbano estratégico, e qual a importância dessa construção para a sustentação de um novo projeto de cidade? Pode-se dizer que a diretriz que unifica as ações que compõem a realização do planejamento enquanto estratégia, para tornar as cidades mais atrativas e enquadrá-las na nova dinâmica de acumulação do capital, é a transformação das cidades em cidades competitivas (Duriguetto, 2005). Assim, a construção de uma “boa imagem” da cidade é considerada uma condição essencial para atrair investimentos privados e melhorar o ambiente de negócios neste espaço.

A fim de investigar estes questionamentos, busca-se apoio teórico nos estudos de Castells e Borja (1996), os quais defendem que a presença de prefeitos com “forte personalidade e dinamismo”, ou seja, de líderes carismáticos, pode ser a explicação para compreender a construção dessa boa imagem de uma cidade, que pode ser ou não considerada uma grande capital. Nesse sentido, para que a cidade possa se tornar um ambiente competitivo e atrair tais investimentos, é necessário negá-la enquanto espaço político e banir o conflito, uma vez que a política é vista como uma forte ameaça à elaboração de estratégias vencedoras e que a presença do conflito, nesse contexto, também é vista como uma ameaça, posto que pode significar um desequilíbrio sistêmico, e impactar diretamente no andamento dos negócios aos quais a cidade está engajada (Vainer, 2014).

¹ “Tiktoker” é o nome dado aos influenciadores digitais da rede social nomeada TikTok, que já constituem uma profissão no mercado das redes sociais.

Dessa forma, a construção do consenso se apresenta como uma necessidade para que possam ser construídas política e intelectualmente as condições de legitimação de um projeto de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local, e que “o único conflito que interessa seja conduzido com sucesso: o conflito competitivo, o conflito empresarial – a cidade-empresa em competição com outras tantas cidades-empresas” (Vainer, 2014, p.5).

Dessa forma, pode-se dizer que as redes sociais estão ganhando destaque, no âmbito do planejamento de cidades, uma vez que é um espaço fértil para a construção de narrativas hegemônicas e da imagem da cidade enquanto mercadoria. A “venda” das cidades e a busca pelo consenso em torno de projetos estratégicos não se limitam mais aos veículos de comunicação tradicionais. Na contemporaneidade, os veículos de comunicação deverão ser outros e as redes sociais vêm ganhando cada vez mais espaço nesse âmbito.

As redes sociais possuem um forte apelo visual e interativo, e ao serem utilizadas por gestores públicos tornam-se um grande palco para a divulgação de intervenções urbanas de grande impacto. O prefeito João Campos, uma personalidade pública e ativa nas redes sociais, figura, neste contexto, como um elemento-chave na comunicação das ações do poder público, uma vez que (pelo espaço que ocupa como gestor municipal e pela influência que exerce no meio digital) pode atuar como potencial articulador de interesses de diferentes grupos, buscando o consenso em torno de projetos ditos estratégicos.

Para efeitos deste trabalho, compreende-se a construção de uma ponte, que conecta uma área nobre a uma área popular, há muito esperada, como um exemplo de projeto estratégico, que busca a partir da reconfiguração socioespacial, embelezar o espaço e abrir caminhos para estimular o investimento privado na cidade. E entende-se a omissão das remoções realizadas, em função da obra, aliado a uma ampla divulgação da importância do projeto para a mobilidade e desenvolvimento da cidade como parte do processo de construção do consenso em torno do projeto da ponte.

À vista disso, surgiu uma inquietação acerca dos impactos dessa obra na vida das moradoras e moradores da ZEIS Vila Esperança, que foram removidos em função da ponte, acompanhada por uma necessidade de compreender como operam os discursos na manutenção de desigualdades sociais e na reprodução de relações assimétricas de poder. Posto isto, esta pesquisa se coloca na perspectiva de analisar a dimensão discursiva do planejamento

estratégico, partindo da divulgação da retomada da construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão nas redes sociais.

Dessa forma, busca-se, na abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Chouliaraki (1999) e Fairclough, uma luz para guiar a investigação acerca das estratégias mobilizadas pelo poder público para buscar a legitimação de projetos estratégicos. A ACD é uma “abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas que tem atraído cada vez mais pesquisadores (as), não só da Linguística Crítica, mas também das Ciências Sociais” (Resende; Ramalho, 2006, p. 7). Esta abordagem, também, apresenta um olhar mais alerta às ideologias mantidas e propagadas pela linguagem, baseado no entendimento de que a própria linguagem em uso é uma forma de prática social, controlada por grupos que produzem ideias a serem aprendidos e seguidos.

Portanto, tem-se como objetivo geral deste estudo analisar as estratégias mobilizadas para a implantação de projetos urbanos estratégicos, tendo como estudo de caso a divulgação do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, nas redes sociais do líder executivo municipal, mais especificamente em seu Instagram. E como objetivos específicos: a) identificar, no discurso do planejamento estratégico, os modos de operação da ideologia, bem como suas estratégias de funcionamento no que se refere às formas de buscar a legitimação de projeto estratégico; b) compreender o processo de construção do consenso no planejamento estratégico; e c) compreender qual o papel da personificação do planejamento na imagem do prefeito da cidade do Recife;

Embora os atuais objetivos desta pesquisa estejam relacionados ao planejamento estratégico da cidade e à análise de discurso, é essencial registrar algumas alterações que foram realizadas durante a sua execução. Inicialmente, este estudo tinha como objetivo analisar as narrativas dos moradores, que enfrentaram ameaças de remoção forçada, decorrente de ações do poder público, a fim de compreender as possibilidades de ações e concepções contra-hegemônicas que tendem a surgir em um contexto de conflito, tendo como estudo de caso o processo de remoção da ZEIS Vila Esperança - Cabocó.

No entanto, o acelerado processo de desapropriação das casas e remoção dos moradores, durante a execução do trabalho, para que a obra pudesse ser executada, foram um grande obstáculo vivenciado nesta pesquisa. O processo de remoção afetou diretamente a construção dos objetivos desta pesquisa, que não conseguiram mais contemplar as experiências vividas pelos moradores da comunidade nem vocalizar os que foram submetidos a este processo. Por

este motivo, optou-se por compreender como age o poder público, no sentido de mobilizar estratégias para buscar a legitimação de projetos ditos estratégicos ao ocultar os processos de opressão vivenciados durante a execução destes.

Posto isto, este trabalho foi dividido em 4 capítulos, para além da presente introdução e do capítulo conclusivo, a citar: 2- no segundo capítulo, a partir da revisão teórico-conceitual, análise documental e dos mapeamentos realizados, busca-se discutir o “empresariamento urbano”, enquanto modelo de gestão e planejamento urbano contemporâneo; 3- no terceiro, é realizada uma apresentação sobre a aplicação da abordagem estratégica nas políticas urbanas empreendidas pela atual administração municipal do Recife; 4- no quarto capítulo, é apresentada a historicização da teoria-método que irá guiar a investigação feita nesta pesquisa, bem como a justificativa para a construção do corpus da análise; 5- e o quinto capítulo é referente a análise das publicações selecionadas.

Portanto, espera-se, com esta pesquisa, contribuir, de alguma forma, para a conscientização acerca da forma como a linguagem contribui para a dominação de determinados grupos sobre outros, no âmbito do planejamento urbano, atuando, deste modo, como uma ferramenta de empoderamento social.

2.A CIDADE-MERCADORIA: EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

O presente capítulo desta dissertação tem como objetivo discutir a trajetória do planejamento urbano estratégico, partindo da sua adesão nos países centrais, na década de 1970 até as condições para a sua implementação nos países latino-americanos, bem como explicitar a relação entre o planejamento urbano estratégico e a personificação deste modelo de planejamento na imagem de um líder eficiente e carismático, representado por um prefeito designado, neste contexto, como um “solucionador de crises” e uma figura decisiva para o sucesso dos projetos estratégicos.

A universidade de Harvard foi o lugar onde foram sistematizados os conceitos e técnicas do planejamento empresarial, que inspiraram o planejamento estratégico. Mas, foi a partir dos trabalhos de Michael Porter, empresário e professor da *Harvard Business School*, na década de 1980, que a sistematização da ideia de estratégia aplicada à empresa e ao setor público obteve maior prestígio. O processo desenvolvido em Harvard resultou no que foi considerado o primeiro plano estratégico de cidades, o plano de São Francisco (Lima Júnior, 2003)². No entanto, foi a experiência vivida pela cidade de Barcelona, que foi convertida em uma espécie de referência, especialmente para as administrações municipais (Botelho, 2004).

Embora, o planejamento estratégico nesta cidade está relacionado à tentativa de manter o impulso econômico dos Jogos Olímpicos de 1992, em meados da década de 1980 já havia indícios da presença de grandes empresas de consultoria (Lima Júnior, 2003). A divulgação da experiência de Barcelona desencadeou em uma série de planos estratégicos em cidades latino-americanas, que inspiradas pelo relativo sucesso de Barcelona, também tentaram adotar este modelo de planejamento. A primeira cidade brasileira a adotar o planejamento estratégico foi o Rio de Janeiro, entregando o primeiro plano estratégico durante a gestão do então prefeito César Maia (Partido Social Democrático - PSD) na década de 1990 (Lima Júnior, 2003).

Enquanto nos Estados Unidos da América (EUA), a abordagem estratégica foi impulsionada em função dos ideais liberais da política de governo de Ronald Reagan, na Espanha, mais especificamente em Barcelona, o sucesso da aplicação do planejamento estratégico “[...] teve como ponto de partida uma aguda e generalizada consciência de crise”

² De acordo com Lima Júnior (2003) esta afirmação pode ser contestada. O autor menciona o estudo desenvolvido pelos professores da Wharton School (EUA), que foi o mais antigo sobre estratégia de cidades encontrado no âmbito da sua pesquisa de doutorado, sendo anterior ao plano de São Francisco, resultante de um trabalho de consultoria da empresa Andersen Consulting, para a Associação Comercial da Cidade (San Francisco Chamber of Commerce).

(Vainer, 2013, p. 91). Nesse sentido, a noção do consenso assumiu um importante papel, orientando a consolidação da democracia do país, que acabara de sair de uma ditadura, tanto em escala nacional quanto local. E entre os fatores, que contribuíram para o sucesso de Barcelona, sempre é destacada a influência da liderança forte e dinâmica do prefeito no planejamento da cidade (Castells; Borja, 1996).

Com alguns anos de atraso, algumas cidades latino-americanas também adotaram os planos estratégicos. No entanto, fatores como “[...] o crescimento demográfico, a extensão da cidade "não legal", o peso da marginalidade social, o déficit de infraestrutura moderna e a fraqueza dos governos locais” (Castells; Borja, 1996, p. 156) são elementos que diferenciam as experiências das cidades latinas das europeias. Nesse sentido, Castells e Borja (1996) também pontuam algumas reações das cidades latino-americanas, durante o final da década de 1990, no que diz respeito a tomadas de decisão para a transformação do espaço urbano.

Em primeiro lugar, os autores destacam a democratização e descentralização dos Estados, que reforçaram e deram maior legitimidade aos governos locais. “Por sua vez, criaram-se as condições para que, em muitos casos, se expressasse uma capacidade de liderança pública local de prefeitos, intendentos ou governadores” (Castells; Borja, 1996, p. 157). Em segundo lugar, a abertura econômica mobilizou os agentes econômicos, que se conscientizaram da necessidade de contar com uma cidade competitiva, em outras palavras, uma cidade atraente e funcional (Castells; Borja; 1996). Em terceiro lugar, destaca-se o entendimento, por parte dos atores públicos e privados dominantes, de que uma cidade competitiva não deve marginalizar ou excluir grande parte de sua população, e sim ter capacidade de integração sociocultural. O quarto ponto é a criação de espaços de debate público, em função dessa compreensão mencionada. Por fim, os autores destacam que “a não-articulação entre os atores urbanos que caracterizou a cidade latino-americana parece, assim, em vias de superação” (Castells; Borja, 1996, p. 157).

Finalmente, a cidade, entendida não somente como território que concentra um importante grupo humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior), converte-se num âmbito de respostas possíveis aos propósitos econômicos, políticos e culturais de nossa época. Citemos três. A necessidade de dar respostas integradas e não setoriais aos problemas de emprego, educação, cultura, moradia, transportes etc.; o estabelecimento de compromissos públicos e privados a partir das demandas do crescimento econômico e do meio ambiente; a configuração de novos espaços e mecanismos que estimulem a participação política, facilitem a relação entre administrações e administrados e promovam a organização dos grupos sociais (1996, p. 157).

No Brasil, o processo de descentralização iniciado a partir da Constituição Federal de 1988, resultou em uma maior autonomia para os municípios do país. Nesse período, os municípios brasileiros passaram por intensas transformações e foi transferida para eles uma série de competências, para que seu desenvolvimento fosse traçado.

Considerando a história de centralismo político no Brasil e, sobretudo, a ditadura militar de 20 anos, essas competências foram bastante amplas. Entretanto, convém lembrar que não se tratava apenas de um insight repentino do governo central ou do Parlamento, de que descentralização e democracia são princípios políticos e administrativos mais modernos. Na realidade, tratava-se, principalmente, de uma tentativa de transferir encargos e responsabilidades do governo central para os municípios: ‘nessas circunstâncias, a descentralização foi um processo puramente reativo, não um projeto concertado.’ (Aureliano, 1996:25). E o resultado foi que a transferência de responsabilidades não foi acompanhada por uma preparação e um fortalecimento dos municípios, para que estes tivessem condições reais de assumir os seus novos compromissos (Pfeiffer, 2000, p. 5).

Consequentemente, logo foi evidenciado que o processo de descentralização atentou para antigas exigências políticas, e que grande parte dos municípios não possuíam competências organizacionais, técnicas e administrativas para aproveitar a nova autonomia. Além das transformações que a economia nacional estava vivendo na década de 1990, outro processo que provocou grande impacto na dinâmica organizacional dos municípios brasileiros foi a entrada do país na era da globalização, um fenômeno que ao mesmo tempo em que possibilitou o crescimento econômico de algumas cidades, também conduziu outras à marginalização, em especial as cidades dos países periféricos.

O modelo de substituição de importações, caracterizado por fortes controles estatais, havia protegido as indústrias nacionais e limitado a importação de bens e capitais. Com a desregulamentação gradual, a abertura do mercado brasileiro e a privatização de empresas públicas, isso deixa de ocorrer e a estrutura e a dinâmica da economia brasileira são modificadas significativamente. Com isso, os municípios que, na época do centralismo, tinham de fazer o seu lobby político em Brasília para obter verbas adicionais, passam também a competir economicamente entre si, pautando a sua atuação na tentativa de atrair investimentos para aumentar a arrecadação fiscal. Um novo relacionamento então se desenvolve entre os municípios, que muitas vezes, tendo de lidar com os mesmos problemas, concorrem na busca de soluções (Pfeiffer, 2000, p. 5).

Outro exemplo que constitui as mudanças em curso é a privatização de empresas públicas de serviços municipais sob a justificativa de que não seriam capazes de cumprir suas funções de maneira adequada. Nesse contexto, o poder público também encontrou outro desafio que foi o de fiscalizar os serviços privados, e as antigas práticas de administração se mostraram ineficientes para lidar com as novas condições de competição entre os municípios e a terceirização de serviços (Pfeiffer, 2000). Assim, considerando os fatores apresentados, a concepção do planejamento estratégico é adotada com o objetivo de “[...] substituir o

pensamento estático da administração pela ideia dinâmica do gerenciamento” (Pfeiffer, 2000, p. 4).

Desde a década de 1990 até os dias atuais, o planejamento estratégico obteve novas nuances. Nesse sentido, é possível dizer que o marco da popularização da internet reconfigurou o modelo de “construção do consenso”, que sempre esteve presente no planejamento estratégico. O processo de construção do consenso, atualmente, abrange, além das esferas presenciais de debate e das mídias impressas, o ambiente virtual, mais especificamente as redes sociais. A partir disso, pode-se refletir sobre a forma instantânea, como a “venda das cidades”, o processo de “construção do consenso” e a aferição da popularidade dos líderes executivos municipais acontecem. Desta forma, esta pesquisa, embora não se aprofunde nesta questão, abrange essas transformações e busca, a partir disso, investigar as estratégias mobilizadas pelo poder público para implantação de projetos urbanos estratégicos, tendo como estudo de caso a divulgação do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, nos veículos oficiais de comunicação do atual líder executivo da cidade do Recife.

Pode-se dizer que várias são as tentativas de investigar e analisar os interesses pelo espaço urbano, enquanto um lugar estratégico de reprodução do modo de produção capitalista, implícito nas ações do poder público e da iniciativa privada. Nosso ponto de partida, para esta discussão, é a política urbana na periferia do capitalismo, no contexto da economia globalizada. Ao longo dos anos, a cidade capitalista tem passado por transformações significativas no que diz respeito a sua organização, impulsionada por mecanismos econômicos e financeiros aliados a processos mais complexos que resultam na exclusão e segregação socioespacial das populações mais vulneráveis.

Para alguns autores (Harvey, 1996; Santos, 2023; Souza, 2006; Maricato, 2015), estas questões estão relacionadas a um projeto neoliberal, que começou a se consolidar na década de 1970 e tem conduzido novos processos de gestão e planejamento estratégicos adotados pelas cidades. De acordo com Duriguetto (2005, p. 68), “a diretriz unificadora das ações que compõem a realização do planejamento enquanto estratégia é tornar a cidade competitiva, condição para torná-la moderna e democrática, ante as novas formas da acumulação”. A partir dessa ideia, serão apresentados, neste tópico, os impactos da globalização no planejamento das cidades e na formulação e legitimação de paradigmas nas políticas urbanas.

É possível afirmar que a temática globalização está diretamente ligada à ideologia do planejamento estratégico de cidades. Esse fenômeno, que não é recente, é, “[...] de certa forma,

o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2023, p. 29). Pode-se dizer que este processo foi impulsionado pelas invasões de extensos territórios realizadas durante o período das grandes navegações, e após isso sociedades originárias foram dominadas por corporações e Estados nacionais, que agiam a favor de uma pequena elite europeia, que disputava entre si a soberania econômica. Desde então, apesar da queda dos impérios, a lógica de exploração dos territórios foi acentuada pelo imperialismo, e por último, as sociedades foram colocadas a serviço do “império do dinheiro” pelas grandes corporações empresariais que assumiram o papel dos Estados Nacionais, como aponta Vieira Junior no prefácio do livro de Santos (2023).

Souza (2006), ao apresentar as divergências presentes nas perspectivas de outros autores (Fiori, 1997; Ohmae, 1996; Menzel, 2004; Marcuse, 2000) sobre o que é a globalização, defende que as evidências pouco suportam as ideias de Fiori, que além de não enxergar a globalização como algo novo, qualifica a expressão como um certo “modismo”, que deve ser utilizada com cautela, porque por significar tantas coisas pode não trazer nada de novo ou se submeter aos propósitos dos ideólogos que a utilizam sem cuidado. E, tampouco a perspectiva de Ohmae que, no extremo oposto, enxerga a globalização como uma novidade. Assim, Souza (2006, p. 125), sem ignorar a relevância de cada perspectiva, argumenta que parece mais razoável assumir, por um lado, que este fenômeno “[...] possui “antecedentes” menos ou mais longínquos e não deixa de ser o desdobramento de uma dinâmica mais ampla - na qual ela, por outro lado, se inscreve como um novo momento, com características particulares e marcado por eventos e processos-chave”.

Os “antecedentes”, que precedem a globalização, são, de acordo com Souza (2006), o princípio do moderno sistema mundial capitalista que viria acompanhado de “grandes descobrimentos”, ondas sucessivas de expansão deste sistema e da internacionalização do capital. E os “processos-chave” mencionados pelo autor como acontecimentos que marcariam a globalização como um novo momento são, essencialmente, “[...] a nova divisão internacional do trabalho nos anos 70, a “Terceira Revolução Industrial”, a crise da ordem econômica de Bretton Woods e a desregulamentação do sistema financeiro internacional e dos fluxos de capitais” (Souza, 2006, p. 125-126).

Maricato (2015) destaca que da mesma forma que o taylorismo e o fordismo redesenharam a sociedade, a globalização também está moldando um novo modelo de vida por intermédio de transformações nos Estados, na ocupação do território, na relação com a natureza e na produção do ambiente construído. A combinação entre fordismo e keynesianismo resultou

no *Welfare State*, um período considerado umas das mais importantes construções sociais da humanidade, que teve grandes impactos no que se refere ao processo de acumulação capitalista.

Como resultado da adequação do processo de acumulação capitalista ao avanço da luta dos trabalhadores, o Estado combinou controle legal sobre o trabalho com políticas que lhe asseguraram elevação do padrão de vida. Essa rápida descrição se refere mais exatamente aos países capitalistas centrais (doravante PCC). Nos países periféricos do mundo capitalista (doravante PCP) o fordismo e o *Welfare State* não incluíram toda a sociedade (Maricato, 2015, p. 70).

Consequentemente, foram aplicados em partes das cidades dos países periféricos, padrões do urbanismo modernista, originando as “ilhas de primeiro mundo” cercadas por ocupações irregulares. Objetivando, a princípio, o mercado interno da periferia capitalista, o fordismo periférico concebeu a transferência de indústrias, tecnologia, máquinas e produtos, que seguiram seus valores culturais e estéticos para determinados centros metropolitanos. Em alguns países, este processo de substituição de importações ganhou caráter nacionalista e ficou conhecido como período desenvolvimentista, devido ao controle endógeno que possuiu (Maricato, 2015).

Segundo Maricato (2015, p.71), foram realizadas muitas críticas ao modelo fordista keynesiano, que “somaram-se às determinações que estão na esfera da produção e da acumulação de capitais (crise de fundo, de mercados, de lucratividade e fiscal, que se somaram à crise do petróleo), para definir seu declínio”. A autora, ainda, reforça que, contraditoriamente, rigidez é a marca que caracteriza esse período de bem-estar social, e que a flexibilização, objetivando a aceleração do tempo de giro do capital, marca as mudanças que iniciam na década de 1970. Em resposta à crise do capitalismo, nesta década, várias estratégias para a movimentação do capital foram idealizadas e colocadas em prática. A flexibilização chega, assim, ao Estado e ao seu papel regulador, e o liberalismo renasce com esta nova condição.

Ganha destaque, agora, a dinâmica de acumulação capitalista, sob a égide do processo de globalização. No cerne da discussão sobre a globalização estão os questionamentos sobre os impactos deste fenômeno nas instâncias da vida social. Em seu clássico, “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Santos (2023) afirma que a globalização, em curso, se impõe como uma fábrica de perversidades para a maior parte da humanidade, que consequentemente sofre com o desemprego, a fome, o desabrigo, educação de baixa qualidade, novas enfermidades e o retorno de velhas doenças supostamente extirpadas.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente

caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (Santos, 2023, p. 25).

Para Santos (2023), este fenômeno tem seu lado perverso, apresentado por ele como tiranias do dinheiro e da informação, que ao serem associadas conduzem a aceleração de processos hegemônicos.

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. Em outras palavras, os processos não hegemônicos tendem seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas (2023, p. 17).

No entanto, é fundamental destacar que o pensamento de Milton Santos sobre este fenômeno não é totalmente pessimista, e que para ele, a globalização não é um fenômeno irreversível. Assumindo uma postura crítica à globalização em curso, Santos defende que é necessário considerar a existência de ao menos três mundos num só, para que consigamos escapar da crença de que este mundo de fabulações, onde reina o império do dinheiro, assim como nos é apresentado, é o mundo verdadeiro. Nas palavras do autor (2023, p. 24), “o primeiro mundo seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

Em resumo, a globalização se apresenta como fábula, pois é difundida como um processo permanente que submeterá todas as pessoas a um único modo de vida. A ideia de aldeia global e de uma humanidade desterritorializada são exemplos das fabulações deste mundo apresentadas pelo autor. Nesse sentido, é importante destacar a relevância do papel da mídia, que se esforça para difundir o discurso de que a globalização é um fenômeno inevitável e que, para adentrar este mundo, é necessário aceitar a crise que por ele é imposta. Como explicado anteriormente, a globalização também se impõe como perversidade, pois afeta de forma negativa grande parte da humanidade. No entanto, a globalização, também, pode ter outros rumos e tornar-se um processo humano, desassociado de sua base financeira, e produzir um novo discurso, que não sirva de alicerce às ações hegemônicas do Estado, das instituições internacionais e das empresas.

A globalização teve diferentes impactos nos países capitalistas centrais e nos países periféricos do mundo capitalista. Se para o primeiro, a globalização significou a quebra do contrato social, para os países periféricos a globalização é sinônimo de uma nova relação de

poder e exploração (Maricato, 2015). Ao contrário da inserção social precária existente antes da globalização, a dominação hegemônica deste fenômeno traz a marca da exclusão social e reforça as desigualdades sociais existentes em uma sociedade historicamente desigual.

Nesse sentido, a depender de cada país, uma proporção menor ou maior da população é excluída do direito à cidade e busca o acesso à moradia a partir de seus próprios recursos, sem conhecimento técnico, sem financiamento formal e sem respeito à legislação fundiária e urbanística. Essa prática, denominada autoconstrução é um aspecto central da globalização, que apesar de incluir o trabalhador no sistema produtivo capitalista, exclui-o do mercado residencial formal (Maricato, 2015).

Enquanto nos países centrais do capitalismo, boa parte da população é atendida pelo mercado formal, nos países periféricos, o mercado imobiliário formal é restrito a um determinado público e é altamente especulativo. Em contrapartida a isto, o Estado apresenta práticas de investimento regressivo que são definidas por diferentes interesses. Nesse sentido, Maricato (2015, p. 81) apresenta três linhas que orientam o investimento público urbano:

a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliária; b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade; e c) aquela definida pela relação clientelista, que responde a interesses eleitorais. Essa última pode até implicar investimentos em áreas pobres, mas subverte uma orientação de investimento que poderia ser dada pelo planejamento urbano.

O crescimento das cidades dos países periféricos, orientado pelo planejamento urbano modernista, foi marcado pela separação espacial de classes e por uma “modernização incompleta”, uma vez que “[...] definido por padrões holísticos de uso e ocupa do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das cidades nos PCPs” (Maricato, 2015, p. 86). Acompanhando as mudanças globais, este modelo de planejamento urbano, que conduziu o crescimento das cidades dos países periféricos por mais de um século, deu espaço a propostas neoliberais, e dentre os modelos que disputam o seu lugar está o chamado “planejamento estratégico” (Vainer, 2013).

Em suma, enquanto o modelo modernista, que tinha como modelo ideal a fábrica taylorista, se caracterizava como um modelo padrão tecnocrático e autoritário, acionando noções e conceitos empresariais cuja universalidade parecia inquestionável, no planejamento estratégico a cidade, em seu conjunto, aparece assimilada à empresa. De outra forma, no modelo modernista, o que inspirou os urbanistas, na empresa, foram os princípios de organização, que foram transpostos para o plano urbano, e agora, o que encanta os neo-planejadores é a empresa enquanto unidade de gestão e negócios (Vainer, 2013).

Repensadas sob a lógica forma-mercadoria, as cidades têm sido produzidas objetivando a expansão de sua introdução no circuito mundial de valorização, a partir da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços. “Competitividade, “empresariamento”, planejamento estratégico (por projetos), intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos” (Sánchez *et al.*; 2004, p. 41).

Produtividade e competitividade são aspectos que caracterizam o que David Harvey (1996) chamou de “empresariamento da gestão urbana”, em que as cidades, ao serem convertidas em mercadorias, passam a atender às necessidades da ordem econômica mundial.

Frente à crise econômica, o planejamento urbano e o urbanismo adquirem uma nova função, diferente da mera regulamentação do setor privado. Trata-se da promoção do crescimento econômico, de uma ação empresarial para a atração de investimentos que dinamizem a economia local, como os de setores de alta tecnologia e de serviços, dado que as cidades de forte tradição industrial sofreram um relativo processo de desindustrialização, e forte enxugamento dos postos de trabalho industriais em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, tendo, assim, que redefinir seu papel econômico (Botelho, 2004, p. 113).

Essa postura dos poderes públicos³ na busca por conciliar as obrigações de infraestrutura e serviços básicos direcionados às cidades com a promoção de empreendimentos privados de alto valor lucrativo marca a passagem do gerenciamento para o empresariamento das gestões governamentais à administração urbana (Harvey, 1996). Sucintamente, o empresariamento urbano⁴ é o comportamento empresarial, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico das cidades, assumido pelos governos locais, com o objetivo de “[...] tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o desenvolvimento capitalista” (Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 03).

³ Sob uma perspectiva crítica, e que questiona os pensamentos de Castells e Borja (1996), Harvey (1996), em seu artigo “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”, destaca um colóquio realizado na cidade francesa de Orléans, em 1985, que reuniu acadêmicos, homens de negócios e políticos de oito grandes cidades de sete países centrais, cujo objetivo era buscar estratégias de ação dos governos urbanos para combater a crise fiscal, como o início da nova orientação da administração urbana dos países capitalistas avançados. No colóquio, foi apontado como consenso que os governos urbanos deveriam ser muito mais inovadores e empreendedores para, assim, aliviar suas condições miseráveis e garantir um bom futuro para suas populações.

⁴ O termo pode sofrer algumas alterações a depender da forma como foi traduzido e aparecer em outros textos de diferentes formas, como por exemplo: empresarialismo, empreendedorismo urbano, empreendedorismo competitivo, empresariamento. A título de exemplo: Souza (2006) adota o termo “empresarialismo urbano” para se referir a este processo definido por Harvey (1989), originalmente, como “*entrepreneurialism*”, na obra “*From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in the late capitalism*”. Enquanto autores como Vainer (2013) e Sánchez (2004) utilizam o termo “empresariamento urbano”. Baseado nos principais referenciais teóricos utilizados neste trabalho, para fins desta pesquisa, optamos pelo termo “empresariamento urbano”.

Pode-se destacar como justificativas para a opção pelo empresariamento urbano por diferentes governos locais, os seguintes fatores, que estão relacionados às dificuldades que afetaram a economia dos países capitalistas desde a recessão de 1973:

desindustrialização, desemprego, austeridade fiscal, neoconservadorismo, forte apelo à racionalidade do mercado e da privatização, declínio do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, de maneira que os investimentos tomam cada vez mais a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais fazem o melhor possível para maximizar a atratividade local para o desenvolvimento capitalista (Botelho, 2004, p. 113).

Dentre os fatores mencionados, Harvey (1996, p. 50) enfatiza a relação entre as ações locais para combater estas dificuldades com o declínio dos poderes do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, “[...] de maneira que os investimentos tomam cada vez mais a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais fazem o melhor possível para maximizar a atratividade local para o desenvolvimento capitalista”. Além disso, o autor afirma que pelos mesmos motivos, o empresariamento urbano, também, pode ter contribuído na transição da dinâmica do regime de acumulação do capital (fordista-keynesiano) para um regime de “acumulação flexível⁵”.

A partir do exposto, pode-se entender a idealização do empresariamento urbano enquanto o desejo de transformar a cidade em uma organização totalmente estruturada com o propósito de atrair investimentos e desenvolvimento focado na lucratividade e no bem do capital. Consequentemente, a partir da prática do empresariamento urbano, “quebra-se o conceito de cidade como ambiente de produção das relações sociais, que está devidamente espacializada para o convívio dos seres que neste lugar habitam, trabalham, estudam e praticam seus lazeres” (Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 4). Nesse sentido, vale apresentar três afirmações feitas por Harvey (1996), baseadas em seus estudos acerca da cidade de Baltimore, sobre o empresariamento urbano, mas que podem, de acordo com ele, ser aplicadas mais genericamente:

- a) Primeiramente, o empresariamento urbano tem como principal característica a noção de “parceria público-privada”, em que as tradicionais reivindicações locais estão agregadas à utilização dos poderes públicos na tentativa de

⁵ Esse padrão de acumulação, denominado por Harvey (1993) como “acumulação flexível” se caracteriza como um confronto direto a rigidez do fordismo. Este modelo de acumulação tem sua base firmada na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e nas taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, em outras palavras, se caracteriza pela desregulamentação e flexibilização do processo produtivo. Como consequência deste processo, pode-se destacar a precarização das condições de trabalho e emprego, níveis relativamente altos de desemprego, retrocesso do poder sindical.

atrair financiamentos externos, novas fontes geradoras de emprego e/ou novos investimentos diretos.

b) Em segundo lugar, essa parceria pública-privada é denominada com uma atividade empresarial, pois sua execução e concepção são especulativas e, conseqüentemente, são submetidas aos desafios intrínsecos aos empreendimentos imobiliários especulativos que se contrapõem aos empreendimentos imobiliários coordenados e racionalmente planejados.

c) Por último, o empresariamento direciona muito mais sua atenção para a economia política do local do que do território. Como “política do território”, o autor entende os projetos econômicos criados com o objetivo de melhorar as condições de vida ou de trabalho em uma determinada jurisdição, como por exemplo: projetos de habitação e educação. Enquanto a melhoria das condições de uma localidade (por meio de projetos de controle de queda salarial, por exemplo) pode ter impactos maiores ou menores do que os territórios específicos em que o projeto foi implantado.

No percurso de passagem do gerenciamento para o empresariamento das cidades são identificadas algumas estratégias utilizadas para acelerar este processo de modificação do modo de governança administrativa das cidades. Essas estratégias são apresentadas por alguns estudiosos como um método para alcançar a meta de transformar as cidades mais produtivas com base em fundamentos empreendedores. No entanto, o pensamento apenas econômico pode resultar na desqualificação de toda estrutura social que é produtora da cidade, em outras palavras, “a preocupação com a circulação do capital e principalmente com o recebimento de verbas financeiras sempre acabam por desqualificar certas partes do território da cidade e até mesmo privilegiar certos lugares e classes sócio-econômicas em detrimento de classes mais populares e seus locais de sobrevivência” (Araújo; Pfeiffer, 2011, p.5). Em resumo, as estratégias utilizadas, nesse processo, podem ser classificadas da seguinte forma:

a) A primeira estratégia do empresariamento urbano, de acordo com Araújo e Pfeiffer (2011, p. 5), consiste na exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços, “[...] ou seja, vantagens que vêm dos recursos básicos (o que as cidades possuem de recursos a serem explorados) ou da localização (onde fica e quais as vantagens que podem ser aproveitadas a partir disso)”. Contudo, estas vantagens podem ser criadas a partir da elaboração de infraestruturas necessárias para explorá-las,

e esta ação pode ser executada pelo poder público ou pelo privado ou pelos dois em conjunto.

b) A segunda estratégia consiste em transformar a cidade em um lugar inovador e seguro para viver e consumir. Nesse sentido, as cidades adotam estilos de caracterização que destacam suas qualidades, e essas qualidades, produzidas pelo poder público, são apresentadas como “cartões postais” e promovidas pelo *city marketing*⁶. Consequentemente, esta divulgação do potencial receptivo das cidades as coloca numa posição favorável para receber investimentos internacionais ou serem transformadas em palcos de grandes eventos internacionais (ou megaeventos), como Os Jogos Olímpicos, Copas Mundiais de Esportes, Congressos internacionais Políticos, Semanas ou Festivais de Arte, Tecnologia etc (Araújo; Pfeiffer, 2011).

Isto porque estes eventos podem trazer recursos de melhorias oriundos do poder público e/ou privado, mas, também, podem resultar na projeção das cidades, que as recebem, para o recebimento de investimentos internacionais, aumento do potencial turístico.

Todos os pacotes de comercialização das características de uma cidade são postos na “vitrine comercial global” tentando passar a ideia da qualidade da infraestrutura, segurança, educação, entretenimento, hospedagens, restaurantes e serviços de consumo. Mesmo que todos esses pontos atrativos sejam pontuais, apenas nas áreas em que os turistas, investidores e iniciativa privada fiquem localizados. O importante mesmo é vender a beleza das áreas que rendem lucro e manter as áreas territoriais desprivilegiadas na maior passividade possível, de preferência, escondidas, para que não se tornem notícia na imprensa e isso manche o trabalho e a incorporação de benefícios realizados pelas publicidades através da política de City Marketing (Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 6).

c) A terceira estratégia, de acordo com Araújo e Pfeiffer (2011, p.6) fundamenta-se na transformação “[...] da cidade em local de controle e funções de comando de altas operações financeiras, de governo ou de centralização e processamento”. As cidades que adotam essa estratégia podem se tornar uma referência no que diz respeito à questão de ser uma cidade simultaneamente anfitriã e informativa. E as cidades que estão enquadradas nesta estratégia “[...] acabam por ser denominadas como Cidades Globais ou Mundiais, que difundem progresso tecnológico e serviços especializados e concentram importantes mercados financeiros” (Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 6).

⁶ O *city marketing* ou marketing urbano é, de maneira geral, uma aplicação do marketing que tem como finalidade proporcionar oportunidades de promoção das cidades a partir da estratégia de aproveitamento da apresentação dos pontos positivos de determinadas localidades da cidade para atrair investimentos.

d) Por fim, a quarta e última estratégia é definida pela tentativa de “[...] assegurar a sobrevivência da cidade através da captura e manutenção de repasses dos governos centrais (Araújo; Pfeiffer, 2011, p. 6).

Vale destacar, neste sentido, o comportamento dos seguidores do empresariamento urbano, que enxergam a globalização enquanto um fenômeno cujos efeitos sobre as cidades podem ser positivos.

Os seus adeptos tendem a ver com nítido otimismo a globalização e os seus efeitos sobre as cidades. Argumentam, tipicamente, que, debilitado, o Estado-nação ter-se-ia tornado “pequeno demais” em face do grande capital transnacional, ao passo que, para a promoção ágil do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos cidadãos, mostrar-se-ia “grande demais” [...] Para os “empresarialistas urbanos”, uma cidade deveria funcionar tal qual uma empresa, concorrendo com outras cidades para atrair capitais, na base da construção de uma “governança” (Estado e sociedade civil) eficiente e moderna. Caberia às diversas forças sociais atuantes em cada cidade colaborar para garantir que ela se mostrasse cada vez mais “competitiva” (Souza, 2006, p. 128).

Enfim, a prática do empresariamento urbano foi estreada por países capitalistas centrais, que avistaram neste modelo uma forma de suavizar os impactos da crise, no espaço urbano, e facilitar a acumulação privada de capital. Contudo, a partir da década de 1990, a “eficiência” desta prática administrativa passou a ser difundida, também, nas cidades de países latino-americanos. No Brasil, a primeira cidade a servir como laboratório desta prática foi o Rio de Janeiro, que, nas palavras de Souza (2006, p. 130) “[...] foi, por seu turno, a porta de entrada do ‘empresarialismo urbano’ e de sua fachada ‘metodológica’, o ‘planejamento estratégico de cidades’”. Desde então, o “planejamento estratégico”, temática que será detalhada no próximo tópico, vem se difundindo pelo país.

2.1A ideologia privatista do planejamento estratégico das cidades

Nas últimas décadas, a discussão acerca das políticas e planejamento urbano tem sido dominada pelos modelos de planejamento competitivo, popularmente chamado de “planejamento estratégico urbano” (Vainer, 2013). O planejamento estratégico é inspirado em conceitos e técnicas originadas do planejamento empresarial, originalmente sistematizadas na *Harvard Business School*, e deve ser, de acordo com seus defensores, adotado pelos governos locais sob a justificativa de que as cidades estão submetidas aos mesmos problemas que as empresas.

A partir dos anos de 1960, surge no mundo empresarial, especificamente americano, a prática do planejamento estratégico como um instrumento de conquista de mercados. Este

propósito de “conquistar mercados” (Duriguetto, 2007) passa a ser executado a partir das transformações nas formas de gestão empresarial, que seriam direcionados “[...] para formas de organizar a produção e a circulação de produtos a partir de uma lógica estratégica, formulada a partir das novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho e das formas de produção ditadas pela era da *acumulação flexível*” (Duriguetto, 2007, p. 5).

Nos anos finais da década de 1980, a metodologia do planejamento estratégico passa a ser utilizada pelo poder público, tendo como foco o planejamento das cidades. A princípio, este modelo foi adotado nos Estados Unidos e na Europa, e mais tarde, na América Latina. O uso generalizado desse modelo de planejamento na administração pública ocorreu quando Margareth Thatcher esteve no comando do Reino Unido, a partir de 1979 (Silva, 2012). Vale mencionar, que na América Latina, o modelo vem se difundindo “[...] pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo marketing aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona” (Vainer, 2013, p. 1).

As cidades, sob a lógica do planejamento estratégico, seguem os ensinamentos das ações estratégicas adotadas pelas empresas e são idealizadas como atores econômicos, que se baseiam na lógica do mercado para planejar e executar suas ações. Para Castells e Borja⁷ (1996), pioneiros na sistematização teórica do planejamento estratégico, as cidades passaram a ter um forte protagonismo tanto na vida política quanto na vida social, cultural, econômica e nos meios de comunicação. Os autores defendem a ideia de cidades enquanto atores sociais complexos e de múltiplas dimensões. Crítico a este pensamento, Harvey (1996) ressalta que a reificação (coisificação) da cidade quando associada a uma linguagem, que entende o processo urbano enquanto um processo mais ativo do que passivo do desenvolvimento político-econômico, pode provocar alguns problemas, nas palavras do autor, “[...] dá a impressão de que a ‘cidade’ pode ser um agente ativo quando na verdade não passa de mera coisa” (Harvey, 1996, p. 51).

A ideologia do protagonismo das cidades defendida por Castells e Borja (1996) compreende as cidades como atores sociais, que não se confundem com o governo local, mas incluem-no. Os autores ainda reforçam que a cidade se expressa de maneira melhor enquanto um ator social ao passo que “[...] realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores

⁷ Manuel Castells e Jordi Borja foram responsáveis pela divulgação internacional do planejamento estratégico, por meio do estabelecimento de consultoria internacional.

intelectuais e profissionais e meios de comunicação social” (Castells; Borja, 1996, p. 152-153), em outras palavras, entre instituições políticas e sociedade civil. Essa articulação é executada por meio de uma ação coletiva e conjunta, que de acordo com os autores, pode responder a diversos objetivos e formas, como por exemplo:

— a resistência ou o confronto com um agente externo (por exemplo, uma administração superior, uma multinacional etc.); — a definição de produtos nos quais estão interessados, na sua venda ou produção, diversos agentes urbanos (por exemplo, promoção turística, oferta cultural, sede de um organismo internacional etc.); — campanhas baseadas na cooperação público-privada (por exemplo, campanhas de segurança pública, imagem, reabilitação urbana etc.); — grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento ou derivados de um programa cívico-político com ampla base consensual; — mobilização sócio-política que encontra sua base principal na afirmação da identidade coletiva ou na vontade de autonomia política (que se concretiza também em objetivos especialmente urbanos) (Castells; Borja, 1996, p. 153).

Um dos exemplos citados pelos autores para apresentar a intensificação dos sinais do crescimento do protagonismo das cidades é o surgimento do “movimento de eurocidades”, que nasceu em 1986, na Conferência de Cidades Europeias, realizado em Roterdã, e definiu as cidades como motores do desenvolvimento econômico, mas que se constitui formalmente em 1989, na conferência realizada em Barcelona. As “eurocidades” foram definidas como “[...] as multinacionais europeias ou *‘la force frappe’* europeia por personalidades do porte de Maragall (presidente do Conselho de Municípios e Regiões da Europa) e Delors (presidente da Comissão Européia)” (Castells; Borja, 1996).

O protagonismo econômico das cidades é ainda mais explícito em outros continentes, especialmente o asiático, onde se destacam várias cidades como Seul, Hong-Kong, Cingapura, Xangai, entre outras. As cidades asiáticas revelaram que, no mundo onde a economia é globalizada, o sucesso ou o fracasso das cidades não é determinado pelas posições adquiridas no passado ou riquezas naturais, por exemplo, mas sim pela “[...] velocidade da informação sobre os mercados internacionais e de adaptação aos mesmos, a flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e a capacidade de inserir-se em redes” (Castells; Borja, 1996).

A atuação das cidades também resultou em transformações políticas e econômicas nos Estados Unidos, e é citada, pelos autores, como mais um exemplo de signos do crescente protagonismo das cidades. Afetadas negativamente pelo neoliberalismo acentuado das presidências de Reagan e Bush, que suprimiu grande parte dos serviços sociais voltados para as populações urbanas e provocou uma queda de arrecadação dos governos locais, algumas cidades puseram em andamento “[...] projetos estratégicos, combinando objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano com respostas aos problemas gerados pela

degradação do meio ambiente, pelas crescentes desigualdades sociais e pela insegurança pública” (Castells; Borja, 1996, p. 154).

Na América Latina, a ideia da cidade como um ator político e econômico, nasce em meados da década de 1990. O papel das cidades e dos governos locais, de acordo com Castells e Borja (1996), foi revalorizado, neste período, devido aos processos de democratização política e de descentralização do Estado. No entanto, a emergência das cidades latino-americanas como protagonistas foi retardada devido a alguns fatores, como por exemplo os graves déficits de infraestrutura e serviços públicos, desigualdades e marginalidades herdadas etc.

A execução de projetos urbanos em grande escala, na América Latina, favorecida pelas privatizações em determinados casos, foi estimulada pela revitalização econômica. Contudo, algumas contradições e déficits herdados, como por exemplo incapacidade de atuação dos governos locais e escassa cooperação entre as esferas pública e privada foram agravadas. Outrossim, o fortalecimento dos processos democráticos internos e a crescente abertura econômica externa aumentaram as demandas sociais e intensificaram a sensação de crise funcional nas grandes cidades. Consequentemente, a intensidade dos problemas urbanos convergiu na sensação de crise, e simultaneamente, foram criadas condições para geração de respostas.

Estas não faltaram: a aprovação de projetos de reforma política e financeira em cidades emblemáticas da América Latina — como na Cidade do México, em Bogotá e Buenos Aires, e as reformas derivadas da nova constituição brasileira —, **o protagonismo político e na mídia dos prefeitos das grandes cidades** — convertidos muitas vezes em lideranças nacionais —, **o início dos planos estratégicos de desenvolvimento econômico, social e urbano baseados numa ampla participação cívica**, a descentralização dos governos locais, **o andamento de grandes projetos urbanos de iniciativa pública e/ou privada**, a cooperação entre ambos os setores etc. (Castells; Borja, 1996, p. 154, grifos da autora).

É válido, nesse contexto, o retorno ao pensamento de Milton Santos, que entende a “crise” como um processo permanente. Santos (2023, p. 44) defende que o que temos são crises sucessivas, que, na verdade, trata-se de uma crise global, “[...] cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio da crise. Nada é duradouro. Então, neste período histórico, a crise é estrutural”. Enfim, a solidificação do papel das cidades enquanto atores políticos e econômicos irão depender “[...] da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e conquistem um amplo consenso público” (Castells; Borja, 1996, p. 155).

Em junho de 1996, ocorreu em Istambul, a "Conferência Internacional Habitat II" patrocinada pelas Nações Unidas, onde foi aprovado como compromisso internacional um programa de ação, que constituiu uma série de princípios, diretrizes e medidas, difundidos por consultores internacionais, que concordavam com a ideia de que a mobilidade obtida pelos capitais reivindica mudanças nos paradigmas de gestão das cidades, que devem produzir novas habilidades com o objetivo de atrair investimentos. De acordo com Duriguetto (2005), a necessidade dessas novas qualificações do espaço citadino é concebida da assertiva, de que os Estados-Nação, subordinados aos fluxos de globalização, tinham um poder interventivo limitado.

Nesse contexto, as cidades apareceriam como local de interseção com os fluxos globais, uma vez que as empresas transnacionais estruturam suas estratégias a partir do conjunto das cidades mundiais. Nessa direção argumentativa, o enfraquecimento do Estado-Nação geraria a necessidade de que as cidades assumissem um papel mais independente na formulação e implantação de seu processo de desenvolvimento e acumulação de riquezas (Duriguetto, 2007, p. 5-6).

Pode-se refletir, a partir dos exemplos apresentados, sobre a prática do planejamento estratégico, que se apresenta “[...] como uma alternativa justamente por ter sido engendrado e testado” no mundo corporativo, nas empresas privadas (Vainer, 2014, p.4). No que diz respeito ao campo da gestão pública, “defende-se a “transferência dos serviços e atividades públicas” para a “gestão empresarial”, “visando obter a máxima eficiência econômica” (Borja, 1997, p. 96 *apud* Duriguetto, 2007, p. 6-7).

Nesse sentido, é possível compreender que a ideologia do planejamento estratégico das cidades tem suas diretrizes fundadoras baseadas na nova estrutura de administração pública neoliberal e na adaptação aos ditames da globalização econômica, que sujeita as cidades à criação de instrumentos direcionados ao estímulo da competitividade para que elas possam ser ofertadas no mercado global.

Nessa dinâmica privatista, a competência das funções do “governo local” é qualificada não por ações que busquem, no limite, padrões universalistas de justiça social, mas que integre a organização dos espaços urbano-regionais e os investimentos públicos nos circuitos de realização do capital internacional. Assim, uma gestão pública associada com a noção de competitividade global (livre mercado, crescente vulgarização da prestação de serviços sociais) atingem o status de um *bom senso, de boa governança* (Duriguetto, 2007, p. 7).

Consequentemente, o planejamento estratégico caminha em direção à transformação da gestão pública em uma atividade tão-somente técnica e administrativa, que busca a construção de atributos de competitividade e atratividade para os grupos econômicos privados, nas cidades. Nas palavras de Duriguetto (2005, p. 77), “essa lógica privatista de ordenamento das políticas que regulam os aglomerados urbanos é legitimada por uma estratégia discursiva politicamente

neutra”. De outra forma, podemos dizer que se busca a construção de um consenso em torno de uma ideia de que o único caminho para que as cidades sobrevivam e sejam qualificadas é através da adoção dessa estratégia competitiva.

Nesse sentido, para que esse consenso em torno das ideias estratégicas seja materializado, são executados alguns procedimentos metodológicos do planejamento estratégico, destacando-se, em primeiro lugar, a articulação público-privada. A cidade é transformada, então, em um polo de articulação de interesses, que envolve a sociedade civil, a iniciativa privada e o Estado.

Destaca-se, a partir do exposto, a “engenharia do consenso” (Sánchez, 2001), tão valorizada pelas atuais políticas urbanas, que é entendida como um instrumento de legitimação dos planos de cidade, uma vez que é um passo metodológico de envolvimento dos sujeitos, que incorpora, antes de tudo, uma lógica de incentivo à aceitação acrítica e despolitizada do plano, em especial das classes subalternas e das organizações que expressam e defendem seus interesses, “[...] porque apresenta a ideia da existência de comunidades harmônicas, da cidade como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses” (Duriguetto, 2004, p.79). Nesse contexto, é válido mencionar a importância da atuação do prefeito, uma vez que “‘lideranças carismáticas’ são elementos essenciais para o ‘sucesso’ do projeto ou do plano” (Guterman, 2012, p. 9).

Em suma “[...] os princípios, programas e projetos que compõem o planejamento estratégico são investidos de significados que legitimam a apropriação direta dos instrumentos de poder público pelo capital internacional e local” (Duriguetto, 2007, p.8). Enfim, ainda que um dos passos metodológicos desse modelo de planejamento seja o envolvimento dos cidadãos e de diferentes organizações nas discussões sobre os projetos para a cidade - esses já determinados pela ideia de crise-, na lógica do planejamento estratégico, é a diretriz da instrumentalização das cidades em função dos interesses do capital que domina.

2.2 O discurso do planejamento estratégico das cidades

O planejamento urbano estratégico é um modelo administrativo de planejamento urbano baseado em técnicas e conceitos oriundos do planejamento empresarial, em que a cidade deve ser pensada sob a ótica de uma empresa. Os defensores deste modelo argumentam que o planejamento estratégico deve ser adotado pelos governos locais, porque as cidades estão

submetidas aos mesmos fundamentos e condições que uma empresa. Nesse sentido, Vainer (2013) menciona Bouinot e Bermils (1995), Borja (1995) e Castells (1990), a fim de apresentar autores que defendem a transposição do planejamento estratégico para a gestão urbana sob a justificativa de que as cidades vêm sendo desafiadas por situações idênticas a das empresas.

No Brasil, o planejamento estratégico ganhou destaque a partir da década de 1990, sob o teto do neoliberalismo, que dita como indispensável a participação do setor privado para uma boa gestão pública. De acordo com Santos e Melo (2020, p. 3), no decorrer do processo de implantação deste modelo, nas várias cidades que o adotaram, foi possível compreender o planejamento estratégico enquanto um modelo de gestão urbanística marcado por “[...] um racionalismo extremo expresso nos modelos de cidades muitas vezes zonificados e segregados, e [...] por uma administração centralizada e hierarquizada em setores e pela permissividade com o mercado e os agentes econômicos mais poderosos”.

Caminhando em direção contrária ao tradicional planejamento físico-territorial, o planejamento estratégico enfatiza a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento urbano ou Grandes Projetos Urbanos (GPUs) enquanto “[...] vetores privilegiados e estruturantes do desenvolvimento. Os GPUs são formas complexas de articulação entre o público e o privado, referentes ao território, acionadas a fim de superar a propalada “ineficácia” da ação do Estado” (Santos; Mello, 2020, p.4). De acordo com Sánchez e Vainer (2003), o planejamento por projeto é apresentado como alternativo ao modelo normativo, diretivo e rígido do zoneamento e do Plano Diretor, e proposto como estratégia capaz de estimular o desenvolvimento e a articulação do tecido urbano.

Dessa maneira, com base na tendência mundial do “urbanismo estratégico”, esse modelo de gestão por projetos dá prioridade às intervenções localizadas, pontuais, que possam entranhar efeitos positivos para a cidade, em contraponto aos modelos inscritos num planejamento tido como mais “tradicional” e “regulador” (FERNANDEZ VILAN, 1999; CHADOIN; GODIER; TAPIE, 2000). Trata-se da imagem que a cidade veicula junto às obras de um urbanismo caracteristicamente de resultados. O projeto ganha importância face ao plano e a expertise para realizá-lo transforma-se numa mercadoria ela mesma (Sánchez et al., 2004, p. 43).

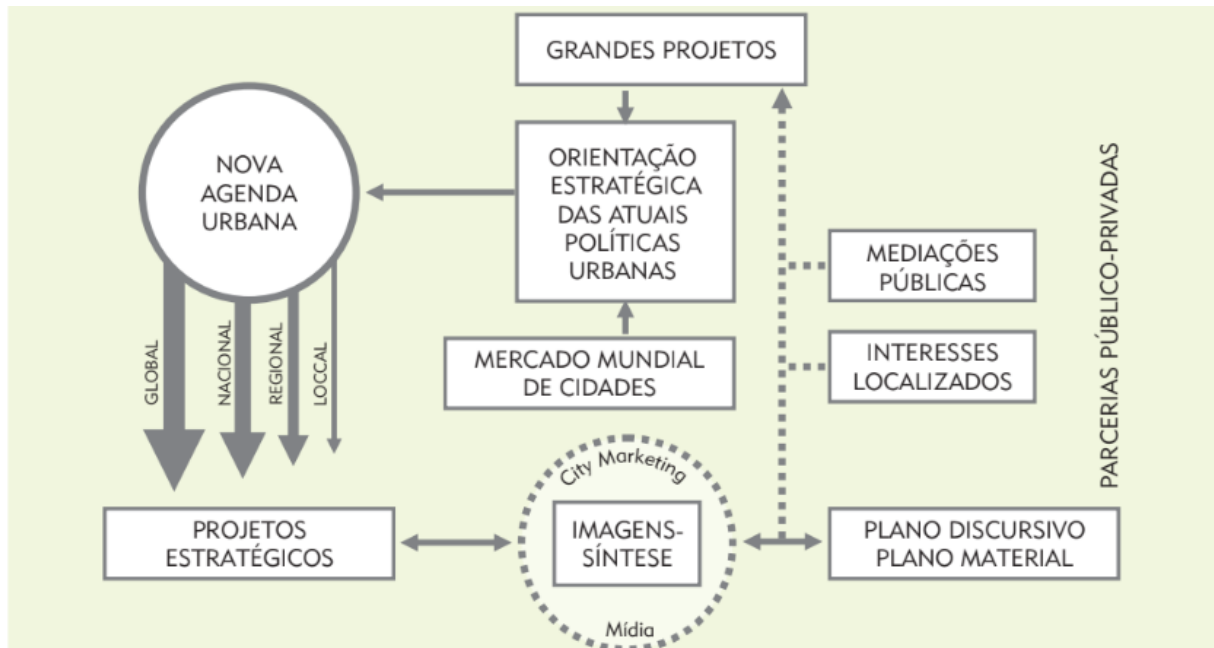
Assim, o modelo urbano característico das cidades, que adotaram o planejamento estratégico, “[...] é um modelo que dá prioridade a **grandes edifícios, grandes vias de circulação e operações imobiliárias especulativas**, em detrimento da qualidade de vida das pessoas em seus bairros (Santos; Mello, 2020, p.4, grifos da autora)”. Consequentemente, esses planos urbanísticos, que são projetados de acordo com critérios econômicos de zonificação, contribuem para intensificação das diferenças entre centro e periferia, promovendo a segregação de alguns bairros.

A viabilização deste modelo está correlacionada à efetivação das “parcerias público-privadas” (doravante PPPs), que é comumente justificada como necessária pelos seus promotores devido à dinâmica - lenta- do setor público (Sánchez *et al.*, 2004). A autora ainda ressalta que, conforme os referidos promotores, as formatações dessas parceiras, apresentadas como inovadoras, também buscam: 1) implementar mecanismos para captar investimentos para as obras, em face da crise fiscal e da escassez de recursos públicos; “2) escapar dos regulamentos e/ou impedimentos (burocrático-administrativos e temporais, por exemplo) da máquina pública; e 3) facilitar a confecção de novas formatações jurídico-burocrático-administrativas e financeiras para a execução dos projetos” (Sánchez *et al.*, 2004, p. 43).

Vale reforçar que a lógica da gestão empresarial se faz cada vez mais presente na governança das cidades, e que a produtividade e competitividade, enquanto qualidades a serem alcançadas pelas cidades, são incentivadas por Instituições e agências locais e internacionais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os consultores internacionais.

Nesse contexto, a cidade, conduzida como uma empresa e com comandos claros de quem detém o capital, está sempre em busca de negócios e em competição com as demais cidades da sua região e do seu país. E deve, dessa maneira, estar sempre “[...] unida para competir, por isso, as campanhas de marketing urbano promovem a unidade entre os cidadãos e a eliminação dos conflitos, como se não houvesse diferenças sociais e econômicas profundas na composição das cidades” (Santos; Mello, 2020, p. 4). O esquema abaixo representa, sucintamente, os elementos relacionados ao modelo estratégico de planejamento urbano.

Imagem 01: Esquema Planejamento Estratégico



Fonte: Sánchez *et al.*, 2004

Nesse ambiente de competitividade revela-se um conjunto de orientações que passam a integrar uma pauta a ser alcançada e executada pelos administradores urbanos, independentemente de filiação partidária. Nessa pauta destacam-se as seguintes iniciativas: a formação de parcerias entre os setores público e privado, já mencionada anteriormente; a execução de novos instrumentos e instituições direcionados ao governo urbano; e “a desregulamentação e/ou flexibilização do aparato legal da cidade e a redução da escala de intervenção/gestão urbana, por meio de projetos de grande impacto no espaço construído das cidades” (Sánchez *et al.*, 2004, p. 42).

Essas prescrições, tomadas como iniciativas direcionadas a instauração de um clima dinamizador e empreendedor de cidade, têm sido anunciadas mundo afora, utilizando termos como “pertencimento”, “cidadania”, “eficiência”, “sustentabilidade”, “parcerias” etc “[...] que compõem, especialmente no plano discursivo, o vocabulário atual das agências multilaterais de desenvolvimento” (Sánchez *et al.*, 2004, p. 42). De acordo com Vainer (2014), o discurso do planejamento estratégico é baseado na paradoxal relação entre três analogias constitutivas: a) a cidade é uma mercadoria; b) a cidade é uma empresa; e c) a cidade é uma pátria. Em suma:

1- A cidade é uma **mercadoria**, a ser vendida num mercado competitivo de localizações, em que os clientes seriam capitalistas, em primeiro lugar, mas também turistas e indivíduos que escolhem onde investir, passear, viver. Para isso se desenvolvem as técnicas do marketing urbano, direta e abertamente decalcadas do marketing tout court. [...] A cidade é uma **empresa**, em confronto (competição) com outras cidades-empresas, para impor-se no mercado de cidades (mercado de

localizações). Daí a necessidade de estratégias competitivas, de uma direção empresarial (**o prefeito empreendedor**), uma flexibilidade que é estranha ao setor público e indispensável ao negócio privado, entre outras características. [...] A cidade é uma **pátria**, pensada como tal, o que pressupõe a necessidade de fomentar e consolidar o que autores catalães, e seus epígonos, chamam de “patriotismo cívico” ou “patriotismo de cidade”. Nesta cidade, as confrontações, os conflitos e as lutas intestinas são vistas como uma ameaça à luta – da pátria urbana – com outras cidades (2014, p. 4-5, grifos da autora).

Pode-se dizer que os pressupostos e princípios do planejamento estratégico estão ancorados na ideia de competitividade. Assim, como dito anteriormente, diante do processo de globalização e enfraquecimento dos estados nacionais, as cidades estão submetidas a uma disputa para que, deste modo, “[...] conquistem um espaço de inserção global competitiva. Cidades competem com cidades, regiões com regiões, para atrair turistas, capitais, grandes eventos, enfim, os ingredientes indispensáveis às cidades – ou regiões - vencedoras” (Vainer, 2014, p. 4).

Nesse cenário, conduzido pela lógica empresarial, a competição por investimentos impõe, de acordo com Sánchez *et al.* (2004, p. 42), “uma verdadeira “guerra” entre os lugares, expressão emblemática da subsunção do mundo e da vida contemporâneos à lógica do capital nesses tempos de desmedida empresarial”. No entanto, essa “guerra civil”, segundo Vainer (2014), é uma ameaça para a competitividade das cidades. Nas palavras do autor: “uma cidade conflagrada internamente está fadada à derrota. O argumento é conhecido: como poderemos competir e vencer outras cidades se vamos divididos ao campo de batalha” (Vainer, 2014, p. 5).

Assim, a política passa a ser vista como uma ameaça à execução de estratégias vencedoras, e para que as cidades possam ter chance na competição é necessário banir o conflito, ou seja, banir a política no espaço urbano. Em outras palavras, as iniciativas estratégicas dependem da transformação das cidades em um bom ambiente de negócios. Logo, o consensualismo ganha destaque e “[...] aparece como *ersatz* da política e da ação coletiva. Os elementos turbulentos são ameaça à vitória pátria, verdadeiros traidores da pátria urbana” (Vainer, 2014, p. 5).

Em suma, esse modelo e método de planejamento foi transposto para o setor público e para as cidades por ter sido apresentado como uma alternativa, para enfrentar um quadro de crise, elaborada e testada no mundo corporativo. Nesse sentido, o fundamento lógico da transposição do planejamento estratégico de empresas para o urbano é baseado em uma ideia de que as cidades estão confrontadas a um mercado competitivo de localizações, consequentemente a adoção de uma atitude competitiva e estratégica seria algo natural. E este

modelo, como destaca Vainer (2013), após várias pesquisas realizadas pelo ETTERN (Laboratório Espaço, Trabalho, Território e Natureza), opera baseados em três lógicas complementares, que constituem a estrutura do seu discurso como foi mencionado anteriormente, e serão explicadas a seguir: a) a cidade é uma mercadoria, b) a cidade é uma empresa e a c) a cidade é uma pátria.

a) a cidade é uma mercadoria

Pode-se dizer que, talvez, uma das ideias mais aceitas entre os neo-planejadores urbanos é de que a cidade é uma mercadoria a ser vendida, e isso explicaria como o marketing urbano se tornou determinante no planejamento e gestão das cidades, ao mesmo tempo em que “encontraríamos as bases para entender o comportamento de **muitos prefeitos**, que mais parecem **vendedores ambulantes que dirigentes políticos**” (Vainer, 2013, p.2, grifos da autora).

A conversão das cidades em mercadoria sinaliza que o processo de mercantilização desses espaços alcançou outro patamar, o de “[...] produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual” (Sánchez, 2010, p. 137). Quando transformadas em mercadoria, as cidades aspiram um estilo de caracterização que tornem evidentes seus ambientes turísticos, históricos, geográficos, culturais e comerciais (Santos; Mello, 2020), consequentemente são elaboradas e executadas estratégias especiais de promoção destes espaços.

Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço e, baseadas nelas, as imagens-síntese e os discursos sobre as cidades, fazem parte, pela mediação do político, dos processos de intervenção espacial para renovação urbana (Sánchez, 2001, p.33).

Neste cenário, em que prevalece a máxima de que o que é bom para as empresas e faz a prosperidade econômica aumentar, também é bom para a população, o Estado local exerce o papel de “[...] costurar ‘pactos’ e ‘consensos’ locais, ajudar a criar um bom ‘ambiente de negócios’ e promover a imagem da cidade no país e no mundo” (Souza, 2006, p.129). Vale mencionar, aqui, o olhar de Arantes (2000) sobre esse processo de reformulação do planejamento urbano, uma vez que a autora argumenta que o “negócio das imagens” é uma nova fronteira de acumulação e dinheiro desbravada por investidores e governantes.

No entanto, a cidade é considerada uma das mais complexas mercadorias, uma vez que não se sabe ao certo o que é vendido quando se vende uma cidade. A resposta para essa questão depende de quem se tem em vista como comprador. Assim, os atributos a serem vendidos seriam modificados em função das características dos compradores visados: “idosos podem querer calma e grande número de serviços médicos, religiosos podem preferir grande concentração de lugares de retiro e prece, jovens podem estar buscando certos tipos de entretenimento e lazer, etc.” (Vainer, 2013, p. 2). Logo, no contexto da economia globalizada, os planos estratégicos objetivam os investidores internacionais como principais compradores.

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas ‘exportações’ (de bens e serviços, de seus profissionais etc.) (Castells & Borja, 1996, p. 160).

Vale reforçar que a cidade enquanto mercadoria é qualificada pelo “[...] mercado externo, e muito particular, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital” (Vainer, 2013, p. 3). Dessa forma, o objetivo dos “pragmáticos consultores”, como destacada Vainer (2013, p. 3), em transformar a cidade em uma mercadoria é a abertura seletiva para o exterior: “não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos dos campos ou de outros países igualmente pobres; queremos visitantes e usuários solventes”. A partir do exposto, pode-se dizer, que transformada em uma mercadoria, assim como objetiva o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é uma simples mercadoria, mas uma mercadoria de luxo prometida para um grupo de elite de potenciais compradores.

b) a cidade é uma empresa

De acordo com Oliveira (1999, p. 151), a presença da metáfora “cidade-empresa” no discurso planejamento urbano no lugar das metáforas utilizadas para se referir às cidades no início do século (“cidade-corpo/organismo” e “cidade-máquina”) “remete a um questionamento acerca da metáfora constitutiva que tornou possível a sua geração e aceitação social”. Na esteira deste mesmo pensamento, Vainer (2013, p. 3) afirma que “a representação da cidade-coisa, da cidade-objeto, da cidade-mercadoria (de luxo) coexiste com uma outra em que a cidade aparece como sujeito – sintático”.

Consequentemente, a cidade “deixa” de ser uma forma passiva de objeto e assume uma forma ativa, ou seja, ganha uma nova identidade que é a identidade de uma empresa. De certo

modo, a analogia da cidade-empresa “[...] constitui a condição mesma da possibilidade de transposição do planejamento estratégico de seu território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano” (Vainer, 2013, p. 4). Vale reforçar que

[...] ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada (Vainer, 2013, p. 5).

Na América Latina, a grande alegoria da cidade-empresa é a narrativa da elaboração do Plano Estratégico de Barcelona. Barcelona, cidade-sujeito, por mérito próprio põe em prática uma mobilização externa e interna que resulta na sua inclusão competitiva na nova Europa e no mundo globalizado, devido a ter podido sediar as Olimpíadas de 1992 e à construção de um projeto de cidade de consenso.

Nesse bem-sucedido esforço de sedução foram utilizadas expressões que amenizavam a face dura da competição como “segurança cidadã” e “participação cidadã”, ao lado de outras como “cultura cívica” e “patriotismo de cidade”, valorizando o local e a tradição. O apelo dramático da união de um povo oprimido pela ditadura franquista, finalmente liberto para lutar pela candidatura das Olimpíadas e inserir-se competitivamente na nova Europa, é uma das histórias recentes de cidade mais conhecidas entre os técnicos e estudiosos do planejamento urbano e da gestão das cidades (Oliveira, 1999, P. 156-157).

Dessa forma, a analogia da cidade-empresa supõe e propõe a despolitização da cidade. De acordo com Vainer (2013), esta analogia não encerra em uma proposta meramente administrativa ou gerencial ou operacional. Enfim, a cidade-empresa precisa ser realista, e estar sempre adequada às tendências do mercado sem almejar a produção de planos utópicos para poder, desta forma, competir como grandes empresas.

c) a cidade é uma pátria

Pode-se dizer que as estratégias de desenvolvimento urbano variam de cidade para cidade baseadas no objetivo e no público a ser atingido. A instauração da cidade-empresa, sob a lógica de que “na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei” (Vainer, 2013, p. 7), nega, de maneira radical, a cidade enquanto espaço político. O autor defende que a construção política e intelectual das condições para legitimação de projetos tão radicais realizados no espaço público e para a subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local não acontecem sem a construção do consenso. A viabilização dos planos estratégicos é totalmente dependente da unificação da cidade, sem brechas, em torno do projeto.

Nesse sentido, Vainer (2013) destaca ainda dois elementos em que está estruturada a construção política do projeto ideológico: a necessidade de uma consciência de crise e o patriotismo de cidade. Como exemplo para ilustrar essa ideia, Vainer apresenta o clássico caso da cidade de Barcelona, que para alcançar o sucesso teve como ponto de partida uma aguda e generalizada consciência de crise. Esse mesmo pensamento é ilustrado, na seguinte citação, em que, além da experiência de Barcelona, são considerados exemplos de experiências de outras cidades europeias (Lisboa, Sampaio, Barcelona, Lille, Estrasburgo, entre outras) que obtiveram sucesso:

Em todas as cidades o projeto de transformação urbana é a somatória de três fatores: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica); c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural (Castells & Borja, 1996, p. 156).

Consequentemente, essas experiências são transformadas em modelos universais a serem seguidos, e “com alguns anos de atraso os exemplos europeus citados podem ser encontrados na América Latina” (Castells & Borja, 1996, p.156). Mas outro ponto a ser considerado é a efemeridade do sentimento de crise, que fragiliza a base que deveria sustentar a unidade e o consenso em torno dos projetos exigidos pelo planejamento estratégico.

Nesse sentido, Vainer (2013), baseado nas ideias de Castells e Borja (1996), aponta a transformação do fugaz sentimento de crise num consistente e durável patriotismo de cidade como uma resposta para a efemeridade do sentimento de crise. Assim, uma das principais estratégias do planejamento estratégico é, justamente, a criação das condições de sua introdução enquanto discurso e projeto de cidade.

Vê-se que curiosa e paradoxalmente, o patriotismo de cidade, ao contrário do sentimento de crise, não é condição, mas resultado do sucesso do próprio projeto – na verdade é simultaneamente resultado e condição. A unidade que se pressupunha no discurso unitário sobre a cidade é a unidade que se pretende construir. O paradoxo realizado: o plano estratégico fala em nome de uma cidade unificada cuja construção pretende engendrar através da promoção do patriotismo (Vainer, 2013, p. 9).

Além disso, Vainer (2014) defende que para todo projeto ou concepção de existe uma utopia social. O autor denomina “utopia da cidade harmoniosa” a utopia que funda a cidade sem conflito, e identifica três tipos dela: I) a utopia da sociedade/cidade igualitária; II) a utopia da sociedade/cidade silenciada; III) a utopia da sociedade/cidade consensual ou negocial. Em resumo, cada uma dessas utopias é explicada pelo autor da seguinte forma:

I. Utopia da sociedade/ cidade igualitária: sob a luz das ideias de Engels e Marx, o autor afirma que em praticamente todos os modelos de sociedade utópica estão

presentes o igualitarismo e a ausência de conflituosidade. “Nascidas quase sempre de uma crítica às desigualdades que marcaram a emergência do capitalismo (e ainda marcam, hoje, o capitalismo maduro), as utopias sociais são quase sempre utopias urbanas” (Vainer, 2014, p.6). Logo, a cidade pensada sob a lógica destas utopias é uma cidade em que a homogeneidade dos indivíduos institui a prevenção plena e absoluta do conflito.

II. Utopia da sociedade/cidade silenciada: comparada a uma ditadura, esta utopia é aquela em que qualquer manifestação de dissenso é destruída pela violência de poder. O pressuposto sob o qual se constrói esta utopia é a violência absoluta. Logo, “o exercício totalitário do poder, em que a violência constitui mecanismo de primeira instância, é o fundamento mesmo da ordem, entendida aqui e agora como ausência de conflito” (Vainer, 2014, p. 7)

III. Utopia da sociedade/cidade consensual ou negocial: o pressuposto desta utopia é baseado na ideia de que os conflitos se manifestam apenas quando não houve uma negociação adequada dos interesses diversos. O modelo desta utopia é “[...] o mercado, onde agentes supostos livres e iguais, livres possuidores de mercadorias, negociam livremente (Vainer, 2014, p.8). Em suma, na utopia da cidade consensual, o conflito é banido pelo poder negocial dos dominantes, e não pelo exercício do poder autoritário do estado.

Por fim, Vainer (2014) ressalta as contradições existentes entre a construção dos conceitos de “cidade empresa”, “cidade pátria” e “cidade mercadoria”. Isto, porque a indagação à transformação da cidade em mercadoria “[...] se dilui no momento em que ela ressurge travestida de empresa; e a crítica a esta analogia perde sentido quando é a cidade-pátria que emerge, oferecendo a paz, a estabilidade e a garantia de líderes capazes de encarnarem, graças a seu carisma, a totalidade dos cidadãos” (Vainer, 2014, p.11). Esta fluidez conceitual atua como um instrumento ideológico, no sentido de oferecer imagens e representações, ainda que contraditórias, no momento necessário. Dessa maneira, pode-se dizer que uma das estratégias do planejamento estratégico é a criação de condições para sua instituição como discurso e projeto de cidade.

3. O PLANO ROTAS DO FUTURO: PLANO ESTRATÉGICO DO RECIFE 2021-2024

Dentre as práticas mais comuns do planejamento estratégico, em que as cidades, na condição de mercadorias, são adequadas à ordem econômica mundial, destaca-se o planejamento vinculado à elaboração de planos estratégicos, prevendo obras de reestruturação urbana, a utilização de marketing urbano para promover interna e externamente a imagem da cidade, a intensificação do uso de parcerias público privadas (PPPs) e a construção de consenso entre os cidadãos para sustentar o novo projeto de cidade (DINIZ et al., 2020, p. 7).

A partir desse entendimento, é provável que o melhor caminho para se observar e compreender as ideias defendidas pelo planejamento estratégico seja a leitura dos documentos produzidos pelas gestões que o adotaram. Para isto, utilizaremos o “Rota do Futuro: Plano Estratégico do Recife 2021-2024”, documento que possibilita o acompanhamento das iniciativas desenvolvidas pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

Em 2021, foi publicado o Plano Estratégico do Recife 2021 - 2024, nomeado “Rotas do Futuro”, que foi norteado pela decisão de adotar, na administração pública, o conceito de “Gestão por Resultados” (GPR). Originado, no contexto da Nova Gestão Pública, nos anos 1950, a GPR “constitui-se em uma estratégia de mudança na qualidade dos serviços públicos e teve sua implantação amplamente difundida em diversos países devido a globalização e ao uso de novas tecnologias para a gestão” (Rozal; et al, 2022, s/p).

Elaborado por técnicos e especialistas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital, o processo de construção deste Plano foi concebido a partir de documentos norteadores, como o Programa de Governo apresentado pelo atual líder executivo João Campos (PSB) e a vice-prefeita Isabella Roldão (PDT) no período das eleições municipais, o Plano Diretor do Recife, o Plano Recife 500 anos, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o Plano Plurianual 2018-2021, também possui um alinhamento com o Plano Plurianual Participativo 2022-2025, e é apresentado como uma iniciativa inédita dentro da administração pública da cidade.

A introdução do Plano exalta o fato de Recife ter sido reconhecida como a capital mais transparente do país, de acordo com estudo da Controladoria-Geral da União (CGU), em 2021. No entanto, vale ressaltar que o bom posicionamento da cidade, no quesito transparência, deve-se ao fato do baixo índice de transparência na divulgação de dados públicos de outras capitais. Em junho de 2024, foi divulgado o resultado do levantamento realizado pela *Open Knowledge*

Brasil⁸, que revela que apesar da baixa pontuação, Recife obteve a terceira melhor classificação do país em transparência. A pontuação segue uma escala de 0 a 100, e é dividida em 5 níveis de abertura “opaco, baixo, médio, bom e alto”. Recife obteve um índice equivalente a 38 pontos, sendo classificado como “índice baixo” (RECIFE TEM, 11 jun. 2024). E as áreas com piores índices de dados abertos, no Recife, foram legislação e habitação, com pontuação zero.

A Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), no entanto, exhibe esses mesmos dados como um relevante reconhecimento e um resultado positivo (RECIFE É, 05 jun. 2024). Ao longo do Plano são destacados com frequência a importância da transparência, da participação da população nas tomadas de decisão, como um importante ativo na construção de uma gestão democrática e, principalmente, da adoção do planejamento estratégico enquanto um bom método para traçar estratégias capazes de retomar a economia da capital, ou melhor ir “[...] além do patamar alcançado pelas crises sucessivas no país que antecederam o cenário agravado pelas restrições sanitárias da Covid-19 a partir de 2020” (Rotas Do Futuro, 2022, p. 9).

O documento foi elaborado cumprindo as seguintes etapas: 1- Diagnóstico situacional e definição da estratégia, em que foram mapeados cenários com o objetivos de identificar as fragilidades e potencialidades capazes de influenciar no planejamento estratégico, e construída a identidade organizacional da gestão e dos objetivos que norteiam cada um dos 12 eixos que fazem parte do Plano; 2- Formulação de iniciativas, em que foram criadas iniciativas para serem implementadas a partir de 2022; 3- Planejamento orçamentário e financeiro, em que foram dimensionados e alocados, de forma estratégica, os recursos financeiros dos quais a administração pública dispõe; 4- Sistemática de monitoramento e avaliação, em que é alinhado o processo de execução das políticas públicas com o que foi planejado e os resultados pretendidos ; 4- Implementação, que foi iniciada em 2022, com a divulgação do conteúdo do plano para os secretários e dirigentes de órgãos da Prefeitura. (Rotas Do Futuro, 2022, p. 22 - 29).

O principal produto do Plano foi o “Mapa da Estratégia - Recife na Rota do Futuro”, uma ferramenta visual em que são apresentadas a identidade visual da gestão (missão, visão e premissas) e os objetivos da gestão para os anos de 2022 até 2024. A lógica deste planejamento está dividida em quatro dimensões estratégicas: “Viver Bem”, “Viver as Oportunidades”, “Viver a Cidade” e “Gestão Integrada e Digital”. “Cada uma destas dimensões engloba um conjunto de eixos temáticos que consistem nas temáticas que visam agrupar, de forma

⁸ A Open Knowledge Brasil é uma plataforma gratuita de código aberto que analisa políticas públicas com base nas informações disponibilizadas pelas prefeituras e câmara municipais.

sistemática, as iniciativas da gestão a serem executadas para a concretização da visão de futuro” (Rotas Do Futuro, 2022, p. 31).

Os 12 Eixos Estratégicos são divididos da seguinte forma: 1- Educação; 2- Segurança Cidadã; 3- Saúde; 4- Desenvolvimento Social, que fazem parte da dimensão “Viver Bem”; 5- Meio Ambiente e Sustentabilidade, 6- Desenvolvimento Econômico, que fazem parte da dimensão “Viver as oportunidades”; 7- Desenvolvimento Urbano, 8- Cultura e Bem-Estar, da dimensão “Viver a Cidade”; 9- Gestão e Governança, 10- Capital Humano, 11- Transformação Digital e 12- Participação Cidadã, da dimensão “Gestão Integrada e Digital”. Cada Eixo Estratégico está relacionado a um Objetivo Estratégico, que “retratam os desafios que a gestão municipal deverá superar para conseguir implementar sua estratégia e estão interconectados entre si” (Rotas Do Futuro, 2022, p. 31).

A Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, debatida nesta pesquisa, é parte das ações do programa “Caminhos do Recife”, que está inserido no Eixo Estratégico “Desenvolvimento Urbano”, da dimensão “Viver a Cidade”. Por meio do programa “Caminhos do Recife” serão executadas intervenções na cidade, com o objetivo de promover a melhoria da mobilidade urbana. As intervenções deste programa abrangem a requalificação dos passeios públicos, manutenção e construção de novas vias e pontes. Como resultado esperado do “Caminhos do Recife” tem-se a ampliação da malha viária para melhoria da mobilidade na cidade e economia de recursos públicos, e o programa conta com um orçamento de R\$ 246.246.000,00.

3.1 Contextualização do caso: a ponte Engenheiro Jaime Gusmão e a ZEIS Vila Esperança

Sinônimo de renovação, modernidade, geração de emprego e renda; “muita engenharia e muito trabalho”⁹; ... Não faltam enunciados para descrever e apresentar o projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão como um importante investimento para a mobilidade urbana da cidade do Recife. A obra foi apresentada, nas redes sociais do líder executivo municipal, João Campos (PSB), e nos veículos de comunicação oficiais da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), como um projeto grandioso e histórico. No entanto, ao mesmo tempo em que se percebeu uma ampla divulgação sobre a importância e necessidade da obra para viabilizar a

⁹ “muita engenharia e muito trabalho para entregar o melhor para a cidade” é uma referência feita ao recorte da legenda de uma publicação feita na rede social, TikTok, do prefeito João Campo, sobre a construção da ponte. Disponível em <<https://www.tiktok.com/@joaocampos/video/7269095980245470496>>

mobilidade nas Zonas Norte e Oeste da cidade, notou-se, também, uma insuficiência de dados oficiais sobre os impactos negativos do projeto.

A intenção de compreender e analisar como ocorre o processo de legitimação de projetos ditos estratégicos, partir da retomada da construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, nasce da observação de contradições presentes, na realização da obra dissimuladas por discursos de desenvolvimento e renovação, apresentadas nos planos do projeto e propagadas nas redes sociais do prefeito da cidade, pela mídia, nos veículos de comunicação oficiais da PCR e, também, em placas sobre a obra espalhadas pela cidade. Mas parte, também, de uma inquietação acerca dos impactos dessa obra na vida das moradoras e moradores da ZEIS Vila Esperança, que foram removidos em função deste projeto.

Imagem 02: outdoor localizado na Praça do Monteiro, em frente a ZEIS Vila Esperança



Fonte: da autora, 2022

Vila Esperança está localizada no bairro do Monteiro, um bairro nobre, que compreendia, na década de 1950, as terras do engenho de São Pantaleão do Monteiro, grande engenho de cana-de-açúcar (Costa, 1981). Naquela época, havia casarões, no bairro, onde viviam os donos de engenho e seus empregados (Costa, 1981). Alguns destes casarões ainda existem e servem como moradia ou salões de festa, como é o caso da residência de uma moradora da ZEIS, que era uma antiga senzala construída no século XVII (Cendhec, 2021), e da antiga casa de veraneio, onde morou o ex-governador Cid Sampaio, e atualmente é um salão de festas compartilhado por dois edifícios da construtora Moura Dubeux, que receberam o sobrenome do ex-governador.

Imagem 03: fachada do casarão



Fonte: Google Street View, 2023

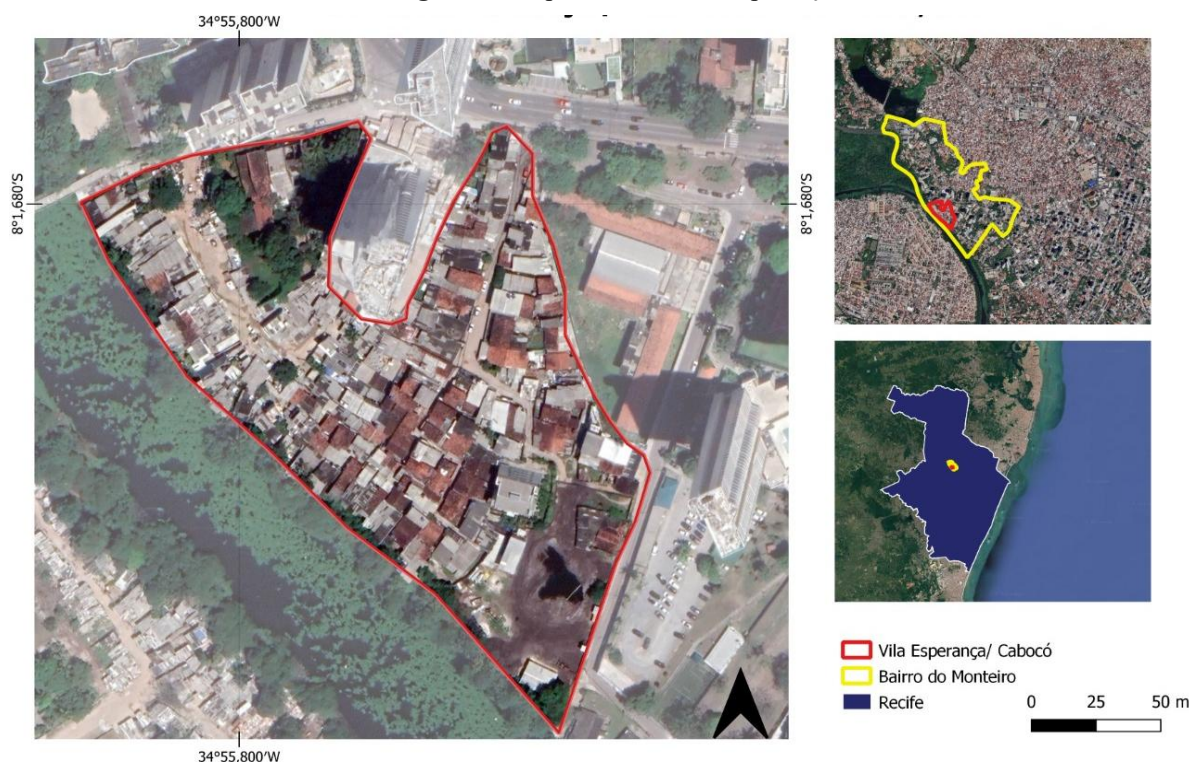
Imagem 04: casa de festa



Fonte: da autora, 2024

Por volta da década de 1970, alguns terrenos da Rua Ilha Temporal foram ocupados por várias famílias, que construíram suas casas e se estabeleceram nesse espaço, dando origem à comunidade Vila Esperança-Cabocó, no entorno dos casarões, que pertenciam aos donos do Engenho, chegando até as margens do rio Capibaribe (Rocha, 2021). A princípio, a comunidade se estabeleceu em 1987, com 23 famílias que moravam em casas de lonas e taipa. E foi nomeada de “Vila Esperança” por seus moradores que desejavam manter vivo o sentimento de esperança da conquista definitiva do local de suas moradias.

Imagem 05: mapa da ZEIS Vila Esperança



Fonte: elaboração própria com base na descrição de limite da área da ZEIS, Lei Nº 15.926/94

A partir da construção de suas residências, os moradores da comunidade foram modificando aos poucos a paisagem do bairro e tornando difícil a visualização desses casarões. Além disso, também foram realizadas intervenções, no bairro, por construtoras imobiliárias, “[...] que vêm abrangendo cada vez mais espaços dentro dele, crescendo no sentido Leste-Oeste [...] onde somente entre 1998 e 2010, foram construídos cerca de doze edifícios, a maioria da construtora Moura Dubeux.” (Rocha, 2021, p.2).

Em 1975, o bairro do Monteiro passou por um processo de desvalorização, em consequência da grande cheia que aconteceu, neste ano, e que foi considerado o maior desastre natural da história do Recife. No entanto, os terrenos do bairro voltaram a ser valorizados a partir da prática da especulação imobiliária e construção de grandes prédios (Rocha, 2021). Hoje, o bairro é cercado de prédios, e Vila Esperança é apenas uma pequena comunidade ilhada e escondida por grandes construções, que resistiu durante muitos anos à especulação imobiliária e, atualmente, está sendo removida por uma ação oriunda do poder público.

Mas a execução de um projeto, que implicaria na remoção forçada dos moradores da ZEIS Vila Esperança, inicia em 2012, ano em que iniciou a construção da ponte Monteiro-Iputinga. O projeto da ponte foi idealizado pelo prefeito João da Costa (PT). Inicialmente, a obra fazia parte do objeto do contrato nº 009/2012, inserido no Projeto Capibaribe Melhor, que

foi firmado entre a Autarquia de Urbanização do Recife (URB) e o Consórcio Construtor Cinzel/ Camilo Brito, assinado em 27 de fevereiro de 2012, e contava com recursos do Banco Mundial para ser executado.

Neste período, algumas famílias, que viviam no território, foram retiradas de seus imóveis em função da obra. Algumas destas famílias foram reassentadas para um conjunto habitacional construído pela Prefeitura e localizado dentro da própria ZEIS. As demais recebem auxílio moradia da Prefeitura, que na época era equivalente a R\$ 200,00, mas teve um reajuste após a sanção da Lei Municipal nº 18.936, de 08 de junho de 2022, que previu o aumento de 50% deste valor. Atualmente o valor deste benefício destinado a moradores, que se enquadrem nas seguintes situações: “I- em situação de vulnerabilidade social, cujos imóveis foram destruídos, avariados permanentemente, ou interditados definitivamente, conforme laudo da Defesa Civil municipal; II- removidas de imóvel situado em área onde ocorrerá execução de obra pública” (Art. 3º, I e II, da Lei 18.936), é de R\$ 300,00.

Imagem 06: Conjunto Habitacional



Fonte: da autora, 2024

Inicialmente, o tempo para a conclusão do projeto era de 18 meses, mas foi adiado por mais 12 meses, dessa forma, a data final para o término da obra era novembro de 2014. Entretanto, a execução da obra foi suspensa por alguns meses e foi retomada em julho de 2013 com entrega prevista para março de 2015. No mesmo ano, o prefeito à época Geraldo Júlio (PSB) sancionou a lei 10/2013, de autoria do Vereador Almir Fernando, que homenageia Jaime Gusmão, engenheiro e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), falecido em 2013, denominando a ponte, que ligará os bairros de Monteiro e Iputinga, de “Engenheiro Jaime Gusmão”.

No ano de 2014 menos de 30% da obra tinha sido concluída, e o projeto passou a ser investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE). Neste mesmo ano, foi realizada uma auditoria especial, nº 1405931-9, que tinha como objetivo analisar o andamento da obra, e foram registradas pela equipe responsável algumas irregularidades, no projeto, como por exemplo: indefinições no encontro da ponte na margem esquerda (Monteiro) do rio e no acesso viário desta mesma margem, além de indefinição quanto ao escoramento do vão central da ponte.

Após quase uma década de paralisação da obra, em maio de 2021, foi publicado o decreto nº 34.603, promulgado pelo atual prefeito da cidade, João Campos (PSB), em que determina a desapropriação da área prevista para a construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão. A ponte, que integra o projeto do sistema viário dos bairros da Iputinga e do Monteiro, e foi realizada pela PCR por meio da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), conta com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Brasília (BRB), do Banco do Brasil, do Financiamento à Estrutura e ao Saneamento (FINISA) e recursos próprios da Prefeitura do Recife.

Neste mesmo ano, em plena pandemia, os moradores da ZEIS Vila Esperança tiveram suas casas marcadas para serem demolidas sem nenhum tipo de aviso prévio sobre o que seria realizado no local. Apesar do decreto que determina a desapropriação da área ter sido publicado em maio de 2021, a primeira apresentação do projeto para os moradores, por meio de audiência pública, foi realizada no final do mês de junho do mesmo ano. E apenas quatro audiências públicas, com o objetivo de apresentar o conceito do projeto para os moradores afetados pela obra, foram realizadas entre os anos de 2021 e 2022¹⁰.

¹⁰ Informação solicitada à URB através do Portal de Transparência protocolado sob o nº 23008540050010434, em 25/10/2023.

Imagem 07: casas marcadas para remoção



Fonte: da autora, 2022

Por atingir parte do terreno da Escola Estadual Silva Jardim, o traçado do sistema viário do primeiro projeto foi alvo de várias críticas. A execução do projeto divulgado em 2008, como é possível observar na imagem 08, dependia da desapropriação da escola, mas esse traçado foi reconsiderado. E por esse motivo, de acordo com o diretor de Engenharia da URB (2014), Vicente Felix Perrusi Júnior, foi contratado um novo projeto para o encontro da ponte e acesso viário na margem esquerda do rio Capibaribe.

Imagem 08: Comparação entre o primeiro traçado (2008) e segundo traçado (2021) da obra



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2021

No entanto, a retomada da obra apresentou uma proposta para o desenho do sistema viário que previa a demolição de centenas de casas da Zeis Vila Esperança-Cabocó. Vale reforçar que Vila Esperança é considerada uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), tipo 1¹¹ desde o ano de 1994 de acordo com a Lei 15.926/94, que sancionada pelo antigo prefeito Jarbas Vasconcelos (MDB), e que o atual traçado do projeto desrespeita o Art. 66. do Plano Diretor do Município, em que é reconhecido o direito à cidade de moradores de comunidades consideradas ZEIS.

De acordo com os dados divulgados pela URB, a construção da ponte dependia da desapropriação e demolição de apenas 53 imóveis para ser concluída. No entanto, quando o quantitativo de casas que seriam demolidas para a execução do projeto completo (ponte e anel

¹¹ De acordo com a Lei nº 17.511/08, as ZEIS estão subdivididas em duas categorias: I - Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1) - caracterizada como áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, consolidados, carentes de infraestrutura básica, que não se encontram em áreas de risco ou de proteção ambiental, passíveis de regularização urbanística e fundiária, bem como de construção de habitações de interesse social (HIS); II - Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS 2) - caracterizada como áreas com lotes ou glebas não edificadas ou subutilizadas, dotadas de infraestrutura e de serviços urbanos e destinadas, prioritariamente, às famílias originárias de projetos de urbanização ou como conjuntos habitacionais de interesse social promovidos pelo poder público, que necessitem de regularização urbanística e fundiária, nos termos da legislação específica.

viário) foi solicitado à Autarquia, através da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE), ofício nº0037/2022, descobriu-se que para a execução do anel viário seriam demolidas 255 casas, desconsiderando as coabitações, e o quantitativo que foi amplamente divulgado referia-se apenas à demolição das casas para a construção da ponte.

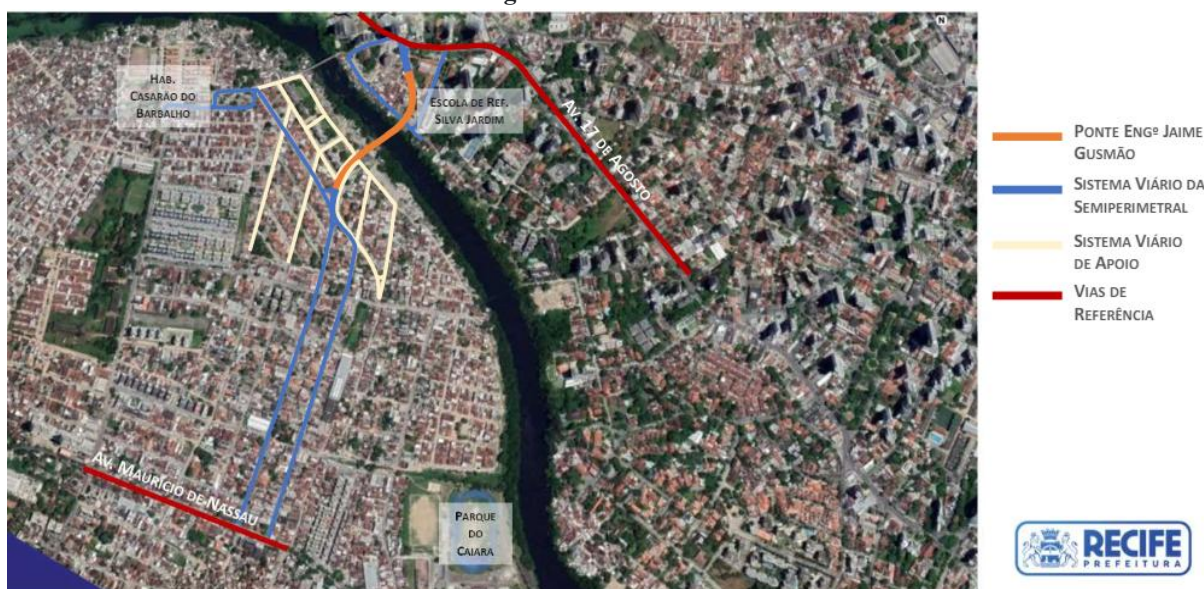
Assim como o primeiro, o projeto entregue também foi alvo de críticas por engenheiros especialistas, que questionaram as adequações feitas à geometria do projeto e o alto valor que custou diante dos benefícios que promoveria para a circulação da cidade. Segundo a URB, a obra beneficiaria cerca de 60 mil habitantes, mas o estudo e o método utilizados para a comprovação do número de habitantes beneficiados pelo projeto não chegou a ser realizado, e este é apenas um número estimado¹² baseado no quantitativo de veículos que trafegam diariamente na Avenida 17 de Agosto, principal via do bairro de Casa Forte.

O número de beneficiados é subestimado, uma vez que os dados de tráfego de veículos diariamente na Avenida 17 de Agosto, sejam de carga, particulares ou de transporte público tanto no sentido subúrbio–cidade e no sentido contrário demonstram o fluxo de milhares de pessoas, ocasiona frequentes congestionamentos no cruzamento com a BR 101 no giro para a Avenida Caxangá. Além disso, o quantitativo populacional nas zonas Norte e Oeste da cidade, separadas pelo Rio Capibaribe e conectadas apenas pelas pontes do Vintém e da BR-101, terão mais essa alternativa da semiperimetral, ligando a Avenida 17 de Agosto à Estrada do Barbalho, à Rua São Mateus e à Maurício de Nassau. O estudo já apontava a necessidade da obra quando de sua primeira licitação (URB, 2023).

No entanto, de acordo com os engenheiros Fernando Jordão e Germano Travassos, em matéria concedida ao Jornal do Comércio em 2021, a obra representaria um equívoco, uma vez que a passagem não atenderia de maneira ideal a Terceira Perimetral do Recife, traçada nos anos 1980 como um dos principais eixos do transporte público da Região Metropolitana por meio do Sistema Estrutural Integrado (SEI). E onde está localizada, somente liga a Avenida Maurício de Nassau (Paralela da Caxangá) à Avenida 17 de Agosto.

¹² Informação solicitada a URB através do Portal de Transparência protocolado sob o nº 2023008540050010434, em 25/10/2023.

Imagem 09: o sistema viário



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, 2021

Além das observações pontuadas pelos referidos engenheiros, nessa etapa da pesquisa, foi possível encontrar, também, em matérias de jornal, falas de moradores afetados pela obra, que pontuaram a falta de diálogo com a prefeitura indicando, desta forma, uma certa negligência do poder público com a comunidade. Em contrapartida, nos veículos de comunicação oficiais da PCR e nas redes sociais do líder executivo municipal, foi reforçada a prioridade da participação da população na construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da cidade.

Pôde-se observar, também, durante a execução deste trabalho que é possível encontrar com facilidade matérias que apresentam informações sobre o processo de construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, mas os impactos dessa obra na vida dos moradores removidos, o posicionamento desses sujeitos em relação ao projeto e a forma como foram tratados pelo poder público não receberam a mesma atenção e tratamento. Nesse sentido, é válido mencionar que as matérias, que priorizam os impactos negativos da obra para os moradores da ZEIS e a vocalização destes sujeitos, foram publicadas, em sua maioria, por mídias alternativas. Enquanto as mídias de maior circulação do estado de Pernambuco (Folha de Pernambuco, Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio) relataram, com maior frequência, o andamento do projeto e o processo de execução da obra¹³.

¹³ Foi realizado um levantamento, no âmbito desta pesquisa, das matérias publicadas, nas mídias de maior circulação do estado, sobre a execução da obra e seus impactos, no período entre setembro de 2021 até outubro de 2023. O total de matérias publicadas pelo Jornal do Comércio (JC), o Diário de Pernambuco (DP) e a Folha de Pernambuco é equivalente a 29 matérias, sendo 20 dessas matérias exclusivamente sobre a execução da obra (tratando assuntos como importância do projeto para a mobilidade da cidade, o andamento do projeto, a

Diferentemente do que foi divulgado, pelo atual prefeito da cidade em suas próprias redes sociais, pôde-se observar que a prefeitura não tem priorizado a participação e legitimação da “voz do povo” no que diz respeito às tomadas de decisões sobre a cidade¹⁴. Ao mesmo tempo em que o prefeito João Campos afirma que “para que um gestor possa governar é preciso ouvir” (Pathit, 29 maio 2021)¹⁵, também, promove a remoção de centenas de famílias sem a garantia de alternativa habitacional digna e justa, revelando algumas contradições presentes na atuação da atual gestão do município, que afirma incluir o povo nas tomadas de decisões políticas, mas segrega os mais pobres do direito à cidade.

No que diz respeito ao local elegido para construção da ponte, em resposta ao pedido de informação¹⁶ que questionou a escolha da localização da ponte Jaime Gusmão, a Empresa de Urbanização do Recife URB declarou que “conforme observado nos mapas da cidade, entre a Ponte da BR-101 e a Ponte-viaduto Torre/Parnamirim, não havia ligações entre as margens do Rio Capibaribe. Sendo assim, foi proposta a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, integrando os bairros do Monteiro e Iputinga, confirmada através de estudo de Plano de Circulação”.

Contudo, apesar da ponte Engenheiro Jaime ter sido anunciada como a construção capaz de criar uma conexão entre as zonas norte e oeste da cidade, existe uma outra ponte que conecta a rua Dezenove de Abril (Monteiro) à Estrada do Barbalho (Iputinga), e conhecida como “Ponte da Salvação” ou “Ponte da Misericórdia”. No entanto, a ponte cumpre um papel de mobilidade diferente do objetivo previsto para a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, e é voltada unicamente para a travessia de pedestres e transportes de mobilidade ativa, não suportando a passagem de veículos maiores, mas atende parte das demandas de locomoção dos moradores.

necessidade da conexão entre as Zonas Norte e Oeste possibilitada pela ponte etc.). Dessa forma, as matérias que priorizavam os impactos negativos da obra para os moradores da ZEIS foram publicadas, em sua maioria, por mídias alternativas, como os jornais Marco Zero e o Brasil de Fato. Link para a planilha com as matérias publicadas pela Folha PE, DP e JC
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yzp7Yfw7haHjQxT_8gS3qzA2RlsE4-QEsGuU90oAha8/edit?gid=0#gid=0>

¹⁴ A título de exemplo sobre essa fala será apresentado este vídeo, publicado no canal do youtube do prefeito João Campos, em que é afirmado por ele que existe um compromisso da gestão em construir o projeto coletivamente. <[Prefeitura inicia obras da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, ligando Monteiro e Iputinga | 13/09/2021 - YouTube](#)>

¹⁵ Trecho de fala do prefeito João Campos destacado na capa do Diário Oficial, do dia 29 de Maio de 2021, onde foi anunciado o decreto 34.603, que determina a desapropriação da área prevista para a construção da ponte sem o diálogo com os moradores.

¹⁶ O pedido foi realizado em Outubro de 2023, através do Portal de Transparência um pedido protocolado sob o nº 2023008540050010434, e foi respondido pela respondido pelas Diretorias Administrativa Financeira (DAF), de Planejamento e Projetos (DPP) e de Integração Urbanística (DIUR) da URB Recife.

Imagem 10: Ponte da Salvação



Fonte: imagem de satélite, Google Earth, 2023

Outra forma de travessia entre as duas zonas, bastante utilizada pelos moradores que vivem ao redor do rio, é a travessia de barco, que é realizada no Jardim Secreto, e conecta o bairro do Poço da Panela, localizado ao lado do bairro do Monteiro, à Iputinga.

Imagem 11: Placa “Jardim da Travessia”, localizada no Jardim Secreto no bairro do Poço da Panela



Fonte: da autora, 2023

Além disso, outra questão a ser mencionada é o avanço do setor imobiliário nesta região. Em novembro de 2022, a construtora Moura Dubeux concluiu a obra do prédio Hilson Macedo, cujo muro está adjacente ao muro das casas localizadas na ZEIS Vila Esperança, que foram demolidas em função da obra do sistema viário que permite o acesso à ponte. Vale salientar, que a construção do prédio iniciou em 2021, mesmo ano em que o decreto nº 34.603 foi promulgado, e que a planta divulgada pela construtora já apresentava a ponte¹⁷.

Imagem 12: prédio Hilson Macedo e casas demolidas da ZEIS



Fonte: da autora, 2024

Imagem 13: planta disponibilizada pela Moura Dubeux



Fonte: CENDHEC (novembro, 2021)

¹⁷ A “rua Projetada” mencionada na planta da construtora Moura Dubeux, é referente à “rua Ilha do Temporal”, a principal rua da ZEIS.

Outros empreendimentos da mesma construtora também estão sendo construídos nos bairros arredores. Diante disso, durante a escrita deste projeto, pôde-se refletir e questionar, a partir destes exemplos, os reais interesses na construção dessa nova ponte: a construção da ponte representa uma resposta a uma demanda social referente à mobilidade urbana? Ou objetiva a valorização de uma área nobre da cidade, por meio de projetos ditos de renovação e de desenvolvimento, que segregam os mais pobres, uma vez que, como aponta Maricato (2015), a proximidade dos pobres desvaloriza as propriedades? Como operam as ideologias no sentido da busca pela legitimação de projetos estratégicos?

É possível que este trabalho não dê conta de responder estes questionamentos. No entanto, ao observar os diversos processos de planejamento em curso na cidade, pode-se refletir acerca da ideia de que terrenos urbanos são uma mercadoria especial cujo valor depende da localização. Maricato (2016) destaca que alguns capitais específicos ganham muito dinheiro com a cidade, e exemplifica esse lucro quando fala das consequências da segregação espacial. A segregação resulta na elevação do preço do solo, ou seja, resulta na acumulação de renda imobiliária que gera a riqueza de muitos capitais (Maricato, 2016).

Nesse sentido, vale reforçar que historicamente, o processo de produção do espaço urbano sempre segregou os mais pobres, que foram muitas vezes construindo suas casas em áreas ocupadas informalmente. Santos (2018, p. 105) afirma que “[...] com diferença de grau e intensidade todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas”. Podemos considerar a segregação socioespacial como uma dessas problemáticas. Pode-se dizer que como consequência do fortalecimento das movimentações do capital imobiliário no território, na busca por novas frentes de valorização, a disputa por terra urbanizada está cada vez mais intensa (Lehab/UFC, 2017). Nesse contexto de disputa, várias cidades brasileiras foram e estão sendo palco de manifestações por direito à moradia protagonizadas por populações ameaçadas de remoção.

Pode-se afirmar que estas manifestações também foram protagonizadas pelas moradoras e moradores da ZEIS Vila Esperança, que se organizaram coletivamente para resistir ao processo de remoção e, também, contaram com a contribuição de algumas organizações e coletivos, como o Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), com o apoio de militantes ativistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS/PE)

. Entre os anos de 2021 e 2024, os moradores organizaram protestos e criaram perfis nas redes sociais¹⁸ para compartilhar a violência vivida por eles durante a execução da obra.

Imagem 14: Moradores de Vila Esperança em manifestação

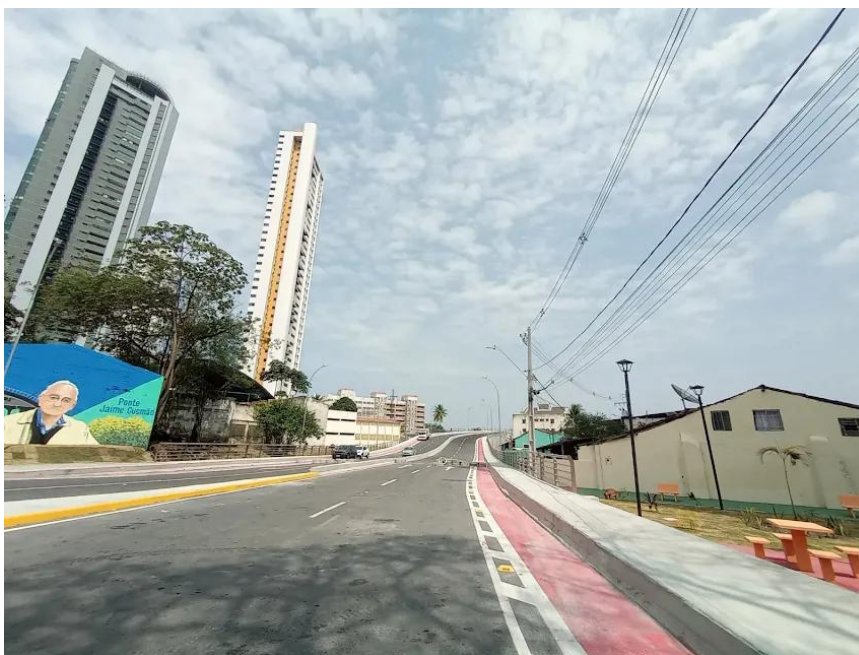


Fonte: DEYAN, 2023

No entanto, apesar das manifestações realizadas pelos moradores que expressavam o sentimento contrário e dos impactos que essa obra causaria à população removida, a ponte foi inaugurada em 17 de agosto do ano de 2024

¹⁸ Perfis criados 1- @zeis.vilaesperanca <<https://www.instagram.com/zeis.vilaesperanca/>> e 2- @vilaesperancaresisteoficial <<https://www.instagram.com/vilaesperancaresisteoficial/>>

Imagem 15: Ponto Engenheiro Jaime Gusmão



Fonte: da autora, 2024

Diante da discussão acerca do “empresariamento urbano”, enquanto modelo de gestão e planejamento urbano contemporâneo (cap. 1), e da abordagem estratégica nas políticas urbanas empreendidas pela atual administração municipal do Recife (cap. 2), com foco na apresentação da trajetória de execução da Ponte e em publicações sobre os impactos da obra na cidade, considera-se, para fins desta pesquisa, que a dissimulação dos impactos negativos da obra, para os moradores e moradores removidos da ZEIS, é uma estratégia de busca pela legitimação da execução de projetos estratégicos.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a investigar e analisar, a partir das publicações realizadas nas redes sociais do líder executivo municipal, as estratégias mobilizadas pelo público. E também, identificar no discurso do planejamento estratégico, com base na Análise Crítica do Discurso, quais os modos de operação da ideologia bem como suas estratégias de funcionamento no que se refere às formas de legitimar a execução desses projetos. Assim, será apresentado, no capítulo seguinte, a historicização da teoria-método que irá nortear esta pesquisa, bem como o caminho trilhado para a coleta dos materiais que serão utilizados na análise.

4. INTRODUÇÃO A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Foi apresentado no capítulo 2, que a figura do governante forte e carismático e a construção do consenso são importantes componentes do planejamento estratégico, como ressaltaram os autores Castells e Borja (1996) Vainer (2013). Embora a mídia digital não tenha substituído as mídias impressas, com a popularização da internet e o avanço da comunicação em tempo real, a internet possibilitou uma proximidade entre o público e as empresas, no marketing e na publicidade de várias delas, por intermédio de sites e redes sociais. Para além da utilização das mídias sociais por empresas, é possível identificar facilmente a presença de agentes públicos, de diversas esferas governamentais e de variados segmentos, nesses espaços virtuais, produzindo conteúdos que promovem sua popularização e, até mesmo, a espetacularização de cargos exercidos por eles.

O prefeito do Recife apresenta uma forte presença nas redes sociais, tendo um grande destaque no Instagram, uma rede social gratuita que permite o compartilhamento de imagens e vídeos e interação em tempo real, onde ele acumula mais de dois milhões de seguidores. Nesse sentido, optou-se, nesta pesquisa pela análise crítica de discursos produzidos, nas redes sociais do prefeito do Recife para compreender, a partir da sua atuação como gestor municipal, a importância do papel que este exerce no planejamento estratégico de cidades, bem como identificar, no discurso do planejamento estratégico, os modos de operação da ideologia no que se refere às formas de buscar a legitimação de projeto estratégico. Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo apresentar a teoria-método, a Análise Crítica do Discurso, que irá nortear esta pesquisa, assim como o caminho trilhado e justificativas para a escolha do material que será analisado.

As formas de estudar a língua assumem diferentes percursos de acordo com as diferentes épocas, autores e tendências. A partir da preocupação com a investigação acerca das relações existentes entre a língua e os fatores de ordem sociocultural e política, nascem os estudos linguísticos contemporâneos de orientação discursiva. As pesquisas realizadas, neste âmbito, são de caráter crítico e, também, desenvolvidas com base em subáreas da Linguística preocupadas em dialogar com suas teses com teorias de outros campos, por exemplo as Ciências Sociais e a História. Nas palavras de Orlandi (2000, p. 16), “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística”.

Seguindo este modelo de pesquisa, existem “[...] algumas linhas teóricas denominadas *análises de discurso*, que oferecem atenção aos processos de produção e interpretação linguística caracterizados por tensões sociais e contemplam a dimensão da mudança social através do discurso” (Melo, 2009, p.1). As concepções de discurso podem variar de acordo com a opção metodológica de cada campo de estudo, e existem várias perspectivas do significado de discurso no campo dos estudos linguísticos. Ainda que não haja consenso entre os linguistas acerca da definição do que é discurso, com a exceção das perspectivas estruturalistas, todas as correntes que analisam discurso preocupam-se com as relações de poder (Melo, 2009). Algumas dessas correntes são:

a) Perspectivas estruturalistas: aqui, a noção de discurso é de conjunto de palavras ou sentenças; o sujeito do discurso é um reproduutor de um sistema linguístico e um decodificador de uma mensagem e a língua é uma estrutura invariável. Nesse caso, discurso se confunde com texto (Melo, 2009, p. 3).

b) Pêcheux (1990): para este autor, o discurso é uma forma de materialização da ideologia, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. “O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade (Melo, 2009, p. 3).

c) Fairclough (2001): este autor compreende a língua como uma atividade dialética, que molda a sociedade e é moldada por ela. Para Fairclough, autor que norteará a análise que será realizada nesta pesquisa, o discurso é uma prática social reprodutora e transformadora de realidade sociais. E compreende o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial “[...] tanto propenso ao amoldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos” (MELO, 2009, p. 3).

d) Maingueneau (2005): este autor compreende que o discurso não opera sobre a realidade das coisas, “[...] mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico” (Melo, 2009, p. 3).

e) Orlandi (2020): para esta autora, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim

palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2020, p. 15).

Ao longo dos séculos, as ciências aprofundaram um conhecimento já existente ou o contestaram apresentando novas propostas. No final dos anos 1960, constituída a partir da relação entre “[...] três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (Orlandi 2000, p.19), surge, a Análise de Discurso (AD), uma corrente teórica desenvolvida majoritariamente, na França, que compreende o discurso enquanto uma forma de materialização ideológica e “se interessa pelos mecanismos de produção de sentidos do funcionamento discursivo” (Vieira; Macedo; 2018, p.64).

Os primeiros principais nomes desta corrente são o lexicólogo Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux. Embora os dois estudiosos comungassem da teoria da luta de classes, tinham objetivos distintos: enquanto Dubois demonstrava interesse nas questões linguísticas de sua época, Pêcheux caminhava na esteira dos debates sobre o Marxismo e dos estudos de Epistemologia e Psicanálise. De acordo com Santos e Silva (2014, p. 14), a grande diferença entre o pensamento destes dois autores é que “[...] Dubois entende o novo ramo de estudos linguísticos baseado no discurso como uma superação do estudo das palavras (lexicologia) e o atingimento de uma esfera superior, o discurso”, ao passo que “Pêcheux não vê condições de surgimento da nova disciplina sem uma ruptura radical com os modelos de estudar a língua então em voga, especialmente com a vertente estruturalista, de orientação saussuriana”.

Em suma, grande parte das ideias de Ferdinand Saussure, linguista e filósofo suíço considerado o pai da linguística moderna, estão de acordo com a dicotomia que este estudioso estabelece entre língua e fala. Para Saussure “[...] a fala não pode ser objeto da Linguística porque é individual e por isso carrega as características individuais do falante, não podendo ser abarcada por uma ciência. Já a língua, na sua teoria, é social, abstrata e sistêmica, portanto, se prestando à sistematização” (Santos; Silva, 2014, p.15).

O principal objetivo da AD é enfatizar a reprodução da ideologia no discurso e esta corrente “[...] foca o caráter de aparelhamento, de reprodução e de assujeitamento porque o aparelhamento social materialista de Althusser, a psicanálise lacaniana, a teoria do inconsciente e o estruturalismo saussuriano estão em sua base” (Vieira; Macedo, 2018, p. 63). Assim, a AD se preocupa com a investigação da reprodução da ideologia no discurso e com a identificação de diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico por meio da linguagem.

Consequentemente, as bases epistemológicas dessa abordagem foram direcionadas para um foco central: a ideia de que o sujeito não é um ator atuante, mas um sujeito social passivo, ou seja, para a AD, “o sujeito não é dono de seu discurso, mas assujeitado por ele” (Melo, 2009, p.5).

A AD, como já foi dito, foi constituída com base em três pilares epistemológicos, que serão, resumidamente, exemplificados abaixo:

a) **O aparelhamento social materialista de Althusser:** em suma, Althusser propôs uma teoria sobre ideologia baseada no marxismo, e ampliou o entendimento acerca do que é materialismo, mostrando a ideia de conflito social fundamentada na ideologia materializada em diversas instituições e práticas sociais. Para este teórico e filósofo, a reprodução ideológica é idealizada a partir dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), ex: escola, igreja, família, e nós somos resultado das ideologias dessas instituições. Em resumo, “a relação de Althusser com a AD está na ideia de que a linguagem consiste, também, numa materialidade da ideologia e que nela podemos identificar traços ideológicos do sujeito” (Melo, 2009, p.6).

b) **A psicanálise lacaniana:** a AD buscou amparo teórico, na noção de sujeito elaborada pelo psicanalista francês Jacques Lacan, para explicar o texto enquanto um trabalho ideológico. O sujeito, na perspectiva lacaniana, não possui autonomia sobre os sentidos enunciativos de próprio discurso, porque é estruturado pela linguagem alheia. “A AD entende, assim, a produção textual como o resultado de um trabalho ideológico e não consciente” (Melo, 2009, p.6).

c) **O estruturalismo de Saussure:** a perspectiva da AD em assumir alguns discursos como procedentes de determinados universos discursivos e outros não se consolidou a partir das ideias do linguista Saussure (Melo, 2009). Para a vertente estruturalista saussuriana, a língua é compreendida como um sistema fechado, que deve ser apreendido, e não a partir da sua relação com o mundo. De acordo com Saussure, as estruturas das línguas são determinadas conforme a relação que estabelecem entre si. “Há, para Saussure, a preeminência da estrutura sobre a própria estrutura em forma de relações binárias de sentido: “A” apenas significa algo porque “B” não o significa. Essa sobreposição da estrutura foi, também, uma forma de assujeitar o sujeito na AD por meio do sistema linguístico” (Melo, 2009, p.5).

Ao longo do seu desenvolvimento a AD dividiu-se em três partes. Em resumo:

a) A primeira fase da AD (AD-1), conhecida como “máquina discursiva”, recebe influência do estruturalismo, e é uma etapa marcada pela busca da teorização de uma máquina estrutural discursiva (MELO, 2009). Nesta etapa, prevalece o entendimento de que “os discursos são gerados por uma ‘máquina discursiva’, o que provoca um assujeitamento do sujeito, ou seja, esse sujeito é submetido às regras do discurso que enuncia (embora ele tenha a ilusão que é dono do seu discurso)” (Pedrosa et al., 2008, p.250).

b) Já a segunda fase (AD-2) é caracterizada pelo conceito e noção da formação discursiva (FD) de Foucault, que pode ser definida como um “[...] conjunto de regras anônimas, históricas que determinam o que um sujeito pode ou não dizer” (PEDROSA et al., 2008, p. 250). A FD é determinada por regras de controle social e constituída por outras formações discursivas, “[...] o que já anuncia a noção de heterogeneidade do discurso (conceito exaustivo da terceira fase), que passa a conceber a função interdiscursiva como cerne do funcionamento da linguagem” (Melo, 2009, p. 8).

c) Enquanto a terceira fase é marcada pelos conceitos de “interdiscurso” e “heterogeneidade”. Neste momento, os discursos não são mais vistos como uma constituição independente, e [...] passam a ser considerados na simultaneidade em que atravessam uma Formação Discursiva (Santos; Silva, 2014, p. 24).

Devido a limitação de algumas teorias da AD, surge, no início da década de 1990, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), teoria-método, que irá guiar as análises executadas, neste trabalho. Ao contrário da AD, que compreende o discurso enquanto uma materialização ideológica e o sujeito como um depósito de ideologias, a ACD compreende o discurso como uma prática social capaz de alterar o mundo e os sujeitos, por meio de uma relação dialética. No entanto, é válido ressaltar que tanto a AD quanto a ACD têm o discurso como objeto analítico e estão preocupadas com relações assimétricas de poder. Vejamos alguns exemplos das principais diferenças entre essas duas correntes:

Quadro 01: principais diferenças entre ACD e AD

ACD	AD
Análise do discurso como instrumento político contra a injustiça social.	Análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua.
Os analistas do discurso são posicionados e devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder, de contraideologia, de resistência à opressão social. A neutralidade do pesquisador, em uma pesquisa o torna cúmplice das estruturas sociais que ele investiga.	Os analistas do discurso contribuem com as hermenêuticas contemporâneas supondo que um sentido oculto deve ser captado. Sem uma técnica específica, tal sentido permanece inacessível.
Discurso é um modo de ação, é prática social que altera o mundo e os indivíduos nesse mundo em relação a dialética; é moldado por relações de poder e por ideologias.	Discurso é uma forma de materialização ideológica. Enfatiza a reprodução da ideologia no discurso, é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas.
Prática social transformadora, resistência, desnaturalização das práticas sociais.	Não trata da resistência do discurso, da natureza dinâmica das práticas discursivas que provocam mudanças sociais.

Fonte: Vieira; Macedo, 2018, GRIFOS DA AUTORA

De maneira geral, a ACD é uma combinação entre abordagens científicas transdisciplinares e interdisciplinares voltada para estudos críticos da linguagem enquanto prática social. Deste modo, pode-se afirmar que a ACD é uma ferramenta de investigação frutífera quando utilizada na execução de pesquisas que têm como objetivo discutir “[...] as mudanças decorrentes do novo capitalismo, processo de mundialização do comércio conhecido como globalização” (Bessa; Sato, 2018, p.125).

A consolidação da ACD como uma rede internacional de estudos, ocorreu no ano de 1991, em um simpósio realizado em Amsterdam, quando os linguistas Teun Van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo Van Leeuwen e Norman Fairclough se reuniram para debater os aspectos linguísticos-discursivos que auxiliam no desvendamento de elementos da vida social e, também, suas propostas de trabalho (Melo, 2018). Em sequência, cada um desses estudiosos optou por seguir um caminho baseado em suas conexões teóricas. No entanto, a diversidade de ideias resultou em “[...] uma unidade pelo compartilhamento da proposta, assim como pelo compromisso ético-político (Melo, 2018, p. 29)”.

A exemplo disso, é válido citar alguns nomes, que são destaques no quadro epistêmico das teorias da ACD, e suas abordagens, como por exemplo:

- a) a sociocognitiva (SC) de Van Dijk: esta vertente se preocupa com a investigação da forma como as estruturas cognitivas e sociais influenciam o discurso. Para Van Dijk, “a partir do modo como determinado grupo tem acesso a dados discursos

pressupõe-se como se constrói sua representação social. (Melo, 2009, p.12);

b) a representação dos atores sociais de Theo van Leeuwen: esta se preocupa com a análise da utilização do discurso, por grupos hegemônicos, para construir identidades e exercer sua influência.

c) as teorias multimodais de Gunter Kress: esta abordagem se destaca pela concepção acerca da ideia de que o discurso é construído baseado nos significados atrelados às palavras, e nos significados relacionados à imagem;

d) a dialético-relacional de Norman Fairclough: principal base teórica deste estudo, esta abordagem enfatiza a relação existente entre linguagem, o poder e a sociedade. A natureza dialética do discurso é a base da teoria de Norman Fairclough, para o autor “o discurso constitui a realidade social e, por outro, ele constituído por ela” (Melo, 2009, p. 13).

Embora existam variações entre as abordagens apresentadas, e as demais que existem, todas se preocupam em investigar e questionar as estruturas de injustiça social. Conforme Vieira e Macedo (2018), a Análise Crítica do Discurso tem sua base epistemológica centrada na confluência de outras disciplinas: na Linguística Crítica, nas teorias neomarxistas, nos estudos da Escola de Frankfurt e nos estudos da linguística sistêmico-funcional. Em seu livro, “Discurso e Mudança Social”, Fairclough (2001) apresenta que a linguística crítica foi uma abordagem desenvolvida, na década de 1970, na Universidade de East Anglia, Inglaterra, por um grupo composto pelos linguistas Roger Fowler, Gunther Kress e Bob Hodge, com o objetivo de criar um elo entre um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos “[...] recorrendo à teoria linguística funcionalista associada com Michael Halliday (1978, 1985) e conhecida como 'linguística sistêmica’” (Fairclough, 2001, p; 27).

Isto, porque esses autores consideravam “[...] que a linguagem é como é devido à sua função na estrutura social; que a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de suas posições sociais e que a gramática de uma língua é um sistema de opções entre as quais os falantes fazem seleções segundo as circunstâncias sociais” (Vieira; Macedo, 2018, p. 53). No entanto, “na linguística crítica, há uma tendência a enfatizar demais o texto como produto e a relegar a segundo plano os processos de produção e interpretação de textos” (Fairclough, 2001, p. 49). Dessa forma, na perspectiva da ACD, a linguística crítica é alvo de críticas “[...] por estar diretamente direcionada para o uso da linguagem em instituições e por não considerar a relação dialética entre linguagem e sociedade (Vieira; Macedo, 2018, p.55).

Conforme Vieira e Macedo (2018, p. 56), a abordagem dialética em ACD busca transcender trabalhos que focam apenas em aspectos sociais e tendem, dessa forma, a não analisar o texto. A análise textual, no âmbito da ACD, é uma parte fundamental da análise de discurso, que “[...] por sua vez, vai do foco em textos ao foco na ordem do discurso, que é uma estrutura social relativamente estável da linguagem”. E essa “ordem do discurso”, mencionada, é uma noção foucaultiana “[...] para aquilo que determina o que pode e deve ser dito em cada lugar e em cada ocasião” (Vieira; Macedo, 2018, p. 56).

Deste modo, deve-se destacar, aqui, a contribuição do trabalho realizado por Foucault (2003), que é de suma importância para a ACD. O referido filósofo tem grande influência sobre as ciências sociais e as humanidades e, de acordo com Fairclough (2001, p. 61), a maior contribuição de Foucault para a análise de discurso “[...] é a visão de discurso como constitutiva – contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos.”

O discurso como forma de mediação é situado na **ordem do discurso**, um conceito de Foucault (trad., 1996), apropriado por Fairclough em sua obra *Discurso e mudança social* (trad., 2001b). A ordem do discurso se refere à totalidade de discursos em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas sociais, às articulações e rearticulações entre elas (MAGALHÃES, I., 2000, p. 91). Fairclough sugere que as ordens do discurso são formadas de elementos, com limites tensos entre as práticas. Que rearticulações vão predominar? A hegemonia depende do investimento e do reinvestimento ideológico das convenções discursivas, dos gêneros discursivos e dos estilos (MAGALHÃES, I., idem, p. 91-92). Trata-se de conceito relevante para a compreensão da estruturação social da textualidade híbrida (semiótica) (Magalhães, 2004, p. 116).

A ACD, por sua vez, se propõe a ser um instrumento teórico para a análise das práticas discursivas que produzem as diversas ordens sociais vigentes e, também, como uma forma de revelar relações assimétricas de poder, e contribuir com mudanças discursivas e consequentemente sociais. Nesse contexto, o analista assume um papel importante de descrição da realidade, de forma a explicar esta realidade a fim de alcançar a compreensão dos arranjos sociais que resultam em desigualdades e injustiças sociais.

O princípio norteador da ACD sustenta-se na noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação (Melo, 2009, p. 9).

É fundamental ressaltar o caráter transdisciplinar da ACD, que “[...] advém de sua própria origem, se sua concepção de discurso, de seu caráter crítico, de sua visão dialética, mas também de suas possibilidades metodológicas” (Vieira; Macedo, 2018, p.68). De acordo com as autoras, nos últimos anos, a ACD se conectou com diferentes disciplinas como a história e a filosofia. Este caráter da ACD tem origem no rompimento com as fronteiras epistemológicas

dessas teorias sociais “[...] para fundamentar a própria abordagem sociodiscursiva e, ao mesmo tempo, fundamentar pesquisas sociais quando elas abordam aspectos discursivos” (Vieira; Macedo, 2018, p.69).

Além disso, o caráter crítico, o entendimento sobre a definição do que é discurso e a perspectiva dialética da ACD contribuem para a sua interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para Ramalho e Resende (2011, p. 36), “a ADC é ‘crítica’ porque sua abordagem é relacional/ dialética, orientada para a compreensão dos modos como o momento discursivo trabalha na prática social, especificamente no que se refere a seus efeitos em lutas hegemônicas. Posto isto, a ACD representa, para este trabalho, uma possibilidade de complementar a investigação sobre relações sociais no âmbito dos estudos urbanos.

4.1 Conceitos basilares da ACD: discurso, poder e ideologia

De acordo com Vieira e Macedo (2018), a ideia de que os conceitos de discurso, poder e ideologia são centrais em análises textuais é compartilhada entre estudiosos que se dedicam às análises linguísticas, semióticas e discursivas. No entanto, as autoras reforçam que esses conceitos podem possuir diferentes significados a depender do contexto da pesquisa e da abordagem teórica, e por este motivo, se as definições desses conceitos não forem transparentes nas análises críticas de discurso, eles deixam de ser operacionais.

É importante reforçar que ACD, *grosso modo*, “[...] refere-se a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social” (Ramalho; Resende, 2011, p. 12). Para a ACD, o discurso é entendido como um elemento constitutivo das práticas sociais, capaz de modificar o mundo e os indivíduos desse mundo em uma relação dialética. E este conceito de práticas sociais é tomado, pela ACD, do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), o qual defende o discurso enquanto “[...] um momento de práticas sociais dentre outros — relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais - que, assim como os demais momentos, internaliza os outros sem ser redutível a nenhum deles (Resende; Ramalho, 2006, p. 35).

A prática social tem várias orientações - econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: **o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes** ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão (Fairclough, 2001, p. 94, grifos da autora).

Reunindo pressupostos de abordagens das ciências sociais, a ACD desenvolveu modelos “[...] para o estudo situado do funcionamento da linguagem na sociedade. Daí a centralidade do conceito de ‘discurso’, um conceito que é, ao mesmo tempo, ligado aos estudos da linguagem e a diversos avanços das ciências sociais” (Resende; Ramalho, 2006, p. 35). Dado o caráter interdisciplinar desta ACD, ressalta-se, aqui, o significado de discurso para Harvey, que contribuiu diretamente para a formulação da base teórica deste modelo analítico.

Los discursos son manifestaciones del poder. El momento del poder es en sí mismo tanto internamente heterogéneo como complejo, pero las relaciones de poder (políticas, económicas, simbólicas, militares, etcétera) y las presiones son fundamentales dentro del proceso social y, por ello, para entender los procesos sociales es crucial alguna concepción de cómo funcionan (Harvey, 2018, p.109).

De acordo com Vieira e Macedo (2018), o termo discurso possui dois significados: um abstrato, que seria o **discurso** no singular, significando linguagem como um momento irreduzível da vida social; e outro concreto, **discursos**, que significa um modo particular, relacionado a interesses específicos, de representar o mundo. Assim, “quando dizemos discurso, no plural, estamos nos referindo a discurso como prática; discurso, no singular, refere-se ao discurso que é parte dessas práticas” (Vieira; Macedo, 2018, p.57).

Fairclough (2001) ao considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou situacional, compreende que uma das implicações desta perspectiva é no discurso um modo de ação. Assim, para o autor, o discurso é “[...] uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre outras pessoas, como um modo de representação [...] segundo implica uma relação dialética entre discurso e estrutura social” (Fairclough, 2001, p. 91). Quanto ao significado de poder, Vieira e Macedo (2018) argumentam que a relevância da investigação deste conceito está centrada no fato de que em sua base, sob a perspectiva da ACD, está o conceito de dominação. “Daí porque o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social” (Vieira; Macedo, 2018, p; 58).

Para a ACD, o conceito de **poder** está ligeiramente relacionado ao de **hegemonia**, uma vez que esta perspectiva se propõe a investigar os efeitos ideológicos que os textos podem ter sobre as relações sociais em prol de projetos específicos de dominação. Assim, é válido ressaltar outra questão essencial em ACD: “o poder é instável, as relações assimétricas de poder podem ser mudadas, invertidas, superadas, por conta da concepção dialética da relação linguagem e sociedade” (Vieira; Macedo, 2018, p. 58). Dessa forma, sob a luz das ideias de Gramsci, Fairclough (2001), compreende hegemonia como liderança e dominação política, econômica,

cultural e ideológica consensuais, mas relativamente instáveis em razão da dialética entre discurso e sociedade, que torna possível o alcance de mudanças.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões nos meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (Fairclough, 2001, p. 122).

De acordo com Vieira e Macedo (2018, p. 58) o conceito de poder como hegemonia é “[...] muitas vezes alcançada e mantida pelo discurso de algumas poucas pessoas em detrimento do de outras”, por este motivo há incessantes lutas sociais em torno de pontos de maior instabilidade de hegemonia entre classes. Nesse sentido, de acordo com Fairclough (2001, p. 122), “hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”. Em outras palavras, este caráter dinâmico e instável da assimetria de poder concorda com o princípio de dialético entre linguagem e sociedade e, também, com o de instabilidade nas relações de poder, uma vez que “[...] o poder de uma classe é apenas temporário e parcial” (Vieira; Macedo, 2018, p. 58).

Outra questão importante a ser destacada sobre o conceito de hegemonia é que ela se concretiza muito mais pela construção de aliança e pelo consentimento, do que pela dominação. Dessa maneira, “para além da dominação de classes, a hegemonia refere-se a alianças e a integrações, experimentadas através de concessões, sendo estabelecida, portanto, muito mais por consenso que por coerção” (Lira; Alves, 2018, p. 109). Pode-se afirmar que hegemonia é, então, “[...] a relação de dominação baseada no consentimento, que envolve a naturalização de práticas (Vieira; Macedo, 2018, p. 59)”. Posto isto, o conceito de hegemonia revela a importância da ideologia na manutenção da dominação. Fairclough, em conformidade com as ideias de Thompson, compreende as ideologias da seguinte forma:

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transformação das relações de dominação (Fairclough, 2001, p.117).

Vieira e Macedo (2018, p. 59) argumentam que a ideologia se relaciona muito mais com a finalidade da fala de alguém e para quem esta fala é direcionada do que com as propriedades linguísticas de um pronunciamento, “[...] pois a representação do discurso não é mera questão

gramatical, mas um processo ideológico”. Assim, a análise do texto deve considerar quais vozes são representadas, direta e indiretamente, passiva ou ativamente, nominal ou impessoalmente, e, também, quais os impactos dessas escolhas perante o interlocutor. Em resumo, a ideologia, para a ACD, estabelece e sustenta relações de dominação (Vieira; Macedo, 2018).

Fairclough, em seu livro “Discurso e Mudança Social”, apresenta a perspectiva althusseriana de ideologia. De acordo com o autor, esta perspectiva apresenta uma contradição não resolvida entre uma visão de dominação que seria uma imposição unilateral e, também, uma reprodução de uma ideologia dominante, “[...] em que a ideologia figura como um cimento social universal, e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio” (Fairclough, 2001, p. 117). Assim, Fairclough (2001) contesta alguns elementos da perspectiva de Althusser sobre ideologia, e constrói uma proposta de ideologia baseada nos escritos de Thompson, que compreende a ideologia como sendo não neutra.

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79).

Ao questionar como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação, Thompson (2011) apresenta os ‘modos de operação da ideologia’ e indica algumas maneiras como estes modos podem estar conectados em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica.

Quadro 02: Modos de operação da Ideologia

<i>Modos Gerais</i>	<i>Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica</i>
Legitimação	Racionalização
	Universalização
	Narrativização
Dissimulação	Deslocamento
	Eufemização
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização
	Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação

	Expurgo de outro
Reificação	Naturalização
	Eternalização
	Nominalização/passivação

Fonte: Thompson (2011, p. 81)

Após apresentar este quadro, Thompson (2011, p. 81) esclarece que esses modos não são as únicas formas de operação, e estes não operam sempre independentemente um do outro, “[...] ao contrário, esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras”. Após isso, o autor explica como cada um desses modos opera.

A iniciar pela “legitimação”, Thompson (2011), sob a lente teórica de Max Weber, argumenta que relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem apresentadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio. Assim, a representação das relações de dominação como legítimas pode ser entendida enquanto uma exigência de legitimação que está ancorada em determinados fundamentos, expressa em determinadas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva.

Weber distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem a pelo a legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo a sacralidade de tradições imemorais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça uma autoridade). Exigências baseadas em tais fundamentos podem ser expressas em formas simbólicas através de certas estratégias típicas de construção simbólica (Thompson, 2011, p. 82).

Como estratégias deste modo, o autor apresenta: a “racionalização”, que seria, em resumo, um mecanismo utilizado para construir uma cadeia de raciocínio, que busca defender e justificar o pensamento hegemônico. Em segundo lugar, a “universalização”, que possibilita a transformação do interesse de determinados indivíduos em um interesse comum a todos. E por último, a “narrativização”, que diz respeito a maneira como essas exigências fazem parte de histórias que contam o passado e se referem ao presente como uma tradição eterna e aceitável.

Ao falar desse modo de operação da ideologia, em especial, é válido retornar ao que foi apresentado no capítulo 2 deste trabalho, uma vez que a “legitimação” dialoga diretamente com os princípios do planejamento estratégico. Destaca-se, aqui, a necessidade da construção do consenso entre os cidadãos, no planejamento estratégico, para que seja possível sustentar um projeto de cidade que atenda aos interesses do mercado. As condições de legitimação de um

projeto de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local (Vainer, 2013), também, dependem da apresentação e transformação de interesses específicos em interesses gerais. Desse modo, pode-se dizer, baseado no que foi apresentado, capítulo 3, que existe um esforço do poder público para mobilizar discursos que racionalizem suas ações e “(...) com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 2011, p. 82-83).

O segundo modo de operação da ideologia é a “dissimulação”, que possibilita a determinação e sustentação de relações de poder pelo fato de serem ocultadas ou representadas de forma que desvie a nossa atenção. A ideologia como dissimulação pode ser expressa através das seguintes estratégias: o “deslocamento”, em que um termo comumente utilizado para se referir a algo ou alguém é usado para se referir a um outro, e com isso os sentidos negativos ou positivos deste termo são transferidos para o outro. A “eufemização” em que ações, instituições ou relações sociais são descritas como positiva para despertar uma valoração positiva - à título de exemplo desta estratégia, Thompson (2011, p. 84) menciona algumas ações como “[...] a supressão violenta do protesto é descrita como a ‘restauração da ordem’; a prisão ou campo de concentração e descrito como um ‘centro de reabilitação’” -. E, por fim, o “tropo”, que seria o uso figurativo da linguagem.

O terceiro modo de operação é a “unificação”, que remete a ideia de unidade em função das relações de dominação. As estratégias deste modo são: a “padronização”, em que as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, “que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (Thompson, 2011, p. 86); e a “simbolização da unidade”, “que envolve a “construção de unidade, de identidade e de identificação coletiva que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos” (Thompson, 2011, p. 86), como por exemplo a construção de símbolos nacionais, como o hino, bandeiras etc .

O quarto modo é a “fragmentação”, onde relações de dominação são mantidas a partir da fragmentação de indivíduos ou grupos que possam representar uma ameaça aos interesses dos grupos dominantes. As estratégias deste modo são: a “diferenciação” que se refere à ênfase dada às diferenças entre determinados pessoas ou grupos, a fim de apoiar as características que os desunem e os impedem de contestar relações de dominação; e o “expurgo do outro”, que envolve a construção de um inimigo, que é tratado como mal e perigoso, e deve ser expurgado.

O quinto, e último, modo de operação da ideologia é a reificação, em que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória como algo natural. A “naturalização” e “eternalização” são apresentadas por Thompson (2011)

como estratégias semelhantes, uma vez que a “naturalização” consiste na apresentação de uma coisa criada como um acontecimento natural ou resultado inevitável de características naturais, e que a “eternalização” consiste na apresentação de fenômenos sócio-históricos como permanentes, imutáveis e recorrentes.

Outras duas estratégias deste modo são: a “nominalização”, que “[...] acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes, como quando nós falamos em "o banimento das importações", ao invés de "o Primeiro-Ministro decidiu banir as importações" (Thompson, 2011, p. 88); e a “passivação”, “[...] se dá quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que "o suspeito está sendo investigado", ao invés de "os policiais estão investigando o suspeito" (Thompson, 2011, p. 88).

A partir destas ideias, Fairclough (2001, p. 117) reforça que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de 'senso comum’”. No entanto, as ideologias não são entendidas pelo autor como imposições unilaterais. Logo, para ele, essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, pois a sua referência a ‘transformação’ “[...] aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117).

Desse modo, conforme destaca Ramalho (2010), ao desnaturalizar de forma consciente o senso comum, há a possibilidade de nulificar ou coibir seu funcionamento ideológico. As ideologias, na perspectiva adotada pela ADC, são representações de elementos da realidade, concebidas em diversas dimensões e formas nas práticas discursivas e que podem contribuir para instaurar, sustentar ou transformar relações sociais de poder, dominação e exploração (Lira; Alves, 2018, p. 109).

Posto isto, a ACD representa, para este trabalho, uma possibilidade de complementar a investigação sobre relações sociais no âmbito dos estudos urbanos. Quando se trata do processo de mercantilização do espaço urbano, são criadas estratégias para construir uma imagem de cidade que possa ser inserida no mercado e vendida. Assim, são criadas representações que obedecem a uma determinada perspectiva de mundo, “[...] são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de city marketing importantes instrumentos de difusão e afirmação (Sánchez, 2001, p.33).

De acordo com Sánchez (2001), no contexto competitivo, em que as cidades estão inseridas, a produção dos discursos é baseada em uma perspectiva de mundo que justifica e

possibilita a execução das tarefas impostas pelo atual estágio de produção, cujo se refere à construção do mercado mundial e do espaço mundial. “Os discursos reguladores contidos nas novas políticas e interpretações sobre a cidade e o mundo permeiam os espaços mentais e são, portanto, parte das representações do poder, da ideologia e do controle” (SÁNCHEZ, 2001, p. 38).

Nesse sentido, a fim de investigar como operam os discursos, em um contexto de mercantilização das cidades e de disputa pelo espaço urbanizado, no sentido de justificar um projeto de cidade que não beneficia igualmente todas as camadas sociais e segrega os mais pobres, buscou-se apoio na Análise Crítica do Discurso para identificar e analisar os discursos que buscam legitimar a execução de projetos urbanos, mais especificamente os discursos sobre a importância e necessidade da construção da ponte Engenheiro Jaime Gusmão.

4.2 A perspectiva de Fairclough sobre discurso e a reformulação da ACD

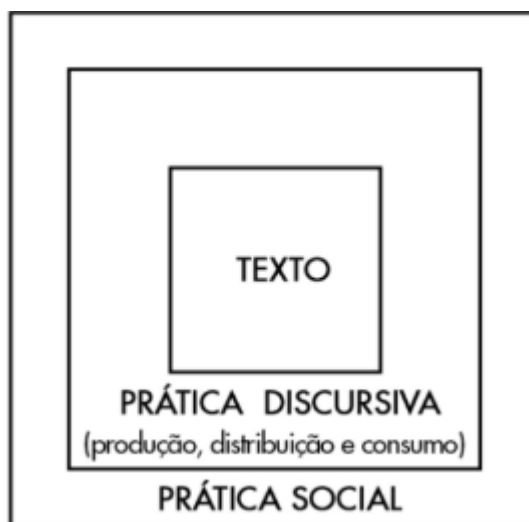
Para entender o uso da linguagem como prática social é necessário compreender esse uso como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente e, também, constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças. (Resende; Ramalho, 2006). Nesse contexto é válido reforçar a definição de Fairclough (2001) sobre discurso, o qual defende que a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética. Ao usar o termo ‘discurso’ Fairclough (2001, p. 90) propõe “[...] considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Para construir esse conceito de discurso que considerasse a exterioridade linguística, mas sem perder a necessária orientação para o sistema linguístico e a dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough refutou o conceito saussuriano de parole (que compreende a fala como atividade individual e que, portanto, jamais se prestaria a uma Teoria Social do Discurso). E também, a concepção sociolinguística, que desconsidera a contribuição do discurso para a constituição, a reprodução e a mudança de estruturas sociais (uso da linguagem moldado socialmente).

Nesse contexto, tem-se a inovação da ACD para análise de discurso que implica no olhar para as mudanças discursiva e social, e não apenas nos mecanismos de reprodução. Em 1992, Fairclough estruturou a Teoria Social do Discurso (TSD), uma forma de análise do discurso e do texto que caracterizava a função da linguagem no arranjo das relações de poder na sociedade.

A TSD se ocupa de um modelo que considera três dimensões passíveis de serem analisadas, mesmo que essas três dimensões estejam dispersas na análise (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Essas três dimensões são: a 1- Prática Social e o 2- Texto, as quais são uma dimensão do evento discursivo e são mediadas pela 3- Prática Discursiva, “que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares” (Resende; Ramalho, 2006, P. 28).

Imagem 16: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough, 2001, p. 101

Em seu livro “Discurso e Mudança Social”, Fairclough (2001) propõe um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social, e essa separação tem um objetivo analítico (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Quadro 03: categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	sentidos
Coesão	Consumo	pressuposições
Estrutura textural	Contexto	metáforas
	Força	Hegemonia
	Coerência	orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas
	Intertextualidade	

A partir da expansão do diálogo com as ciências sociais críticas e, também, da reformulação da Linguística Sistêmica Funcional (doravante LSF), de Halliday, Fairclough (2003) propôs promover uma reformulação teórica e metodológica na sua versão de ADC. Assim, o enquadre mais recente proposto por Fairclough e Chouliaraki (1999), que será utilizado neste trabalho, mantém as 3 dimensões apresentadas acima, no entanto, privilegia a análise da prática social. E o discurso passa, então, a ser um elemento das práticas sociais. “Observa-se que houve, entre os modelos, um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais” (Resende; Ramalho, 2006, p.29).

Para compreender este modelo mais recente é necessário retomar algumas reflexões recontextualizadas da Ciência Social Crítica. A ACD se baseia em uma perspectiva científica de crítica social, combinada aos estudos no campo da pesquisa social, que englobam a modernidade tardia, a análise linguística e a semiótica (Resende; Ramalho, 2006). Na ACD, as reflexões acerca das características da modernidade tardia são alimentadas por teorizações giddianas.

Segundo Giddens (1991, 2002), modernidade tardia é a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização dos traços básicos da modernidade: separação de tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional. Em vários aspectos, as instituições modernas apresentam certas descontinuidades em relação a culturas e modos de vida pré-modernos em decorrência de seu dinamismo, do grau de interferência nos hábitos e costumes tradicionais e de seu impacto global (Giddens, 2002, p. 22) (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 30)

De acordo com Giddens (2002, p. 25 apud Resende; Ramalho, 2006, p. 31), a reflexividade institucional, característica da modernidade tardia, é definida como "a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas, ao lado da separação espaço-tempo e dos mecanismos de desencaixe e deles derivada". Resende e Ramalho (2006) ressaltam que a ideia que Giddens tem da construção da identidade é baseada no conceito de reflexividade no qual o autor “[...] vê as identidades como uma construção reflexiva, em que as pessoas operam escolhas de estilos de vida, ao contrário das sociedades tradicionais, em que as possibilidades de escolha são pré-determinadas pela tradição” (Resende; Ramalho, 2006, p. 30).

Resende e Ramalho (2006, p. 32-33) apontam a concentração nos aspectos “positivos” da nova ordem como um problema imediato da teoria de Giddens, uma vez que o autor “[...] privilegia as ‘oportunidades’ geradas pela globalização, ainda que essas oportunidades sejam

para uma minoria, em detrimento de uma maioria para quem apenas restam os ‘riscos’”. Embora a relevância da reflexividade seja indiscutível para determinadas parcelas da população, para os grupos que vivem à margem da sociedade como, por exemplo, os chamados "moradores de rua" (Resende; Ramalho, 2006, p. 34), que dedicam seus dias a sua sobrevivência, a autorreflexão não se apresenta como uma alternativa na busca por um outro estilo de vida. Além disso,

Desse modo, o conceito de reflexividade refere-se à possibilidade de os sujeitos construírem ativamente suas auto-identidades, em construções reflexivas de sua atividade na vida social. Por outro lado, identidades sociais são construídas por meio de classificações mantidas pelo discurso. E, assim como são construídas discursivamente, identidades também podem ser contestadas no discurso (Resende; Ramalho, 2006, p. 34).

Nesse sentido, o enquadre de ADC proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), o propósito é a reflexão acerca da mudança social contemporânea, das mudanças globais de larga escala e da possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social (Resende; Ramalho, 2006). De acordo com esse enquadre, toda análise que tem como base teórico-metodológica a Análise Crítica do Discurso, parte “da percepção de um problema que, em geral, baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria” (Resende; Ramalho, 2006, p. 36).

Dentro deste método, o segundo passo sugerido é a identificação de obstáculos para que o problema seja superado, e existem três tipos de análise que atuam juntas nessa etapa:

(1) a análise da conjuntura, da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre, (2) a análise da prática particular, com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos, e (3) a análise do discurso, orientada para a estrutura (relação da instância discursiva analisada com ordens de discurso e sua recorrência a gêneros, vozes e discursos de ordens de discurso articuladas) e para a interação (análise lingüística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social) (Resende; Ramalho, 2006, p. 36).

A terceira etapa diz respeito a função do problema na prática, a fim de verificar se existe alguma função particular para o aspecto problemático do discurso, isto é, “para além da descrição dos conflitos de poder em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar sua função nas práticas discursiva e social” (Resende; Ramalho, 2006, p. 36). A quarta etapa busca apresentar possíveis modos de ultrapassar os obstáculos identificados. E a última etapa é a reflexão sobre a análise, ou seja, esta etapa parte do entendimento de que toda pesquisa deve ser **reflexiva**. Em suma, esse enquadre apresenta um nível de complexidade maior que o

do modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001), uma vez que possibilita maior abertura nas análises, além de considerar a conexão entre discurso e outros elementos sociais na formação de práticas sociais.

Esse enquadre de análise (Fairclough, 2003), que se baseia no funcionalismo de Halliday, propõe uma abordagem do discurso em termos de principais tipos de significado: o significado representacional, que está conectado a discursos; o significado acional, ligado a gêneros; e o significado identificacional, a estilos. Os estudos funcionalistas têm como objetivo estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem e investigar a interface entre as funções e o sistema interno das línguas.

A compreensão das implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. A relação entre as funções sociais da linguagem e a Linguística sistêmica funcional organização do sistema lingüístico é, para Halliday (1973), um traço geral da linguagem humana. Daí a necessidade de se estudar os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais. A variação funcional não é apenas uma distinção de usos da linguagem, é algo fundamental para sua organização, uma propriedade básica da linguagem. As abordagens funcionais da linguagem têm enfatizado seu caráter multifuncional e, nesse sentido, Halliday (1991) registra três macrofunções que atuam simultaneamente em textos: ideacional, interpessoal e textual (Resende; Ramalho, 2006, p. 56-57).

Sinteticamente, Resende e Ramalho (2006) esclarecem que a função “ideacional” da linguagem refere-se a maneira como representamos os aspectos do mundo, ou seja, “[...] um modo de refletir a ‘realidade’ na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através de relação simbólica” (Resende; Ramalho, 2006, p. 57). A função “interpessoal” diz respeito ao significado sob a perspectiva da sua função no processo de interação social, da língua como ação. Essa função está presente em todos os usos da linguagem, pois trata do uso da língua para expressar relações pessoais e sociais. E a função “textual” engloba as formas como são organizados e construídos os textos, aspectos semânticos, gramaticais e estruturais, que têm de ser analisados no texto com vistas ao fator funcional.

Resende e Ramalho (2006, p. 62), também, ressaltam que “[...] as três macrofunções são interrelacionadas, e os textos devem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, ou seja, serve simultaneamente a diversas funções”. Apesar da ACD se basear na LSF, Chouliaraki e Fairclough (1999) ressaltam que, considerando o potencial do diálogo que poderiam estabelecer, as relações entre as duas disciplinas ainda são limitadas.

Fairclough (1992) realizou algumas alterações em alguns pontos da LSF seguindo seus objetivos analíticos em seu livro “Discurso e Mudança Social”. Mas a ampliação do diálogo teórico entre a ACD e a LSF é realizada por Fairclough (2003) em seu livro “*Analysing*

Discourse: textual analysis for social research.”, em que o autor propõe uma articulação entre as “[...] macrofunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional” (Resende e Ramalho, 2006, p. 59).

Imagem 17: Recontextualização da LSF na ADC

LSF (Halliday, 1991)	ADC (Fairclough, 1992)	ADC (Fairclough, 2003)
Função ideacional	→ Função ideacional	→ Significado Representacional
Função Interpessoal	→ Função Identitária → Função Relacional	→ Significado Identificacional
Função Textual	→ Função Textual	→ Significado Acional

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 61)

De acordo com Fairclough (2003), o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. E cada um desses modos corresponde a um tipo de significado: acional (agir), representação (representar), identificacional (ser).

Uma das maneiras de agir e interagir é por meio da fala ou da escrita, então o discurso figura primeiramente 'como parte da ação'. Podemos distinguir diferentes gêneros como diferentes maneiras de (inter)agir discursivamente – entrevista é um gênero, por exemplo. Em segundo lugar, o discurso figura nas representações que sempre são partes de práticas sociais – representações do mundo material, de outras práticas sociais, representações próprias reflexivas da prática em questão. A representação é claramente substância discursiva e, podemos distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições. [...] Em terceiro lugar e finalmente, discurso figura conjuntamente com expressões corporais ao constituir modos particulares de ser, identidades sociais ou pessoais particulares. Chamarei o aspecto discursivo desse item estilo. Um exemplo seria o estilo de um tipo específico de gerente – seu modo de utilização da linguagem como recurso para identificação pessoal (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26 tradução livre).

Segundo Fairclough (2003), é possível identificar a ação, a representação e a identificação simultaneamente em textos completos e em pequenas partes do texto. Uma vez que agimos, reagimos e interagimos por intermédio da linguagem, o discurso se configura como ação e relação. Desta maneira, diferentes gêneros correspondem a diferentes maneiras de agir e se relacionar discursivamente, “[...] daí ser o aspecto acional/relacional um dos significados do discurso, ao lado dos dois outros (Resende; Ramalho, 2011, p. 176). Já o significado

representacional está associado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo.

Diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com outras pessoas (Fairclough, 2003a). Os diferentes discursos não apenas representam o mundo "concreto", mas também projetam possibilidades diferentes da "realidade", ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares (Resende; Ramalho, 2006, p. 71).

O terceiro significado, o identificacional, está relacionado à construção de identidades. Na perspectiva desse significado, entende-se que “como modo de ser, o discurso figura na identificação, na constituição de modos particulares de ser, ou seja, identidades sociais ou pessoais particulares, que se relacionam ao estilo” (Resende; Ramalho, 2011, p. 176-177).

Estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos. Como o processo de identificação no discurso envolve seus efeitos constitutivos, Fairclough (2003a) sugere que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções, acerca do que se é (Resende; Ramalho, 2006, p. 76).

Pode-se interpretar, com base nestes apontamentos, que os sujeitos são atravessados pelo discurso. Nesse sentido, a partir das estratégias discursivas dos posicionamentos assumidos pelo líder executivo municipal do Recife, nas redes sociais, verificados até então, presume-se no âmbito desta pesquisa, que o seu discurso em torno da Ponte manifesta as ideias defendidas pelo planejamento estratégico de cidades. Com ações que refletem as diretrizes desse modelo de planejamento, como por exemplo a exaltação da sua formação acadêmica para divulgar a obra em suas redes sociais, que conduzem a construção mitificada de uma liderança carismática, que possui conhecimento científico sobre as questões urbanas; bem como a priorização de obras de grande infraestrutura, que resultem em um impacto imediato na imagem da gestão, pode-se argumentar que a forma como o prefeito João Campos se projeta nos textos é induzida pelo discurso do planejamento estratégico de cidades.

Além disso, compreende-se nesta pesquisa que o posicionamento do prefeito João Campos, nas redes sociais, está inclinado à enaltecer os aspectos relacionados à geração de emprego, redução no tempo de locomoção entre as zonas norte e oeste etc., conduzindo a atenção dos seus interlocutores para os efeitos positivos da obra. Paralelamente, invisibiliza-se a remoção de moradores da ZEIS Vila Esperança, supostamente necessária para a realização da obra e, consequentemente, não explicita que a geometria viária escolhida para a realização do projeto foi a que resultou no maior número de remoções comparativamente a outras alternativas de projetos que chegaram a ser estudadas, como mencionada no capítulo 3 (ver imagem 08).

Desta forma, busca-se analisar como a construção da imagem de um líder carismático que representa, no contexto desta pesquisa, as ideias do planejamento estratégico de cidades, pode ocultar as contradições presentes no processo de construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, e como processo pode conduzir à legitimação deste projeto de intervenção urbana. Para isso, utilizaremos as categorias “avaliação”, que diz respeito à forma como o discurso atribui valor a algo, e a categoria “modalidade”, que versa sobre o grau de envolvimento de uma pessoa com declarações realizadas por ela mesma, do significado identificacional proposto por Fairclough (2003), que serão mais profundamente explicadas no próximo capítulo.

4.3 Percurso metodológico e construção do corpus de Análise

Este trabalho propõe a conciliação de um diálogo crítico entre os estudos urbanos e a Análise Crítica do Discurso (ACD), enquanto um instrumento teórico-metodológico, que irá orientar essa pesquisa sobre os discursos que buscam dissimular contradições presentes na execução de projetos urbanos estratégicos e legitimar a execução destes, a partir das publicações do prefeito João Campos sobre a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão. Consequentemente, esta pesquisa, ao propor um diálogo entre conceitos da Geografia, da Linguística e do Urbanismo, terá um caráter interdisciplinar. Para a execução da análise, será utilizado, como base, o enquadre proposto por Fairclough e Chouliaraki (1999).

Quadro 04: etapas do enquadre para a ACD

ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999)		
1) Um problema (atividade, reflexividade)		
2) Obstáculos para serem superados	a) análise da conjuntura na qual o problema está inserido	
	b) análise da prática particular em que o problema está inserido	(i) práticas relevantes
		(ii) relações do discurso com outros momentos da prática
	c) análise do discurso	(i) análise estrutural
		(ii) análise interacional
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) Reflexões sobre a análise		

Entender a significância do que se procura através da pesquisa é o primeiro passo que um pesquisador deve dar para ir em busca de respostas para seus questionamentos (Morin, 2010). A partir deste entendimento será explicado, neste tópico, o caminho trilhado para a escolha do material que será analisado nesta pesquisa. O corpus deste trabalho é composto por publicações realizadas no Instagram do atual líder executivo da cidade do Recife, o prefeito João Campos (PSB). A preferência pela análise de publicações realizadas em uma das redes sociais do atual prefeito deve-se, primeiramente, ao fato da importância da figura do prefeito na execução do planejamento estratégico.

De acordo com, Castells e Borja (1996, p. 156), uma resposta para a consciência de crise¹⁹, necessária para a execução do planejamento estratégico e que se instala entre os cidadãos, dificilmente é encontrada caso não exista “uma liderança personalizada e, em muitos casos, a figura dos prefeitos é decisiva”. Nesse sentido, os autores associam o sucesso de algumas cidades, como por exemplo capitais como Lille, Montpellier ou Estrasburgo na França, à “[...] forte personalidade e o dinamismo dos seus prefeitos (Mauroy, Frêche e Trautman)” (Castells; Borja, 1996, p. 156).

Já no que diz respeito às respostas para as pressões uniformizadores de atores hegemônicos para transformar as cidades em mercadoria, Sánchez (2001, p. 46) argumenta que “[...] os projetos de cidade, modelos de desenvolvimento construídos pelos governos locais junto a agentes privados com interesses localizados, parecem guardar, de fato, semelhanças significativas”.

Dessa forma, o esforço político de alguns prefeitos e governos de cidade para vender o sucesso das cidades e promover a re-invenção dos lugares, como aponta Sánchez (2001), está relacionado aos arranjos particulares de interesses principiados naqueles mercados, que possuem relações com o mercado de cidades. “Esse esforço dos governos também está orientado pela necessidade de dar visibilidade internacional a seus projetos e ações urbanas, visando a um trânsito notável junto às agências multilaterais – que, por sua vez, garantirão futuros financiamentos para novos projetos” (Sánchez, 2001, p. 46).

À vista da importância e da influência que o prefeito exerce na execução do planejamento estratégico das cidades optou-se por analisar as redes sociais do atual líder executivo da cidade do Recife. Para traduzir a influência da imagem do prefeito em números,

¹⁹ Rever o tópico 2.2.3

pode-se mencionar a atual quantidade de seguidores que o seu perfil possui no Instagram, que ultrapassa o número de dois milhões, enquanto o perfil oficial da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) tem 560 mil seguidores. Além disso, de acordo com o levantamento realizado pelo Poder 360, em julho de 2024, o chefe executivo João Campos é o prefeito de capital mais popular nas redes sociais. Até o dia 20/07/2024, João Campos possuía 475.100 seguidores no TikTok; 51.800 seguidores no X, antigo Twitter, e 591.100 seguidores no Kwai.

Dessa forma, o prefeito João Campos tem sido considerado um “fenômeno digital”, e é conhecido por muitos usuários, nas redes sociais, como “meu prefeito”. A Agência especializada em mídia digital responsável pelo sucesso, que o prefeito alcançou nos últimos meses, é a Hermanos, que tem contratação com o diretório pernambucano do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em uma entrevista concedida ao jornal Estadão, no ano de 2023, o prefeito afirmou que optou por utilizar as redes sociais para mostrar o seu trabalho e decidiu investir no Kwai, porque é uma rede importante com grande repercussão no campo popular, pois monetiza os vídeos (Godoy, 2023)²⁰. No entanto, pôde-se observar, ao longo deste trabalho, que as publicações realizadas tanto no Kwai como no Instagram e no TikTok seguem o mesmo padrão, ou seja, são as mesmas publicações com as mesmas legendas (salvo algumas publicações realizadas no Instagram, pois esta rede social permite que vídeos e fotos sejam publicados no perfil dos usuários, enquanto o TikTok e o Kwai só permitem publicações em formato de vídeo).

Por este motivo, dado o quantitativo de seguidores e a interação do chefe executivo com os usuários do Instagram, optou-se pelas publicações realizadas especialmente nesta rede social para a construção do corpus da análise. A contar de 2020, ano em que o decreto que o decreto nº 34.603, foi promulgado até o dia 13/12/2024 (última data em que o perfil do prefeito João Campos foi revisitado para fins desta pesquisa), foram realizadas 17 publicações apenas sobre a construção da ponte no perfil do atual prefeito. Enquanto no perfil da Prefeitura da Cidade do Recife, no Instagram, foram realizadas 11 publicações sobre o assunto. A diferença entre a atuação do prefeito e da PCR, nas redes sociais, é explícita quando os números referentes à

²⁰ Em 02/06/2023, o prefeito da cidade João Campos, em uma entrevista concedida para o Estadão, justificou a decisão de investir em vídeos, e menciona o Instagram (como rede social que lhe agrada), o kwai (como uma rede importante por ter grande repercussão no campo popular, considerando que Recife é uma cidade onde habita um número considerável de habitantes das classes econômicas C e D), e o TikTok (como uma rede social similar ao kwai). Link da entrevista do prefeito João Campos (PSB) concedida ao Estadão em 02 jun. 2023

seguidores, curtidas e comentários são comparados²¹, reforçando a popularidade do prefeito nas redes sociais.

Quadro 05: Publicações sobre a obra no Instagram do líder executivo

Ano de publicação	Data de publicação	LINK	CURTIDAS	COMENTÁRIOS
2024	27/09	< https://www.instagram.com/reel/DAbO2qOx0IG/ >	38.317	1.312
2024	23/08	< https://www.instagram.com/reel/C_CUGLARXv- / >	86.840	3.440
2024	09/05	< https://www.instagram.com/p/C6v4FrCu1Ho/ >	24.000	190
2024	21/02	< https://www.instagram.com/p/C3nRv3wxTNK/ >	34.800	1.197
2023	13/10	< https://www.instagram.com/p/CyVt7f7O3s5/ >	8.821	312
2023	18/09	< https://www.instagram.com/p/CxWE2u9xGzC/ >	10.131	472
2023	19/08	< https://www.instagram.com/p/CwIlrM2srgf/ >	9.855	343
2023	31/07	< https://www.instagram.com/p/CvYF83dtZc3/ >	12.100	315
2023	24/07	< https://www.instagram.com/p/CvFwyoOtGKy/ >	13.927	664
2023	29/01	< https://www.instagram.com/p/CoAD2P6Pd9I/ >	1.617	53
2023	19/01	< https://www.instagram.com/p/Cnm5rFGoN0i/ >	4.123	180
2022	20/10	< https://www.instagram.com/p/Cj7sCAmpDqK/ >	1007	47
2022	19/10	< https://www.instagram.com/p/Cj6I2lMPP6z/ >	5.858	137
2022	19/10	< https://www.instagram.com/p/Cj5mZrnv2w7/ >	1.931	92
2022	02/03	< https://www.instagram.com/p/Canmad8FQ9- / >	35.928	173
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTxrJTEFa9P/ >	27.800	213
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTxN1FCIPCv/?img_index=1 >	3.244	197
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTx5vysF_Lc/ >	5.238	46
TOTAL			327.5370	9.383

Fonte: Instagram do prefeito João Campos (PSB), 2024

Quadro 06: Publicações sobre a obra no Instagram da Prefeitura da Cidade do Recife

²¹ Os números apresentados nas tabelas são referentes às curtidas e comentários realizados em publicações sobre a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão.

Ano de publicação	Data de publicação	LINK	Curtidas	Comentários
2024	01/07	< https://www.instagram.com/p/C82pr_ov32D/ >	3.249	235
2024	30/06	< https://www.instagram.com/p/C82pr_ov32D/ >	3.270	238
2024	28/02	< https://www.instagram.com/p/C35vu22PYoZ/ >	5.172	274
2023	18/09	< https://www.instagram.com/p/CxWWQXiLLCo/ >	1.449	58
2023	19/08	< https://www.instagram.com/p/CwI15o6P7QT/ >	965	38
2023	16/08	< https://www.instagram.com/p/CwAoCDctAzN/ >	2.020	107
2023	26/07	< https://www.instagram.com/p/CvKHZt1rleM/ >	10.196	454
2022	07/02	< https://www.instagram.com/p/CZrjqTcsFiZ/ >	17.108	31
2021	27/10	< https://www.instagram.com/p/CVh59WILUHG/?img_index=4 >	384	28
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTx8Z5BsP-M/ >	5.932	32
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTxSfaGDoLU/ >	6.253	86
2021	13/09	< https://www.instagram.com/p/CTxFSJ6LN9G/?img_index=1 >	1.131	
TOTAL			57.129	1.581

Fonte: Instagram da Prefeitura da Cidade do Recife, 2024

É de válido ressaltar que no dia 05 de julho de 2024, o perfil da PCR no Instagram, e em todas as outras redes sociais, foram desativados em cumprimento à legislação eleitoral (art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - que tem como objetivo impedir o uso da máquina pública a favor de candidatos), e o retorno das atividades ocorrerá após o término do período eleitoral. No entanto, nas redes sociais do chefe executivo, continuam sendo realizadas publicações sobre projetos, programas e ações elaborados pela PCR. Este motivo aliado ao papel que a figura do prefeito exerce, no âmbito do planejamento estratégico, bem como o alto número de seguidores, curtidas e comentários no Instagram do atual líder executivo, motivou a investigação dos discursos produzidos e propagados, sobre a obra, neste veículo de comunicação.

A partir da discussão sobre a importância da imagem do prefeito para a execução do planejamento estratégico e, também, da observação da popularidade do prefeito João Campos nas redes sociais (principalmente quando comparada às redes sociais da Prefeitura da Cidade do Recife), o corpus deste trabalho foi composto pelas publicações sobre a ponte Engenheiro Jaime Gusmão realizadas pelo líder do executivo. No entanto, durante a pesquisa pôde-se observar algumas repetições dos textos (ideias e frases repetidas) nas publicações. Desta forma,

para efetividade desta pesquisa, optou-se pela análise das publicações mais curtidas e comentadas.

5. ANÁLISE DISCURSIVA

Ao longo do trabalho foram discutidas questões acerca dos fundamentos do planejamento estratégico de cidades, bem como a personificação deste modelo de planejamento na imagem do prefeito (designado como uma figura decisiva para o sucesso dos projetos estratégicos), e a contextualização do processo de construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, que resultou na remoção de centenas de moradores da ZEIS Vila Esperança, além da apresentação da ACD, teoria-método em que este trabalho se baseia para a análise dos dados.

Pôde-se compreender, a partir da discussão teórica sobre o planejamento estratégico, a relevância da construção da imagem de um líder executivo carismático, no contexto deste modelo de planejamento urbano. Uma liderança carismática pode ser uma figura-chave na busca pela articulação dos interesses de diferentes grupos, construção de consenso em torno de projetos ditos estratégicos e na garantia de legitimidade destes projetos. Pode-se dizer, então, que a importância da construção da imagem de uma liderança carismática, no contexto do planejamento estratégico urbano, vai além da administração das cidades, mas engloba o seu poder de influência sobre a percepção das pessoas acerca da administração exercida por determinada gestão.

Castells (2013), argumenta que a política é o processo de atribuição de poder nas instituições do estado. Para o autor, as relações de poder são baseadas, geralmente, na capacidade de moldar mentes construindo significados através da criação de imagens. “As ideias são imagens (visuais ou não) do nosso cérebro. Para a sociedade em geral, a criação de imagens realiza-se no âmbito da comunicação socializada” (Castells, 2009, p. 262, tradução da autora). Dessa forma, as organizações e os líderes que não têm presença mediática não existem para o público, logo, “[...] só aqueles que conseguem transmitir as suas mensagens aos cidadãos têm a possibilidade de influenciar as suas decisões de forma que os leve a posições de poder no estado e/ou a manter seu controle nas instituições políticas (Castells, 2009, p. 262, tradução da autora).

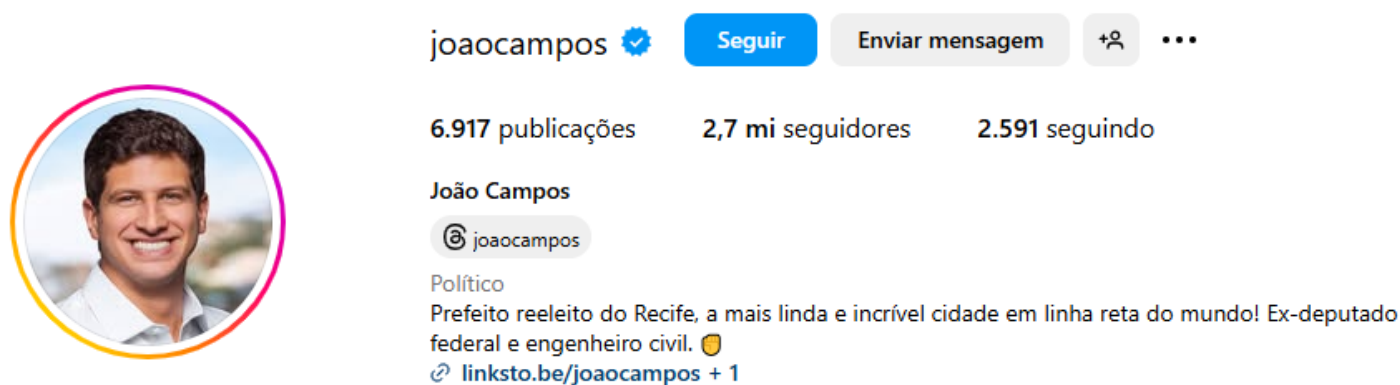
No âmbito do planejamento estratégico urbano, Sánchez (2001) argumenta que existe uma construção mitificada da figura do líder carismático e da liderança política, que por vezes, é enaltecida por sua competência técnica, que pode situá-lo acima da política. Esses requisitos, de acordo com a autora, são tidos como fundamentais para o “[...] ‘prefeito empreendedor’,

agentes portadores da missão de desencadear planos e projetos estratégicos associados à reestruturação urbana” (Sánchez, 2001, p. 40).

A apresentação do perfil técnico ou erudito de determinada liderança qualifica-a como portadora de aparente imparcialidade e conhecimento científico sobre as questões urbanas. Trata-se da manipulação política do denominado “**discurso competente**”, discurso com aparência científica que permite a dissimulação de práticas de subordinação (Sánchez, 2001, p. 40).

Durante os 4 anos da primeira gestão do prefeito João Campos (PSB), a estratégia de comunicação utilizada por ele e por sua equipe, no ambiente virtual, foi marcada pela coloquialidade e pela proximidade com os seus seguidores. Desta maneira, na construção dos conteúdos publicados, para a interação com o público, foram comumente utilizados situações cotidianas, memes²², músicas populares e, principalmente, figuras de linguagem, gírias, expressões etc. que fazem referência à cultura local. Além disso, o chefe do executivo municipal reforçou, na sua apresentação pessoal (em seu perfil do Instagram) e nas publicações (especialmente nas publicações que foram selecionadas para a análise, como será possível observar nas seções 5.2 e 5.3) a sua formação acadêmica em Engenharia Civil, exemplificando o que Sánchez (2001) definiu como “discurso competente”.

Imagem 18: perfil do Instagram do prefeito João Campos



Fonte: Instagram do prefeito João Campos (PSB), 2024

Devido a sua forte presença nas redes sociais, o líder do poder executivo municipal do Recife atingiu 2,7 milhões de seguidores, apenas no Instagram, quase o dobro da população da cidade do Recife, que é equivalente a 1.488.920 (IBGE, 2022), e superou o número de seguidores de prefeitos de capitais maiores como Eduardo Paes (PSD) do Rio de Janeiro e Ricardo Nunes (MDB) de São Paulo. A popularidade do prefeito João Campos (PSB) é bem

²² imagens, vídeos e até áudios que viralizam na internet

avaliada tanto no meio digital, sendo o segundo prefeito com maior popularidade digital, com 63,7% no IDP (Índice de Popularidade Digital), quanto no âmbito da sua gestão, tendo 77% de aprovação pelos eleitores do Recife, de acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha (De agosto, 20 set. 2024) duas semanas antes das eleições municipais.

As estratégias adotadas pelo chefe do executivo para a criação e sustentação da sua imagem, no meio digital, podem ser consideradas eficazes também se considerarmos os resultados das eleições municipais, que resultaram na sua reeleição para prefeito, no primeiro turno, com 78% dos votos válidos (João Campo, 06 nov. 2024). Pode-se dizer que a ascensão do prefeito João Campos, nas redes sociais, a partir da sua presença ativa nesse ambiente, reforça a percepção da relevância da sua imagem enquanto líder político.

Embora as redes sociais não tenham sido a questão central da discussão teórica deste trabalho, que teve como foco o debate acerca do discurso do planejamento estratégico de cidades, é válido ressaltar que a transformação da comunicação em massa para a intercomunicação individual (sendo esta segunda um processo de comunicação interativa que possibilita o alcance de uma audiência de massa) foi uma das transformações mais relevantes na comunicação nos últimos anos (Castells, 2009). Pode-se dizer, que os avanços na comunicação provocaram impactos no campo político e, também, na forma como as cidades são planejadas na contemporaneidade (iniciativas e campanhas do poder público são divulgadas amplamente nas redes sociais, as redes sociais são usadas como plataformas de consulta pública, participação e canal direto de comunicação etc.).

Ao longo desta pesquisa, foram apresentadas as contradições presentes no processo de construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, processo que foi amplamente divulgado nos veículos midiáticos e nas redes sociais do líder do executivo, como um importante equipamento de mobilidade urbana, capaz de suprir a necessidade de interligação entre as Zonas Norte e Oeste do Recife, reduzir o tempo de deslocamento entre as duas margens de 18 para 2 minutos e gerar mais empregos.

No entanto, foi possível observar, durante a execução desta pesquisa, uma ampla divulgação dos benefícios desta obra, que corroboravam com a real necessidade de viabilização da nova ponte, atrelada à insuficiência de dados acerca do quantitativo de remoções realizadas em função do projeto - assim como dos valores de indenização pago aos moradores da ZEIS Vila Esperança - e, também, à dificuldade do acesso aos estudos sobre os impactos da obra no trânsito da região. E pôde-se entender essas ações como estratégias que buscaram a dissimulação das contradições existentes no processo de construção da ponte e uma forma de conduzir à legitimação da obra.

Compreende-se, desta forma, a importância de investigar relações assimétricas de poder existentes no atual modelo de planejamento da cidade do Recife, bem como refletir criticamente acerca das contradições que norteiam a execução de projetos estratégicos. Assim, este capítulo será dedicado à análise dos discursos mobilizados pelo líder do executivo do município do Recife em suas redes sociais, a fim de identificar, no discurso do planejamento estratégico, os modos de operação da ideologia bem como suas estratégias de funcionamento no que se refere às formas de buscar a legitimação de projeto estratégico. Em outras palavras, como o prefeito João Campos (PSB) constrói a sua identidade ao camuflar as contradições existentes no processo de construção da ponte e como isso conduz à legitimação dessas contradições.

5.1 Significado identificacional: a constituição discursiva da identidade (ou o discurso como modo de ser)

Como já mencionado no capítulo 4, o discurso constitui identidades (significado identificacional), representa o outro (significado representacional) e, por meio dele, se age e interage (significado acional), e estes processos não estão necessariamente separados, podendo ocorrer simultaneamente (Fairclough, 2003). No entanto, em termos analíticos, esses significados podem ser selecionados. Desta forma, para analisar o modo como o líder executivo municipal do Recife se projeta nos textos e para identificar, no seu discurso (atravessado pelo discurso do planejamento estratégico de cidades), os modos de operação da ideologia que buscam dissimular e legitimar as contradições presentes no processo de construção da ponte Engenheiro Jaime Gusmão, mobilizou-se o significado identificacional e suas categorias de análise, que serão explicadas neste tópico.

“No que diz respeito ao processo de identificação envolver efeitos constitutivos do discurso, ele deve ser visto como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades” (Fairclough, 2003, 114). Por se tratar de construções simbólicas, a identidade é submetida a relações de poder e a lutas por sua (re)definição (Resende; Ramalho, 2006). A afirmação da identidade no discurso estampa os conflitos de poder existentes entre grupos assimetricamente situados. Nesse sentido, Resende e Ramalho (2006, p. 77) ressaltam que é por intermédio da representação que identidade se relaciona a sistemas de poder; “questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido”. As autoras também assinalam as ideias de Castells (1999), o qual compreende que a principal questão da construção da identidade é a finalidade deste processo.

Castells (1999, p. 23) aponta que toda e qualquer identidade é construída e para ele a principal questão acerca da construção da identidade é "como, a partir de que, por quem e para quê isso acontece", uma vez que isso é determinante do conteúdo simbólico da identidade. Como a construção da identidade sempre se dá em contextos de poder, Castells propõe três formas de construção da identidade: a **identidade legitimadora** é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; a **identidade de resistência** é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação e constitui, portanto, foco de resistência; a **identidade de projeto** é construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social. Há um fluxo entre esses tipos de identidade; por exemplo, uma identidade que se constrói como de resistência pode resultar em projeto e, por meio da mudança social, acabar constituindo uma identidade legitimadora (Resende; Ramalho, 2006, p. 77-78 grifos da autora).

De acordo com Fairclough (2003), a identificação é um processo complexo, pois deve compreender a distinção entre os aspectos sociais e pessoais da identidade (identidade social e personalidade). Para a recente teoria pós-estruturalista e pós-moderna, a identidade está atrelada ao discurso e é frequentemente mencionada como sendo um resultado do discurso. Embora parte dessa afirmação seja verdadeira, existe uma problemática uma vez que as pessoas não têm sua participação em eventos sociais e textos apenas pré-posicionados, mas são **agentes** sociais que podem mudar coisas. Além disso, essa teoria não reconhece a importância do engajamento prático com o mundo, “[...] que começa antes mesmo das crianças aprenderem línguas e continua através de nossas vidas, em processos de identificação, especialmente na formação da ‘consciência de si’” (Fairclough, 2003, p. 125).

Dentro da identidade social, que conduz a uma elaboração do conceito de **agência**, também são necessárias as distinções. E para realizar essa diferenciação, Fairclough (2003) segue as ideias de Archer (2000), que defende que pessoas são posicionadas primeiramente como Agentes Primários, por causa de suas condições ao nascer, sobre a qual não têm poder de escolha. Na sociedade contemporânea, poucas pessoas permanecem dentro dos limites das posições que lhes são impostas, mas a capacidade de transformar esses limites depende da reflexividade e da capacidade de se tornar um Agente Corporativo capazes de ações coletivas e formação de mudança social.

Atingir identidade social em um sentido amplo é uma questão de ser capaz de assumir papéis sociais, mas personificando-os, investindo-os de sua própria personalidade (ou identidade pessoal), desempenhando-os de modo diferenciado. O desenvolvimento completo das pessoas como agentes sociais está dialeticamente interconectado com o desenvolvimento completo de suas personalidades, nenhum dos quais é garantido. Vir a ser uma personalidade é uma questão de ser capaz de formular os interesses primário e conclusivo de alguém, e balancear e priorizar esses papéis sociais em seus próprios termos. É claro, isso é em si um processo socialmente restrito – parte da dialética entre identidade social e identidade pessoal ou personalidade, a qual o formador restringe posteriormente (Fairclough, 2003, p. 125).

Destacaremos, neste tópico, duas categorias que serão mobilizadas para análise das publicações selecionadas: a modalidade e avaliação. A categoria da modalidade apresenta um

certo grau de complexidade. De acordo com Fairclough (2003), a questão da modalidade pode ser vista como a maneira como as pessoas se envolvem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras, e que existem diferentes formas de fazer cada uma dessas coisas.

A modalidade é importante na estruturação de identidades (tanto nas pessoais – personalidades – como nas sociais), no sentido que aquilo com o que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é – logo as escolhas de modalidade nos textos podem ser vistas como parte do processo de estruturação da própria identidade. Isso, no entanto, prossegue no decorrer dos processos sociais, já que o processo de identificação é inevitavelmente transformado pelo processo de relação (Fairclough, 2003, p. 129).

Fairclough, também, reforça que os significados dos textos e as identidades são relacionais, nas palavras do autor, “quem uma pessoa é constitui uma questão de como uma pessoa se relaciona com o mundo e com outras pessoas” (Fairclough, 2003, p. 130). Além disso, as escolhas na modalidade são significativas em termos de identificação, e também em relação a ação (e as relações sociais da ação) e a representação. A princípio, “[...] a modalidade pode ser vista como relacionada com os “comprometimentos”, “atitudes”, “julgamentos”, “posturas” e consequentemente com a identificação, porém também se conecta com a ação e relações sociais, e com a representação” (Fairclough, 2003, p. 130).

O mesmo ocorre com o modo, relacionado principalmente com os tipos de ação, funções de discurso e tipos de troca (veja capítulo 6), mas os especialistas, que frequentemente usam orações afirmativas para fazer declarações se identificam de modo diferente dos especialistas que usam orações interrogativas para fazer perguntas; logo o modo é também significativo para a identificação. Esse pode ser um aspecto de contribuição para as diversas formas de ser um especialista. No caso da modalidade, essa propriedade dialética das escolhas textuais significa que, por exemplo, uma escolha de modalidade com intuito de evitar um forte envolvimento com a verdade (como ao dizer “ele deve estar lá”, quando já se sabe que ele está lá ou não) pode ser motivada principalmente pelas relações sociais da ação, talvez como uma forma de discrição – embora essa seja por si só uma “mensagem” acerca da identidade de uma pessoa (2003, p. 130).

Os tópicos da pesquisa social e as transformações no novo capitalismo podem ser discutidos através do entendimento de que há limites sociais na modalidade que vão além das relações sociais de determinados textos ou conversas. Pode-se questionar, por exemplo, quem tem a capacidade de se comprometer imensamente com o que vai acontecer. E as previsões podem ser uma resposta para isso, porque podem ser feitas por qualquer pessoa. No entanto, a questão central é quem tem poder socialmente garantido para fazer essas previsões. Respondendo a esta questão, Fairclough (2003, p. 130) afirma que “um grupo que de fato apresenta tal poder são os **políticos e governantes**”. Um exemplo apresentado pelo autor, para

explicar como funcionam essas previsões, é o excerto do jornal governamental britânico “*Learning Age*”, em que ele nomeia um determinado tipo de previsão como “**futurologia**”²³.

O excerto do jornal governamental britânico “*Learning Age*” - por exemplo, “A revolução do século 21 baseada no conhecimento e na informação terá uma fundação bastante diferente – estará centrada nos investimentos no intelectual e na criatividade das pessoas”. Há um nome para tal tipo de previsão – “futurologia”. O poder de previsão futuroológica é significativo, pois as prescrições sobre o que as pessoas devem ou não fazer podem ser – e realmente o são atualmente - legitimadas em relação a essas previsões sobre o futuro (Fairclough, 2003, p. 130-131).

Embora a “futurologia” não seja uma categoria de análise aprofundada pelo autor, Fairclough afirma, como é possível ler na citação acima, que o poder de prever o futuro desempenha um papel importante, uma vez que as orientações sobre o que as pessoas devem ou não fazer podem ser legitimadas com base nessas projeções sobre o futuro. A partir deste entendimento, esta pesquisa se apropriará desta categoria para executar nossa análise, visto que ao selecionar nosso *corpus*, pôde-se observar o comprometimento do líder executivo municipal com as previsões de fatos (incertos) relacionados a benefícios da execução da obra.

Ainda na discussão sobre modalidade, de acordo com Fairclough (2003), existem diferentes tipos de modalidade que podem ser associados a diferentes tipos de troca e funções de discurso: a modalidade deôntica e a modalidade epistêmica. A diferença entre esses dois tipos de modalidade é definida da seguinte forma: “em trocas de conhecimento, a modalidade é epistêmica, refere-se ao comprometimento com a “verdade”; já em trocas de atividade, a modalidade deôntica, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade” (Resende; Ramalho, 2006, p. 82). Fairclough (2003) apresenta essas trocas no seguinte exemplo.

Quadro 07: tipos de troca

Troca de conhecimentos (modalidade "epistêmica")	
Declarações: envolvimento do "autor" com a verdade.	
•	Afirmção: A janela está aberta.
•	Modalização : A janela pode estar aberta.
•	Negação: A janela não está aberta.

²³ Em seu livro “*Analysing discourse: textual analysis for social research*”, Fairclough (2003) traz vários exemplos de análise, um deles é a análise do excerto do jornal “*Learning Age*”, que é explorada, também, nos outros capítulos sobre os outros significados do discurso (racional e representacional). Neste trabalho, apenas utilizamos os exemplos que tornaram mais didática a explicação das categorias mobilizada para a nossa análise. Assim, para compreender melhor do que se trata a matéria do jornal britânico, deve-se consultar o exemplo 11 do livro.

Perguntas: o autor deduz o envolvimento de outra pessoa com a verdade.	
•	Perguntas positivas não-modalizadas: A janela está aberta?
•	Perguntas modalizadas: A janela poderia estar aberta?
•	Perguntas negativas não-modalizadas: Não está a janela aberta?
Troca de atividade (modalidade "deôntica")	
Procura: envolvimento do "autor" obrigação/necessidade.	
•	Ordem: Abra a janela!
•	Modalização: Você poderia abrir a janela.
•	Proibição: Não abra a janela!
Oferta: envolvimento do "autor" com a ação.	
•	Garantia: Eu vou abrir a janela.
•	Oferta modalizada: Eu devo abrir a janela.
•	Recusa: Eu não vou abrir a janela.

Fonte: Fairclough, 2003

Fairclough (2003) ressalta que a visão da modalidade vai além dos casos em que existe um marcador explícito de modalidade. Os verbos modais (ou de ligação - poder, parecer, dever, estar, etc.) são marcadores típicos de modalização, mas podem existir várias outras formas nas quais a modalidade pode ser marcada. Além dos verbos modais, também há “(...) advérbios de modalidade como "certamente", adjetivos participiais como "necessário", orações de processos mentais como "eu acho", por exemplo (Fairclough, 2003, p. 133).

Em correspondência aos advérbios modais, existem também os adjetivos modais como "possível" ou "provável", que aparecem modalizando orações como "é possível" (por exemplo, “é possível que ele abra a janela”). Existem vários verbos além dos modais que podem ser vistos como marcadores de modalização, entre eles os verbos relacionados à aparência ("parecer", por exemplo - "ele parece ter fechado a janela"). Outros tipos de advérbios também podem ser marcadores (por exemplo, "de fato", "evidentemente"), incluindo, também, advérbios como "geralmente", "normalmente" e "sempre", os quais marcam o que Halliday distingue como uma modalidade separada de "costume" (1994) (Fairclough, 2003, p. 133-134).

A segunda categoria que será mobilizada, nesta pesquisa, é a avaliação. Resende e Ramalho (2006, p. 79) evidenciam que a avaliação “[...] inclui afirmações avaliativas (que apresentam juízo de valor), afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como "detestar", "gostar", "amar") e presunções valorativas (sobre o que é bom ou desejável)”. As “afirmações avaliativas” são afirmações sobre o que é considerado desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante.

O elemento avaliativo de uma afirmação pode ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação (Fairclough, 2003a, p. 172). A avaliação está sujeita a uma escala de intensidade — por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos agrupam-se em conjuntos semânticos de termos que variam de baixa a alta intensidade, como no continuum bom/ótimo/excelente (Resende; Ramalho, 2006, p. 79).

Já as afirmações com “verbos de processo mental afetivo”, são ditas “afetivas”, porque são marcadas, geralmente, de forma subjetiva “[...] ou seja, marcam explicitamente a afirmação como sendo do autor, em estruturas como ‘eu detesto isso’, ‘eu gosto disso’, ‘eu adoro isso’” (Resende; Ramalho, 2006, p. 80). E as “presunções valorativas” são situações em que a avaliação não possui marcadores transparentes de avaliação “[...] (declarações de juízo de valor, modalidades deônticas e verbos referentes a processos relacionais onde o atributo relaciona-se ao afetado), onde os valores se encontram em uma esfera muito mais profunda no texto” (Fairclough, 2003, p. 136). Assim, parte da análise de textos é a tentativa de identificar o que está presumido, uma vez que “que está ‘dito’ em um texto sempre se baseia em presunções ‘não ditas’” (Resende; Ramalho, 2006, p. 80).

A relação destas categorias com o contexto social discutido ao longo do trabalho foi essencial para a construção da análise que será apresentada nas próximas seções, possibilitando a compreensão de como o discurso opera como uma ferramenta de manutenção de relações assimétricas de poder. Desta forma, com propósito de sistematizar os conceitos apresentados, as duas próximas seções deste trabalho serão destinadas a análise da construção discursiva do planejamento urbano estratégico, a partir das publicações realizadas no Instagram do líder do executivo do município do Recife sobre a retomada da construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão.

5.2 “De Casa Amarela pro Detran”: análise do significado identificacional por meio da categoria avaliação

Esta subseção (5.2) e a subseção seguinte (5.3) serão dedicadas às análises das publicações selecionadas, de acordo com as categorias de análise do significado identificacional: “avaliação” e “modalidade” respectivamente. Desta forma, interessa, nesta etapa, a identificação dos modos de operação da ideologia bem como suas estratégias de funcionamento²⁴, de acordo com Thompson (2011), no que se refere às formas de buscar a legitimação da construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, nos discursos mobilizados pelo líder do executivo do município do Recife em suas redes sociais pessoais.

²⁴ Consultar quadro 03: modos de operação da ideologia

Para isto, o *corpus* que será analisado, referente aos discursos reproduzidos pelo prefeito João Campos (PSB) sobre a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, foi organizado no formato de quadro e, também, irá nortear a análise da categoria “modalidade” na subseção seguinte. Devido a repetição de falas e pautas que compõem parte do conteúdo das publicações sobre a obra encontradas no perfil do líder executivo municipal durante o período de 13/09/2021 até 27/09/2024 (ver quadro 05), optou-se pela seleção dos vídeos com maior quantidade de curtidas e comentários para a realização da análise.

Além disso, pôde-se perceber, durante a execução desta etapa, que trechos dos textos escritos, que compõem as legendas das publicações, também eram repetidos nas falas reproduzidas, nos vídeos das mesmas publicações, pelo prefeito João Campos (PSB). Dessa forma, optou-se pela análise das falas reproduzidas nos vídeos. Assim, os áudios das publicações selecionadas foram transcritos e organizados no quadro abaixo. Cada uma das publicações selecionadas representa uma etapa da construção da ponte, que vai desde o período inicial da obra até o período em que a Ponte passou a ser utilizada para travessia, e foram organizadas da seguinte maneira:

Quadro 08: transcrição dos vídeos publicados nas redes sociais do líder executivo do município do Recife sobre a Ponte Engenheiro Jaime Gusmão

Código do vídeo	Data do vídeo	Conteúdo do vídeo	Link
V1	20/10/2022	“Pessoal, eu tô com o sr. José aqui e, em nome dele, quero saudar a todos os funcionários da obra, são 97. Ele também tem dois filhos que trabalham (na obra). A gente tá do lado aqui do Monteiro, os filhos tão lá do lado da Iputinga agora também. E é isso, a obra é feita projetada pelas pessoas, construída pelas pessoas, pra ser utilizada, depois de pronta, pelas pessoas. A gente tinha 15 anos que não tinha uma nova ponte no Recife e essa é uma grande ponte que tá sendo construída. A gente também tá em licitação com outra ponte, a que liga Areias à Imbiribeira. É uma ponte, a outra, de aproximadamente 100 milhões de reais. Então, isso é um conjunto de obras de infraestrutura, onde a gente prioriza as principais demandas da cidade e a gente consegue botar a engenharia a serviço da cidade. Então, sr José. Obrigado. Tamo junto. Faça aí, bem bonitinho, com zelo.”	< João Campos A geração de emprego e renda no Recife está a todo vapor com obras como a da ponte Monteiro - Iputinga, em construção, e a Areias -... Instagram >
V2	19/01/2023	“Pessoal, a gente tá aqui vistoriando a obra da Ponte do Monteiro numa nova etapa de construção fazendo os balanços sucessivos. Então, essa estrutura toda aqui que vocês podem ver metálica, azul segura a construção de uma nova etapa. Com isso, a gente vai fazer todo o vão dela, cruzando o rio, sem a necessidade de ter nenhum escoramento em cima do rio e nenhum pilar, também, depois dela pronta. Essa é uma obra muito importante para a	< João Campos Ponte é um negócio que empolga todo engenheiro. Eu como prefeito e engenheiro de formação fiquei ainda mais >

		cidade. Tem 15 anos que o Recife não tem uma nova ponte e essa vai ser a mais nova ponte da cidade conectando duas áreas importantes, a Zona Norte com a Zona Oeste e, com isso, a gente vai garantir que mais de 60 mil pessoas diariamente serão beneficiadas. Lembrando que a gente também tá em fase de licitação da ponte que liga Areias à Imbiribeira e vai ser a 2ª nova ponte do Recife. É isso! A prefeitura segue trabalhando, aumentando muito investimento e olhando sempre para intervenções que podem fazer com que o Recife se consolide e cresça a cada dia.”	satisfeito vendo a obra da... Instagram >
V3	24/07/2023	“Tô aqui do lado Iputinga da ponto do Monteiro - Iputinga, uma obra que tá avançando num bom ritmo, e falta só um tiquinho pra ela se encontrarem. 20 metro de um lado, 36 metros de outro, e elas vão se juntar e, muito em breve a gente vai estar inaugurando essa obra, com direito a espaço pra bicicleta, pre pedestre, pra ônibus, pra carro, pra todo mundo poder atravessar e sair da Zona Norte pra Zona Oeste ou da Zona Oeste pra Zona Norte. Um percurso que demorava 20 minutos e vai poder ser feito em menos de dois minutos. Uma obra de grande porte sendo bem feita pela prefeitura e a gente tem boas notícias, né? Novas pontes virão e a gente vai estar realizando grandes obras que as pessoas sonham e esperam. É papel da prefeitura realizar.”	< https://www.instagram.com/reel/CvFwyoOtGKy/?utm_source=ig_web_copy_link >
V4	21/02/2024	“Imagina reduzir de 20 para 2 minutos o tempo de deslocamento do Monteiro pra Iputinga. É isso que essa ponte vai possibilitar.”	< https://www.instagram.com/reel/C3nRv3wxTNK/?utm_source=ig_web_copy_link >
V5	23/08/2024	“Pessoal, sexta-feira, 23 de agosto, 22h, eu tô aqui na ponte Engenheiro Jaime Gusmão, que liga a Iputinga à Monteiro, Monteiro à Iputinga. Ela tá sendo lavada agora. Amanhã às 9h da manhã, ela será inaugurada. Então, essa última vistoria aqui tem uma emoção especial. Poder depois de 20 anos fazer uma ponte na cidade e é isso. A partir das 9h vai tá aberta. A nossa equipe de prontidão 24h aqui acompanhando esses primeiros dias com a equipe de engenharia de tráfego aqui presente com o monitoramento pra gente ver como tá a fluidez a adequação do sistema, como vai se comportar. É um novo sistema que foi projetado, foi desenhado, passou por software, e agora a gente vai poder ver na prática funcionando e com a prontidão acompanhando sempre. Então, esse é um dia especial e é isso. Amanhã vai tá inaugurado, a equipe técnica vai tá aqui inaugurando e eu fiz questão de fazer essa vistoria final e acompanhar a limpeza e agradecer e parabenizar todos os trabalhadores e trabalhadoras, todos que trabalharam aqui desde o projeto, a execução da obra, a limpeza. Todo mundo que trabalhou	< https://www.instagram.com/reel/CUGLARXv-/?utm_source=ig_web_copy_link >

		aqui, meu muito obrigado. Vocês ajudaram a construir esse sonho pra o Recife”.	
V6	27/10/2024	“Essa Linha aqui é nova. Graças a ponte do Monteiro. Casa Amarela pro Detran [...] Não é uma obra só de pedra e cal. É a vida que ela transforma pra chegar mais rápido no colégio, no trabalho, pra conectar as regiões da cidade. Qual a boa notícia? A gente vai fazer muitas outras pontes pela cidade. ”	< https://www.instagram.com/reel/DAbO2qOx0IG/?utm_source=ig_web_copy_link >

A partir das discussões realizadas nos capítulos anteriores e do *corpus* apresentado no quadro acima, esta subseção tem como objetivo analisar, por meio da categoria “avaliação” do significado identificacional, a maneira como o discurso é mobilizado para atribuir valor positivo a Ponte e consequentemente conduzir à dissimulação das contradições presentes na execução do referido projeto, contribuindo, desta forma, para a construção da imagem (identidade) do prefeito João Campos enquanto um líder carismático (estilo).

É possível assistir no vídeo da primeira publicação selecionada para análise, V1, o prefeito João Campos, no canteiro de obras da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, utilizando um capacete de segurança para construção civil, enquanto conversa com um dos operários sobre o processo de construção da Ponte e a importância da obra para a mobilidade urbana e economia da cidade do Recife (como é possível ler na transcrição do áudio presente no quadro 08). Esta publicação representa a etapa inicial do projeto, no ano de 2022, em que estavam sendo finalizados os escoramentos e os pilares de sustentação da Ponte para que fosse instalada a estrutura da obra. Neste período, como foi possível ler no capítulo 03, estava sendo realizada a desapropriação da área prevista para a construção da Ponte, determinada pelo decreto nº 34.603.

Imagem 19: código de vídeo V1



Fonte:

Nesta etapa da obra, a Ponte estava sendo divulgada, nos veículos de comunicação oficiais da PCR, nos jornais do Estado e nas redes sociais do gestor municipal, como um projeto capaz de gerar emprego e renda, movimentando consequentemente a economia da cidade. No mesmo ano, as casas dos moradores da ZEIS Vila Esperança estavam sendo marcadas pela Autarquia de Urbanização do Recife (URB) para desapropriação, e simultaneamente alguns moradores estavam negociando suas casas, por um valor abaixo do avaliado para a região onde está localizada a comunidade, devido à pressão que estavam sofrendo e pelo medo de serem removidos para que a obra pudesse ser concluída.

Imagem 20: comparação entre os anos 2019 e 2022 do muro de casa localizada na rua Pinto Campos



Fonte: foto 1 - Google Maps, maio de 2019; foto 2: autora - setembro de 2022

Diante disto, busca-se identificar no discurso reproduzido pelo prefeito João Campos, em seu Instagram, afirmações avaliativas e presunções valorativas que buscam a legitimação da obra. No trecho “Pessoal, eu tô com o **Sr. José** aqui e, em nome dele, quero **saudar a todos os funcionários da obra, são 97**. Ele também tem **dois filhos que trabalham na obra**.”, a saudação aos 97 funcionários e o destaque para os dois filhos do funcionário Sr. José, que também trabalham na construção da Ponte, associam a imagem e a história de vida dos trabalhadores à obra e sugerem a ideia de que a obra construída por esses operários posteriormente beneficiará outros moradores das cidades incluindo a eles mesmos.

Na mesma publicação, V1, tem-se o seguinte trecho “a obra é feita projetada pelas **pessoas**, construída pelas **pessoas**, pra ser utilizada, depois de pronta, pelas **pessoas**”. A repetição do substantivo “pessoas”, na frase citada, cria e fortalece uma imagem democrática e inclusiva da obra, conduzindo o interlocutor ao entendimento de que esta obra é um projeto de interesse comum de todos (universalização do projeto).

Já no trecho “Então, isso é um conjunto de obras de infraestrutura, onde **a gente prioriza** as principais demandas da cidade e a gente consegue **botar a engenharia a serviço da cidade**” pode-se identificar a partir da escolha do verbo “priorizar”, a construção da imagem de uma gestão municipal atenta e competente que busca sempre atender as necessidades da população da cidade. Além disso, o uso excessivo da linguagem coloquial e a escolha da expressão “engenharia a serviço da cidade” que faz referência a área de formação acadêmica do chefe do

executivo municipal, contribuem para a construção mitificada da imagem de um líder carismático e uma liderança política que é portadora de aparente imparcialidade e conhecimento científico sobre as questões urbanas (Sánchez, 2001).

Na publicação V2, o prefeito João Campos visita a obra com outros técnicos durante o dia e, no vídeo, aparecem capturas de imagens da Ponte. Pode-se observar, no conteúdo desta publicação, o amparo argumentativo baseado na estimativa da quantidade de cidadãos que serão beneficiados pela obra e, também, na representação positiva da atuação da atual gestão municipal, para a mobilização de discursos que objetivam justificar a execução do referido projeto.

Imagem 21: código de vídeo V2



Fonte:

Ainda que os estudos para obtenção de dados sobre a circulação de transportes e pedestres, na Ponte, não tenham sido disponibilizados pela PCR²⁵, no trecho “[...] a gente vai garantir que mais de **60 mil pessoas diariamente serão beneficiadas**”, a quantificação dos cidadãos beneficiados sugere que a obra serve ao interesse público e terá grande impacto na mobilidade urbana. Já o trecho “**A prefeitura segue trabalhando, aumentando muito investimento e olhando sempre para intervenções que podem fazer com que o Recife se**

²⁵ Ver capítulo 3

consolide e cresça a cada dia”, produz a ideia de um planejamento urbano que prioriza grandes obras de infraestrutura em desfavor de outras demandas e necessidades sociais, como a moradia, neste contexto. Este discurso salienta o foco da Prefeitura em grandes obras de intervenção urbana, refletindo uma inclinação do planejamento estratégico de cidades em priorizar a execução de projetos de grande visibilidade, que causam impacto imediato na imagem da gestão, ainda que estes projetos resultem em um processo de segregação socioespacial.

É importante evidenciar que as obras do projeto da Ponte foram iniciadas em 17 de novembro de 2021, um ano marcado por uma violenta segunda onda do novo coronavírus no Brasil (BUTANTAN, 2021), e um momento em que os municípios e cidades do mundo inteiro estavam buscando alternativas para enfrentar as crises sanitária e econômica provocadas pela pandemia. Neste contexto, em 2021 foi publicado o Plano Estratégico do Recife: Rotas do Futuro, apresentado no capítulo 3, que tem como objetivo possibilitar à sociedade civil, o acompanhamento de todas as iniciativas desenvolvidas pela atual gestão do município.

No documento, são destacados os impactos da pandemia na economia da cidade e os esforços para superar esses desafios, como é possível ler no seguinte trecho: “Mais do que “retomar”, o Recife assumiu o desafio de “virar”, indo além do patamar alcançado pelas crises sucessivas no país que antecederam o cenário agravado pelas restrições sanitárias da Covid-19 a partir de 2020” (PLANO ROTAS DO FUTURO, 2021, p. 9). Como estratégias para alcançar esse objetivo estão o estímulo ao investimento privado e estudos para parcerias público privada (PPP) nos eixos apresentados no Plano (educação, saúde, transformação digital etc).

A ideia de uma crise que já era vivida no país e foi agravada pela pandemia é reforçada neste documento, que traça alternativas para superá-la e criar um ambiente favorável para a geração de emprego e renda. Embora o projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão seja apresentado, no Plano, dentro do eixo “Desenvolvimento Urbano” da dimensão “Viver a Cidade” e de não ser definido como uma das estratégias traçadas para a geração de emprego e renda no documento, a obra foi divulgada nas redes sociais do Prefeito João Campos, ainda no contexto da pandemia, como um projeto que fazia parte da retomada econômica da capital, “pensando na estrutura da cidade, no crescimento econômico, geração de emprego e bem-estar dos recifenses”²⁶.

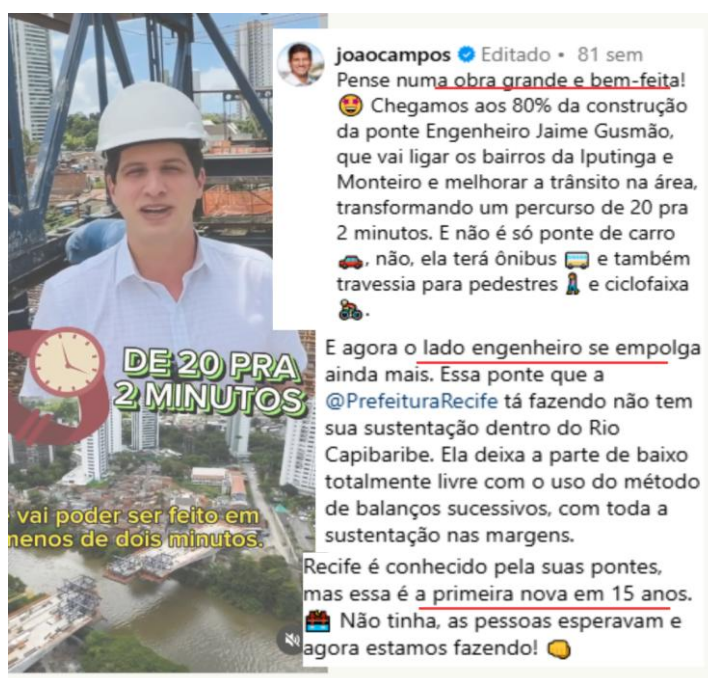
Neste contexto, pode-se dizer que os discursos presentes no documento Plano Rotas do Futuro se entrelaçam interdiscursivamente com o discurso do prefeito João Campos, o que pode ser notado no trecho **“olhando sempre para intervenções que podem fazer com que o Recife**

²⁶ Trecho retirado de uma publicação realizada pelo líder executivo municipal do Recife no dia 13/09/2021 e apresentado no quadro 05 do capítulo 4 desta dissertação.

se consolide e cresça a cada dia” que sugere uma ideia de que a Ponte é uma intervenção urbana fundamental para a retomada da economia e desenvolvimento da cidade, em um contexto pós-pandemia. Além disso, a associação da obra à geração de emprego e renda apresentada no V1, por meio da divulgação do trabalho realizado por 97 operários, sendo destacada a imagem do Sr. José, pode ser entendida como uma estratégia de universalizar o interesse do poder público, transformando-o em um interesse comum a todos, uma vez que este discurso reproduzido na publicação demonstra, na prática, como a obra tem contribuído para a retomada econômica da capital, reduzindo espaços para questionamentos ou críticas sobre este projeto.

A publicação categorizada como V3, nesta dissertação, comunica o andamento da obra. No vídeo, gravado em cima da construção com trabalhadores ao fundo, o prefeito João Campos aparece usando um capacete de segurança para construção civil e apresenta o processo de construção da Ponte. Na legenda da publicação é exaltada a grandiosidade da obra executada pela Prefeitura, e pontuada a redução no tempo de deslocamento entre as zonas norte e oeste da cidade, que será viabilizado pela Ponte, conduzindo o leitor ao entendimento de que a atual gestão está atendendo as demandas da população. Além disso, é reforçada novamente (assim como no V1) a formação acadêmica em engenharia civil do líder executivo municipal, buscando enaltecer, desta forma, sua competência técnica. Já na publicação categorizada como V4, no quadro 08, o vídeo é mais curto e tem apenas uma frase falada pelo prefeito João Campos, que aparece em cima da Ponte usando um capacete de segurança. Após a sua fala, são apresentadas imagens aéreas da Ponte e o conteúdo do vídeo é concluído.

Imagem 22: código de vídeo V3



Fonte:

Imagem 23: código de vídeo V4



Assim como nas publicações anteriores, o discurso das duas publicações concentra-se nos benefícios da obra, como a melhoria da mobilidade e a inclusão de diferentes modos de transporte. A redução do tempo de deslocamento entre as zonas norte e oeste, também, é outro ponto destacado nas duas publicações, que reforçam que esta redução será de aproximadamente

18 minutos. Bem como os vídeos V1, V2 e V6, a publicação V3 também traz a construção de novas pontes na cidade. No trecho do vídeo V3 “Uma obra de grande porte sendo **bem-feita pela prefeitura** e a gente tem boas notícias, né? Novas pontes virão e a gente vai estar realizando grandes obras que as pessoas **sonham e esperam. É papel da prefeitura realizar**”, a afirmação “**bem feita**” para se referir a obra pode ser lida como uma avaliação positiva da obra realizada pelo próprio gestor municipal, que insinua que a atual gestão da cidade do Recife, liderada por ele mesmo, vem executando um bom trabalho, contribuindo, desta forma, para a construção de uma imagem positiva da Prefeitura.

Os verbos “**sonhar**” e “**esperar**” podem ser interpretados como centrais na construção desse discurso. O verbo “**sonhar**” pode ser lido como uma estratégia de atribuição de valor sentimental à Ponte, conduzindo o interlocutor a pensar que esta obra representa um interesse dos cidadãos recifenses. Enquanto o verbo “**esperar**” conduz ao entendimento de que a Ponte é uma obra há muito tempo almejada pela população, criando uma sensação de necessidade em torno da construção e sugerindo que esta obra é um retorno às reivindicações dos cidadãos do Recife.

Nos vídeos V1, V2 e V5 é mencionado que há 15 anos a cidade do Recife não “tinha uma nova ponte” (V1), sendo possível conectar esta menção ao enunciado “**É papel da prefeitura realizar**”, no V4. Ao reforçar em outros vídeos que não houve a execução de obras que possibilitasse a conexão entre duas áreas da cidade, o prefeito João Campos sugere que a sua gestão foi a única, em anos, capaz de realizar este feito, ainda que as duas gestões municipais anteriores a sua tenham sido lideradas pelo antigo prefeito Geraldo Júlio de mesmo partido político - Partido Socialista Brasileiro -, reforçando a ideia de que a sua gestão é (mais) responsável, competente e comprometida com as demandas dos cidadãos recifenses.

Na publicação categorizada como V5 é possível visualizar o prefeito João Campos realizando a vistoria da última lavagem do asfalto da ponte Jaime Gusmão. No vídeo, o chefe do executivo municipal aparece conversando com funcionários de limpeza, que estão fazendo o serviço no local, e também com moradores que estão presentes. Embora o vídeo apresente imagens da ponte e dos seus arredores, a ausência de qualquer menção à ZEIS Vila Esperança é uma questão central, nesta publicação, que reflete um processo de invisibilização da comunidade, tanto da parte removida quanto da parte que permaneceu.

A omissão da comunidade afetada pela obra, no vídeo, associada ao foco dos benefícios da Ponte pode ser compreendida como um processo de eufemização sutil que busca despertar uma valoração positiva em torno da obra ao mesmo tempo em que desvia o foco do interlocutor para a inauguração da Ponte (que foi todo o tempo apresentada como uma intervenção urbana

urgente e necessária) e passando por cima de um processo existente (THOMPSON, 2011). Por exemplo, na publicação V5, assim como na V4, a palavra “**sonho**” foi utilizada para se referir à obra. Na V5 como substantivo, e na V4 como verbo. O processo de remoção não é descrito como um sonho, uma vez que sequer é mencionado. No entanto, a obra que resultou na remoção de centenas de famílias, que saíram de suas casas sem uma alternativa habitacional justa, é definida desta forma pelo gestor municipal.

A escolha do verbo “construir” e do substantivo “sonho”, na frase “Todo mundo que trabalhou aqui, meu muito obrigado. Vocês ajudaram a **construir esse sonho pra o Recife.**” do V5, remete a ideia da materialização de um desejo comum à população recifense, sugerindo que a obra (e o processo ocultado de remoção da ZEIS) é legítima, uma vez que atende uma demanda coletiva.

Imagem 24: código de vídeo V5

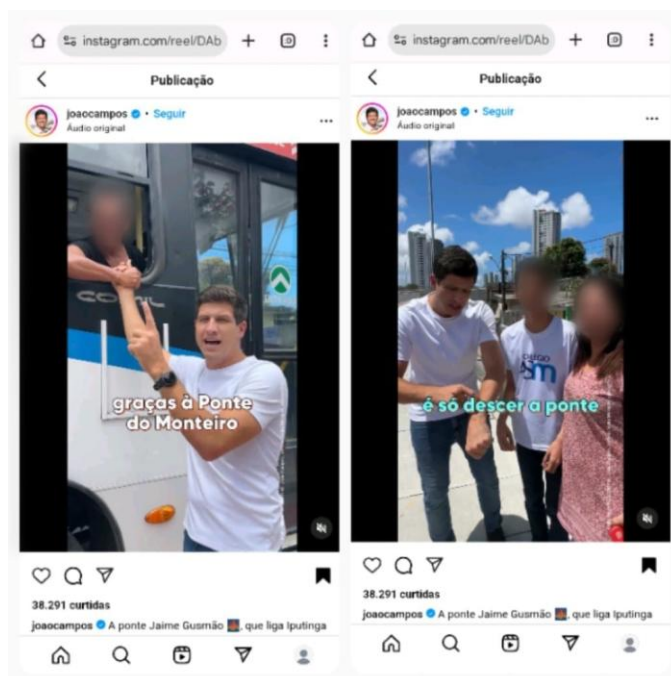


Fonte:

Na última publicação selecionada, V6, é anunciada a nova linha de ônibus, 511 T.I CDU/Casa Amarela - Alto do Mandu, que parte do Terminal Integral CDU, localizado no bairro da Várzea, zona Oeste da cidade, e tem seu ponto de retorno na rua Padre Lemos, no bairro de Casa Amarela, zona Norte da cidade. Nesta publicação é comunicada a inauguração da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, bem como a exemplificação das formas de uso da nova obra da Prefeitura pela população. Desta forma, o prefeito João Campos aparece neste vídeo, que tem

a Ponte como cenário, dialogando com duas transeuntes sobre os impactos positivos da obra nas suas rotinas. No vídeo, uma das mulheres, que conversa com o prefeito, relata que utilizou a Ponte para se locomover entre os bairros de Casa Amarela (Zona Norte) e Iputinga (Zona Oeste). Enquanto a outra mulher afirma, que o tempo gasto para levar seu filho até a escola foi reduzido devido ao novo percurso possibilitado pela construção da Ponte.

Imagem 25: código de vídeo V5



Fonte:

Nesta publicação, o prefeito João Campos reforça os impactos positivos da obra, como é possível ler no seguinte trecho: “Não é uma obra só de pedra e cal. É a vida que ela transforma pra chegar mais rápido no colégio, no trabalho, pra conectar as regiões da cidade [...] Qual a boa notícia? A gente vai fazer muitas outras pontes pela cidade”. Os exemplos de “transformações” provenientes desta construção, mencionados na publicação, englobam ações cotidianas, associando os impactos do projeto diretamente à vida individual dos cidadãos, confirmando que a obra beneficia a todos não apenas de forma coletiva, mas também individualmente.

A pergunta retórica “qual a boa notícia?” que antecede a confirmação da construção de outras pontes na cidade do Recife aparece no texto como uma presunção valorativa ao indicar que a construção de outras pontes, na cidade, é algo positivo ou até mesmo desejável. Do mesmo modo, a pergunta feita após a exemplificação dos benefícios do projeto, nesse contexto, é

marcada pela escolha do adjetivo **“boa”** para qualificar o substantivo **“notícia”**, que conduz o interlocutor a aceitar e a acreditar no que foi dito anteriormente, além de reafirmar que a **“conexão”** das regiões (Norte e Oeste) promovidas pela obra em um determinado ponto da cidade teve um impacto tão benéfico que resultou na projeção/idealização de outras pontes, que possivelmente alcançarão os mesmos resultados.

É fundamental, após estes apontamentos, retomar o pensamento de Fairclough (2001), que compreende o discurso como um modo de ação moldado por relações de poder e ideologias. É válido lembrar que para poder pensar analiticamente a produção discursiva do planejamento estratégico de cidades é necessário compreender o discurso desta forma, visto que “[...] as ideologias são, em princípio, representações, mas podem ser legitimadas em maneiras de ação social e inculcadas nas identidades de agentes sociais.” (Resende; Ramalho, 2006, p. 53, grifo das autoras).

Como já resenhado, o discurso figura como modos de agir (significado acional), de representar (significado representacional) e de ser (significado identificacional), sendo este último relacionado à construção de identidades. Na perspectiva deste significado, proposto por Fairclough (2003), o discurso figura na constituição de identidade. Baseado nas ideias de Thompson (2011), Fairclough (2001) compreende as ideologias como significações da realidade que são construídas em várias dimensões das formas das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou transformação de relações assimétricas de poder.

Nesse sentido, buscou-se identificar, a partir das publicações discutidas, como os itens linguísticos acionam estratégias de construções simbólicas de modos de operação da ideologia, segundo Thompson. Sugere-se, então, que as publicações analisadas conduzem à legitimação da obra, por meio das estratégias de **“racionalização”** e **“universalização”**.

Desta forma, foi identificado durante a análise que estratégia de construção simbólica **“racionalização”**, que busca construir uma cadeia de raciocínio que justifique o pensamento o pensamento hegemônico, opera, no sentido de conduzir a legitimação da obra, em momentos como quando são produzidos discursos que justificam a execução da obra com base em argumentos técnicos e objetivos. Pode-se citar como exemplo a apresentação da estimativa de pessoas que serão beneficiadas pela obra diariamente (V2), redução do tempo de deslocamento entre as duas zonas da cidade (V3, V4), desenvolvimento da cidade (V2) e a melhoria da mobilidade urbana, que anunciam a obra como uma solução lógica e necessária para os problemas da cidade. Já a **“universalização”**, que possibilita a transformação do interesse de determinados indivíduos em um interesse comum a todos, é identificada ao associar a obra a **“geração de emprego e renda”** (V1), **“transformação de vidas”** (V6) e a **“realização de um**

sonho" (V5), sugerindo que ela beneficia a todos e atende aos interesses da população como um todo.

5.3 “De 20 pra 2 minutos”: análise do significado identificacional por meio da categoria modalidade

Nesta subseção as publicações apresentadas na subseção anterior (5.2) serão analisadas a partir da categoria “modalidade”, do significado identificacional, que está relacionada a forma como as pessoas se envolvem com uma ação quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras (Fairclough, 2003). De acordo com o autor, a importância desta categoria está na maneira como uma identidade é constituída, no sentido de que uma parte significativa do que uma pessoa é se fundamenta no que ela se envolve, bem como na identificação do envolvimento do autor de uma fala com o que foi dito. Nesse sentido, a categoria “modalidade” conduzirá a análise acerca de como a construção discursiva do planejamento estratégico e a construção discursiva da imagem de um líder carismático ocorrem por meio de expressões modalizadas.

Com base no que foi apresentado no capítulo 2 sobre a categoria modalidade, esta etapa da análise será iniciada a partir da categoria “futuologia”²⁷. É de extrema importância reforçar que esta não é uma categoria aprofundada por Fairclough (2003) em seu livro “*Analysing Discourse: textual analysis for social research*”. No entanto, para fins analíticos, esta pesquisa apropriou-se desta categoria para identificar, no discurso do prefeito João Campos, o seu nível de comprometimento com previsões relacionadas aos impactos da obra na cidade do Recife. Desta forma foram destacados os enunciados que evidenciam isso:

- Enunciado 1 (V3): “Um percurso que demorava 20 minutos e vai poder ser feito em menos de dois minutos.”;
- Enunciado 2 (V3): “Uma obra de grande porte sendo bem-feita pela prefeitura e a gente tem boas notícias, né? Novas pontes virão e a gente vai estar realizando grandes obras que as pessoas sonham e esperam.”;
- Enunciado 3 (V4): “Imagina reduzir de 20 para 2 minutos o tempo de deslocamento do Monteiro pra Iputinga. É isso que essa ponte vai possibilitar.”.

Os enunciados acima evidenciam a projeção/previsão de cenários futuros que afirmam que a obra terá impactos positivos na mobilidade urbana. Nos enunciados 1 e 3, das publicações V3 e V4 respectivamente, pode-se notar o grau de comprometimento do líder executivo municipal do Recife na ênfase dada ao contraste entre o presente, que é apresentado como “um

²⁷ Consultar tópico 5.1 do capítulo 5

percurso demorado que dura 20 minutos”, e um futuro desejável -ou “sonhado” e “esperado” por todos, como é apresentado no enunciado 2-, em que o deslocamento entre as zonas norte e oeste será realizado em apenas 2 minutos.

É possível notar o poder de realizar previsões assegurado ao prefeito do Recife pela sua posição de liderança política no enunciado 3 (V4), uma vez que esse discurso produz uma ideia concreta de melhoria, conduzindo o interlocutor a acreditar que os benefícios propostos pela execução da obra são uma verdade absoluta e que o futuro projetado, em seu discurso, é certo e desejável. Além disso, a escolha pelo verbo “imaginar” pode ser interpretada como uma estratégia de convencimento que envolve o interlocutor a se imaginar no cenário projetado.

Analisar a modalidade nos discursos possibilita a interpretação do envolvimento das pessoas com o que elas expressam e a compreensão, a partir disso, do processo de construção do seu modo de ser nas práticas discursivas. Nesse sentido, a constituição identitária nesses enunciados mescla elementos que remetem a cenários concretos - como a execução da ponte - e cenários projetados - como a redução do tempo de locomoção -. Essa combinação entre esses dois cenários contribui com a construção da imagem de um líder carismático que se projeta como um realizador de “**sonhos**” da população local. E ao se associar ao projeto, produzindo um discurso otimista sobre as possíveis transformações que a obra possibilitará, o prefeito João Campos constitui sua imagem enquanto um agente de mudança, capaz de unificar eficiência técnica e sensibilidade às necessidades da população.

Além disso, a modalidade de uso da linguagem (consultar quadro 02), utilizada pelo prefeito João Campos em suas falas, produz uma sensação de proximidade entre o interlocutor e o chefe do executivo, uma vez que isso contribui para a construção da imagem de uma liderança mais informal - leia-se carismática - que dialoga e está alinhada com as necessidades da população. Nesse sentido, deve-se retomar as ideias de Weber, apresentadas por Thompson (2011, p. 82)²⁸, que distinguiu que há três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais, fundamentos tradicionais, fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça uma autoridade). Pode-se observar, a partir disso, que os fundamentos carismáticos se manifestam por meio de um emprego de linguagem pelo líder executivo municipal que reforçam sua imagem enquanto uma liderança carismática.

Ademais, a escolha do verbo “ir” nos enunciados 1 e 3, das publicações v3 e v4 respectivamente, produz a ideia de necessidade da Ponte para reduzir o tempo de locomoção,

²⁸ Ver capítulo 4.1, pag 70

conduzindo à legitimação da obra via racionalização, uma vez que este verbo é usado para afirmar a melhoria da mobilidade urbana baseada em um argumento técnico. Já no enunciado 2, da publicação v3, a escolha do verbo “ir” acompanhado de “estar realizando” expressa uma ideia de certeza em torno da continuidade de ações da Prefeitura em executar projetos semelhantes a Ponte.

Nos enunciados “A gente também **tá** em licitação com outra ponte, a que liga Areias à Imbiribeira.” e “Lembrando que a gente também **tá** em fase de licitação da ponte que liga Areias à Imbiribeira e vai ser a 2ª nova ponte do Recife” das publicações v1 e v2 respectivamente, a utilização do verbo modal “estar” demonstra o envolvimento do autor, o prefeito João Campos, com a verdade (modalidade epistêmica)²⁹, produzindo uma certeza acerca da execução de outras pontes e do comprometimento da prefeitura em realizar ações contínuas que são apresentadas como necessárias para a melhoria da mobilidade urbana.

Ainda na publicação v2, a escolha do verbo modal “poder”, no seguinte trecho “A prefeitura segue trabalhando, aumentando muito investimento e olhando sempre para intervenções que **podem** fazer com que o Recife se consolide e cresça a cada dia.”, sugere a possibilidade de impactos benéficos que as ações executadas pela Prefeitura podem causar, mas sem afirmar que isso é realmente possível. Pode-se notar, então, que este enunciado contribui com a construção da imagem de uma liderança mais realista, ciente das incertezas e dos desafios envolvidos no planejamento de cidades - ou neste caso, que possui competência técnica para fazer tais especulações -, uma vez que nada está sendo imposto, mas sim apresentado de maneira sugestiva. Essa escolha linguística reflete o posicionamento do prefeito João Campos sobre o que foi dito ao mesmo tempo que dá margem para possíveis ajustes e justificativas na hipótese de os resultados não serem alcançados como apresentados, “protegendo” o líder executivo municipal de futuros questionamentos.

No trecho “É um novo sistema que foi projetado, foi desenhado, passou por software, e agora a gente vai poder ver na prática funcionando e com a prontidão acompanhando sempre. Então, esse é um dia especial e é isso. Amanhã vai **tá** inaugurado, a equipe técnica vai **tá** aqui inaugurando e eu fiz questão de fazer essa **vistoria** final” da publicação v5, o prefeito João Campos reforça sua participação no processo de construção e inauguração da obra e associa o sucesso do projeto à sua imagem ao divulgá-lo em suas redes sociais.

Assim, como nas publicações v3 e v4, uso do verbo “ir”, na publicação v5, produz uma ideia de certeza. Assim, ao afirmar que o projeto será inaugurado, no dia seguinte, com a

²⁹ Ver capítulo 5.1, pag. 93

presença da equipe técnica, o líder executivo municipal racionaliza a obra e reforça que sua gestão age com competência técnica. A escolha do adjetivo “especial” para adjetivar o dia de inauguração da Ponte produz a ideia de que neste dia ocorrerá um evento singular, de extrema importância para a cidade e esperado pelos moradores. No contexto do planejamento urbano estratégico, pode-se dizer que essa escolha linguística serve para buscar a legitimação da obra via universalização, produzindo a ideia de que a obra é almejada pela população (criando consenso em torno da obra), ainda que parte dessa população tenha sido removida de uma área ZEIS para que a Ponte fosse inaugurada.

Pôde-se compreender, a partir da análise destas publicações, como o discurso opera na manutenção de desigualdades sociais e relações assimétricas de poder. A produção discursiva em torno da retomada e execução da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão foi baseada em argumentos, que focalizavam nos possíveis benefícios que a obra poderia trazer à mobilidade urbana, enquanto os impactos da obra foram ocultados. E das 18 publicações realizadas pelo prefeito João Campos, em seu Instagram, e das 12 realizadas pela Prefeitura da Cidade do Recife, nenhuma menciona a existência de uma ZEIS na área desapropriada para a execução da obra.

Essa dissimulação dos impactos negativos da obra evidencia as contradições presentes nas ações do poder público, que reforça em documentos oficiais e em publicações nas redes sociais, seu compromisso com a transparência. Embora os vídeos das publicações sobre a Ponte, divulgadas pelo líder executivo municipal em seu Instagram, tenham sido gravados no local, a recepção da obra pelos moradores que ali residiam e as ações, que deveriam buscar minimizar as remoções e reduzir os impactos negativos do projeto, não foram anunciadas por ele neste perfil.

Ainda que houvesse a possibilidade de execução de traçados alternativos para que um número menor de moradores fosse removidos, o desenho executado foi uma escolha do poder público, que priorizou pela execução de uma obra que impactasse positivamente na imagem da gestão, causando a perda de um direito para os moradores da ZEIS Vila Esperança. No capítulo 3 desta dissertação foram apresentadas as manifestações e perfis criados, nas redes sociais, pelos moradores da ZEIS para denunciar as violências vividas por eles durante a execução da obra e, também, exigir a garantia do direito à moradia. No entanto, apesar da realização de manifestações contrárias a forma como o projeto vinha sendo executado, o poder público seguiu inviabilizando a comunidade, a Ponte continuou sendo apresentada como uma obra de grande interesse público, um “sonho”, um “desejo”, uma necessidade para a mobilidade urbana.

Pôde-se identificar, por meio da análise, que as estratégias mobilizadas pelo poder público para a implementação da Ponte envolviam a associação da imagem do líder executivo municipal à execução de intervenções urbanas anunciadas como projetos estratégicos. A busca pela legitimação do projeto ocorreu via racionalização e universalização da obra, que foi amplamente divulgada como uma forma de gerar emprego e renda pelo Prefeito João Campos. E, também, via dissimulação das contradições em torno do projeto, que conduziu à uma ideia de consenso em torno da obra.

Além disso, deve-se destacar, também, as estratégias alinhadas às ideias do planejamento urbano estratégico executadas pelo líder executivo municipal para buscar a legitimação da obra, como o enaltecimento de sua formação acadêmica atrelada a utilização de uma linguagem coloquial para divulgar a Ponte, que contribuíram para a constituição da imagem de uma liderança carismática portadora de conhecimento científico sobre questões urbanas. Essas estratégias identificadas e justificadas, ao longo deste capítulo, exemplificam como a linguagem contribui para a dominação de determinados grupos sobre outros, no âmbito do planejamento urbano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações e obstáculos encontrados no caminho percorrido para a construção dessa dissertação, essa pesquisa se comprometeu a buscar questionar e analisar criticamente os discursos que sustentam relações assimétricas de poder no contexto do planejamento urbano contemporâneo. O exercício da Análise Crítica do Discurso, em conjunto com conceitos geográficos e os estudos sobre planejamento urbano, foi essencial para a identificação de estratégias ideológicas que naturalizam a desigualdade e a segregação socioespacial, evidenciando como a linguagem pode contribuir para a dominação de determinados grupos sobre outros.

O encontro entre essas áreas do conhecimento possibilitou a ampliação do olhar sobre o projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, trazendo diferentes perspectivas sobre o caso que se complementaram e enriqueceram a análise realizada. Pode-se dizer que, da geografia, esta pesquisa se beneficiou principalmente dos escritos de David Harvey e Milton Santos, para discutir as políticas urbanas para além dos países centrais no contexto da economia globalizada. A partir do olhar crítico e sensível desses autores pôde-se realizar uma leitura geográfica sobre as transformações ocorridas no meio urbano e no modo de planejar as cidades, que permitiu situar o projeto da Ponte em um contexto de padronização do processo de urbanização, que é marcado pela segregação socioespacial.

Jordi Borja, Manuel Castells e Carlos Vainer foram grandes referências, no sentido de fornecer um ponto de partida para a discussão acerca da trajetória espacial do planejamento urbano estratégico e as condições para sua adesão nos países centrais e na América Latina. Na Análise Crítica do Discurso, esta pesquisa, que se aventurou a explorar novas áreas de conhecimento, encontrou nas ideias de Chouliaraki e Fairclough uma luz para guiar a investigação acerca das estratégias discursivas mobilizadas pelo poder público para dissimular um violento processo que retirou dos moradores da ZEIS Vila Esperança um direito básico garantido ao povo pela Constituição Federal desde 1988, o direito à moradia, e buscar a legitimação de projetos estratégicos.

A intersecção entre essas áreas contribuiu significativamente para a construção de uma perspectiva crítica do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, enxergando-o não apenas como uma intervenção urbana capaz de trazer benefícios para a mobilidade urbana, mas como um processo que envolve relações assimétricas de poder e que resultou na remoção de centenas de moradores, que viviam em uma área que deveria ser protegida pelo poder público.

O estudo do caso da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão ilustra os desafios enfrentados por várias comunidades vulneráveis em contextos de reconfigurações socioespaciais que pressupõem a melhoria da mobilidade urbana e do crescimento urbano. Se, por um lado, a obra foi celebrada - de certo modo, podendo-se dizer que houve uma espetacularização em torno de sua divulgação - como um marco para a mobilidade urbana, por outro, ela escancarou as contradições de um modelo de gestão que prioriza o capital em detrimento do direito à moradia.

A ausência de transparência e participação efetiva no processo decisório em projetos de intervenção urbana reforça a necessidade de se repensar as práticas de planejamento, de modo a garantir que estas ações não sejam subordinadas à lógica mercantil. Ao longo desta pesquisa, que teve como objetivo principal analisar as estratégias mobilizadas para a implantação de projetos urbanos estratégicos, tendo como estudo de caso a divulgação do projeto da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, no Instagram do prefeito João Campos, pôde-se observar que houve mudanças na forma como as cidades são planejadas, que na atualidade contemplam o ambiente virtual como meio de comunicação.

Embora as redes sociais não tenham sido um conceito aprofundado nesta pesquisa, é fundamental reconhecer o espaço que elas vêm ganhando no âmbito do planejamento urbano, no sentido de servirem como uma plataforma para que os gestores públicos possam comunicar projetos de intervenção urbana ao mesmo tempo em que podem se autopromover. Com base nesta observação, pode-se pensar na continuidade desta pesquisa no sentido de investigar como as redes sociais operam enquanto uma ferramenta para a construção de uma imagem política performatizando o gestor municipal como protagonista do planejamento da cidade.

Apesar disso, foram as publicações sobre a obra selecionadas por meio do Instagram do prefeito João Campos, que construíram o *corpus* que serviu de base para que fosse possível alcançar os objetivos específicos desta investigação: identificar no discurso do planejamento estratégico de cidades, estratégias de funcionamento dos modos de operação da ideologia mobilizadas para buscar a legitimação da Ponte, bem como compreender a importância da construção do consenso para a sustentação de um novo projeto de cidade e o papel que o prefeito exerce nesse processo.

Ao mesmo tempo em que este *corpus* estava sendo construído, o projeto da Ponte estava se concretizando e a remoção dos moradores da ZEIS estava sendo executada pelo próprio poder público. Assim, esta pesquisa se deparou com duas experiências que ocorreram simultaneamente: a da celebração da obra e a da remoção dos moradores. A desapropriação dos

imóveis que pertenciam a moradores, que fizeram parte desta caminhada, e a busca destes e dos outros removidos, em função da obra, por novos lugares para recomeçar suas vidas, foram acontecimentos que resultaram em um sentimento de angústia e revolta.

Foram várias as tentativas de contornar essa situação protagonizada pelos moradores da ZEIS, algumas delas citadas neste trabalho, como os protestos e a criação de perfis em redes sociais para denunciar o que estava sendo vivenciado por eles. E outras que não apareceram nesta dissertação, como a busca por outras representações políticas que pudessem agir em defesa da comunidade, as reuniões frequentes para debater estratégias de enfrentamento à remoção, as festas realizadas com o objetivo de unir a comunidade, a busca pelo apoio de lideranças comunitárias que enfrentaram ameaças de remoção e conseguiram permanecer no território.

No entanto, essas ações não foram suficientes e a ZEIS foi quase toda extinta, restando poucas casas nas proximidades da área que foi desapropriada para a construção da Ponte. A cidade, então, foi negada enquanto um espaço político. Deve-se retomar, nesse sentido, o pensamento de Vainer (2014) discutido no capítulo dois, que defende a ideia de que para que uma cidade possa alcançar os objetivos do planejamento urbano estratégico e tornar-se um ambiente competitivo, é necessário negá-la como espaço político e banir o conflito, uma vez que isso representaria um desequilíbrio sistêmico e poderia impactar a execução dos negócios aos quais a cidade está engajada.

Ao passo que os moradores eram removidos, os avanços da obra eram comemorados nas redes sociais do chefe do poder executivo municipal em exercício. Essa dissimulação dos impactos negativos da obra, observada a partir das publicações realizadas nas redes sociais, evidencia as contradições preinsentes no processo de construção da Ponte. Ao transferir a atenção dos seus interlocutores para os possíveis benefícios da obra, associando-a à geração de emprego e renda e sugerindo que esta intervenção seria fundamental para a retomada da economia afetada pela pandemia da covid-19, o poder público reduziu espaços para questionamentos ou críticas ao projeto e conduziu a uma ideia de consenso em torno da obra.

A análise das publicações permitiu identificar, como discutido no capítulo 5, que as estratégias mobilizadas pelo poder público para a legitimação da obra envolviam a associação da imagem do prefeito João Campos à execução desta intervenção anunciada como um projeto estratégico. Deve-se pontuar, também, as estratégias alinhadas com as ideias do planejamento urbano estratégico postas em prática pelo chefe do executivo municipal a fim de buscar a

legitimação da obra, como o enaltecimento de sua formação acadêmica atrelada a utilização de uma linguagem coloquial para divulgar a Ponte, que contribuíram para a constituição da imagem de uma liderança carismática portadora de conhecimento científico sobre questões urbanas. Desta forma, espera-se que esta pesquisa possa servir como um convite ao debate sobre outras possibilidades de cidade – uma que seja, de fato, construída por e para todos os seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARAÚJO, Flavio Faria; PFEIFFER, Claudia Ribeiro. Empresariamento Urbano: concepção, estratégias e críticas. *In*: Conferência do Desenvolvimento, 2., 2011, Brasília. **Anais do I circuito de debates acadêmicos**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo7.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BARBOSA, David Tavares. **NOVOS RECIFES, VELHOS NEGÓCIOS**: política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina - Recife - PE: uma análise do projeto Novo Recife. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de Análise. *In*: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BOTELHO, Adriano. A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, p. 111-124, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. *In*: Novos Estudos CEBRAP, n. 45, jul./1996, p. 152-166.

SOU UMA, mas não sou só: apagamento da identidade negra e o direito à moradia no Recife. **CENDHEC**, Recife, nov. 2021. Disponível em: <http://cendhec.org.br/single-post/sou-uma-mas-n%C3%A3o-sou-s%C3%B3-apagamento-da-identidade-negra-e-o-direito-%C3%A0-moradia-no-recife>. Acesso em: 28 jul. 2024

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. 161 p.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999

DE AGOSTO a setembro, aprovação do Governo João Campos (PSB) cresceu de 70% para 77%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2024. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2024/09/de-agosto-a-setembro-aprovacao-do-governo-joao-campos-psb-cresceu-de-70-para-77.shtml>. Acesso em: 23 set. 2024

DINIZ, Luciano dos Santos; SILVA, Cibelle Paula Batista; JUNIOR, Paulo Fernandes Sanches. Empresariamento urbano: da teoria à prática do planejamento urbano estratégico na cidade de Belo Horizonte (2009-2019). **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo: PUC, n. 27, p. 6-18, 2020.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A lógica mercantil do planejamento estratégico de cidades. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: ANPUH, Unisinos, 2007. Disponível em: <https://www.snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 02 fev. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A ideologia privatista do planejamento estratégico de cidades. **Libertas**, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. esp., p.68 - 91, jan.-dez. 2004, jan.-dez. 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: I. Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

GODOY, Marcelo. ‘Fui ao Kwai porque a rede é muito forte no meio popular’, diz João Campos. **Estadão**. São Paulo, 02 jun. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/jornadas-junho-2013-10-anos-manifestacoes-kwai-rede-social-joao-campos/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GUTERMAN, Bruna da Cunha. **CIDADE-PRODUTO, BAIRRO-MARCA**: como a Lapa está se tornando o mais carioca dos bairros. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, David. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XVI, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. **Justicia, Naturaleza y la geografía de la diferencia**. IAEN: Prácticas constituyentes, 2018.

JOÃO CAMPOS lidera número de seguidores entre prefeitos do Nordeste. **CBN**. Recife, 01 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/joao-campos-lidera-numero-de-seguidores-entre-prefeitos-do-nordeste>. Acesso em: 04 ago. 2023.

JOÃO CAMPOS é reeleito prefeito de Recife (PE) no 1º turno das Eleições 2024. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 06 nov. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/joao-campos-e-reeleito-prefeito-de-recife-pe-no-1o-turno-das-eleicoes-2024>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LIMA JÚNIOR, Pedro de Novais. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico**: deslocamentos espaciais atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Cidade é luta de classes**. 1 vídeo (4 min 04 s). TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MELO, Iran. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, São Paulo, v. 6, n. 11, 2009.

MELO, Iran. Histórico da Análise de Discurso Crítica. *In*: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

OLIVEIRA, Fabricio Leal de. A Metáfora Cidade-Empresa no Planejamento Estratégico de Cidades. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 1, 1999, p. 141-161.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PATHIT, Marcos. Prefeito João Campos: "Queremos que a população participe da tomada de decisões da nossa cidade". Diário Oficial Prefeitura do Recife, Recife, 29 maio 2021. Disponível em: <https://dome.recife.pe.gov.br/dome/>. Acesso em: 03 out. 2023.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; OLIVEIRA, Ana Sabrina de Oliveira Leme Domingues; DIAS, Ivana Maria. Análise do Discurso, aula 18. **Centro de Educação Superior à Distância (CESAD-UFS)**. São Cristóvão, SE, 2008. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15591515102012Linguistica_Aula_18.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RECIFE É primeiro lugar das regiões Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste e terceiro no País em índice de dados abertos. **Recife Prefeitura**. Recife, 05 jun. 2024. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/06/2024/recife-e-primeiro-lugar-das-regioes-norte-sul-nordeste-e-centro-oeste-e-terceiro>. Acesso em: 20 jun. 2024

RECIFE TEM baixo índice de transparência em dados públicos, diz pesquisa. **G1 Pernambuco**. [S.l.], 11 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/06/11/recife-tem-baixo-indice-de-transparencia-em-dados-publicos-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, Cecília Augusta Figueiredo. Memorial sobre o Bairro do Monteiro – Recife/PE. No prelo.

ROTA DO FUTURO. Rota do Futuro: plano estratégico do Recife 2021 - 2024. Recife, Prefeitura Municipal de Recife. 2022. Disponível em: <https://conectalps.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/pcr-planejamento-2021-2024.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ROZAL, Juliana Ferreira. Gestão por resultados: relato da implantação na secretaria de saúde do Recife -PE. Portal CONASEMS. Início> Brasil, aqui tem SUS> Experiências. 2022 Disponível em: https://portal.conasems.org.br/brasil-aqui-tem-sus/experiencias/174_gestao-por-resultados-relato-da-implantacao-na-secretaria-de-saude-do-recife-pe. Acesso em: 25 jul 2024.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Unichapecó: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; CANTO, Bárbara L.; GUTERMAN, Bruna da Cunha; BENEDICTO, Danielle; PICIANATTO, Leonardo. Produção de Sentido e Produção de Espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.

SANTOS, Eugênio Pacelli Jerônimo; SILVA, Flávia Ferreira da. Análise do Discurso I. Material Didático, aula 1. **Centro de Educação Superior à Distância (CESAD-UFS)**. São Cristóvão, SE, 2014. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15313423102014Analise_do_Discurso_I_Aula_1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Jouberte Maria Leandro; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Hegemonia do planejamento urbano estratégico e o discurso contra-hegemônico do direito à cidade. **Administração Pública e Gestão Social** [recurso eletrônico]. Viçosa, MG, v.12, n.2, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/37586>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2023

SILVA, E. R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 2, p. 279-306. dez. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. CIDADES, GLOBALIZAÇÃO E DETERMINISMO ECONÔMICO. **Revista Cidades**, Brasil, v. 3, n. 5, 2006. DOI: [10.36661/2448-1092.2006v3n5.12785](https://doi.org/10.36661/2448-1092.2006v3n5.12785). Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12785>. Acesso em: 24 ago. 2024.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos, Petrópolis: Vozes, 2013.

VAINER, Carlos. Planejamento conflitual: uma utopia experimental. Encontro sobre Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: NEPLAC/ETTERN/IPPUR, 2014.

VIEIRA, J. A; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.